



TÓPICOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcos Pereira dos Santos

Tópicos em educação inclusiva

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Marcos Pereira dos
S237T Tópicos em educação inclusiva

/ Marcos Pereira dos Santos. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

127 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl815

ISBN: 978-65-5367-415-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. acesso 2. integração 3. diversidade I. Santos, Marcos Pereira dos II. Título

CDU: 370

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl815>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

CAPÍTULO 1	5
COMO COMBATER O BULLYING NA ESCOLA E NA SOCIEDADE	
Eraldo Francisco da Silva Junior	
DOI 10.37423/231008281	
CAPÍTULO 2	16
ESTUDO COMPARATIVO DOS REPERTÓRIOS INCLUSIVOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DOCUMENTOS CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (1989-2016)	
AMANDA SOUSA BATISTA DO NASCIMENTO	
CELDO DO PRADO FERRAZ CARVALHO	
DOI 10.37423/231008320	
CAPÍTULO 3	23
AÇÕES DE ENDOMARKETING PARA COLABORADORES SURDOS: A ARTE DE ENGAJAR PESSOAS	
Kerolaine Shirley Pereira Santos da Silva	
Ana Paula Lima Marques Fernandes	
Ibsen Mateus Bittencourt Santana Pinto	
Lucas Silva de Amorim	
DOI 10.37423/231008323	
CAPÍTULO 4	45
A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE: UM OLHAR PARA O PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO - TOPA	
Tânia Costa Silva	
Rogério Santos Sales	
Ludmila Meira de Sousa	
Nivaldo Santana	
DOI 10.37423/231008330	
CAPÍTULO 5	51
ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM ESCRITA EM ESCOLARES: A PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Higor Vieira da Silva	
Monique Kelly Duarte Lopes Barros	
DOI 10.37423/231008355	
CAPÍTULO 6	72
A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E AS CONTRIBUIÇÕES A ALUNOS COM DIAGNÓSTICO DE TDAH	
Mariana Ortiz	
DOI 10.37423/231008356	

CAPÍTULO 7	83
VONTADE E DESEJO, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: DISCUTINDO O “FRACASSO ESCOLAR”	
Maria Cristina Maia de Oliveira Fernandes	
Juliana Fonsêca de Almeida Gama	
DOI 10.37423/231008387	
 CAPÍTULO 8	 94
RIOINCLUI NUMA PROPOSTA DE A TUA AÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	
Isabel Cristina Pessoa Gimenes	
Luciane Porto Frazão de Sousa	
DOI 10.37423/231108396	
 CAPÍTULO 9	 109
RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA “EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA” NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR: NOTAS REFLEXIVAS	
Marcos Pereira dos Santos	
DOI 10.37423/231108398	

Capítulo 1

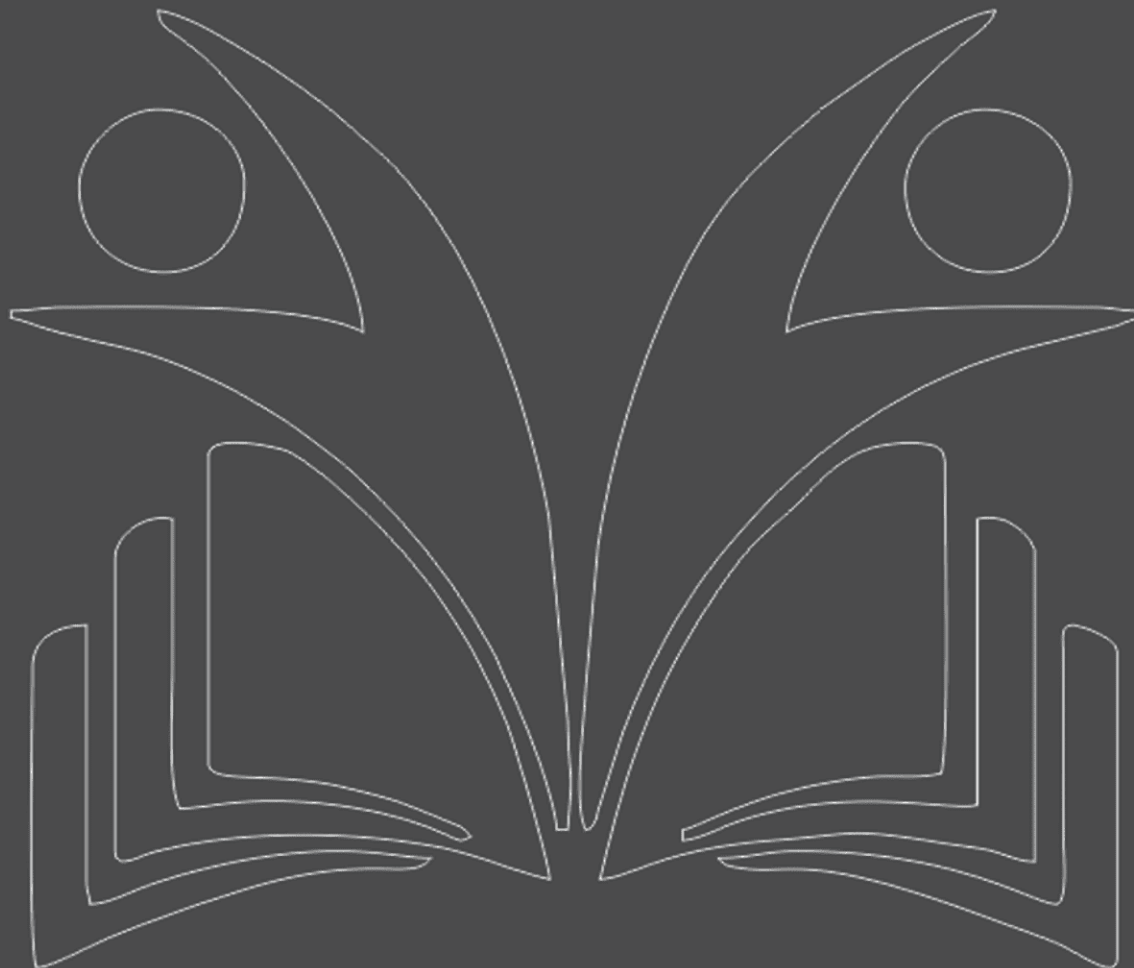


10.37423/231008281

COMO COMBATER O BULLYING NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

Eraldo Francisco da Silva Junior

Faculdade Evangélica Cristo Rei



Resumo: Este artigo visa incentivar o trabalho contra a violência no ambiente escolar, e na sociedade. O Bullying é um assunto que gera bastante polêmica na sociedade atual, e para entendermos melhor sobre o porquê esse assunto gera esse tipo de polêmica, é necessário sabermos o que é o Bullying. O bullying vem sendo um problema mundial, podendo ocorrer praticamente em qualquer contexto no qual a pessoa está interagindo principalmente na escola. O bullying é considerado hoje como um fenômeno que traz consequências psicológicas e pedagógicas, para as crianças e adolescentes como também para seus familiares, diante disso vem trazendo diversas mudanças de comportamento. Além de Transtornos emocionais, baixo rendimento na vida letiva e até formando adulto, agressivo e sem tolerância. A opção de escrever sobre este tema surgiu de acordo com a necessidade que vivenciamos em sala de aula constantemente com grandes conflitos entre as crianças que sofrem este tipo de constrangimento nas séries iniciais, e como isto reflete na aprendizagem. Assim, esta pesquisa revelou que consequências o bullying acarreta na vida das crianças e dos adolescentes, bem como na vida escolar e na sociedade. Com a consolidação do capitalismo, e os avanços da globalização, é inegável o crescimento de vários males na sociedade. Hoje, é quase inevitável não se deparar com noticiários em sites, jornais ou na televisão relatando abusos e absurdos sobre este tipo de violência. O bullying era uma palavra que não constava em nosso vocabulário, porém encontra-se atualmente, não somente nas escolas, mas, na sociedade e em nosso meio social.

Palavras-chave: Violência, Escola, Sociedade.

INTRODUÇÃO

O bullying está sendo considerado hoje com um fenômeno que traz consequências psicológicas e pedagógicas, para as crianças e adolescentes como também para seus familiares, diante disso vem trazendo diversas mudanças de comportamento. Transtorno emocional, baixo rendimento na vida letiva e até formando adultos agressivos e sem tolerância.

O bullying vem ganhando espaço em pesquisa dos pedagogos e psicólogos, como reverter este tipo de violência, na rua, em casa, na escola, e até mesmo na sociedade. Uma das maneiras encontradas para combater é que devem ser feitas campanhas de conscientização na sociedade e até nas escolas, além disso, o diálogo é fundamental entre os familiares; desde cedo os pais precisam preparar seus filhos contra este tipo de violência, que vem sendo muito frequente dentro das instituições escolares.

Neste sentido, o tema bullying tem se destacado na sociedade e em especial na escola. Em vista desta buscamos trabalhar com esta temática a fim de com os resultados obtidos na pesquisa contribuir para o entendimento e o combate desta vida. Por isso eu escolhi este tema para me aprofundar mais um pouco pesquisar e encontrar novas soluções para combater estes tipos constrangimento e mostra para as pessoas que bullying não é brincadeira mais sim um ato de crueldade e violência.

A opção de escrever sobre este projeto surgiu de acordo com a necessidade que vivenciamos em sala de aula constantemente com grandes conflitos entre as crianças que sofrem este tipo de constrangimento nas séries iniciais com isto reflete na aprendizagem.

Esta pesquisa tem o objetivo característico de analisar e dar soluções para combater e prevenir práticas de bullying nas escolas e na sociedade, bem como apresentar que consequência o bullying traz na vida da criança e do adolescente.

METODOLOGIA

Para compreender os conceitos de bullying realizamos um estudo teórico que se fundamentasse em alguns teóricos que abordam estudos sobre o tema, dentre eles: Chalita (2008), Borges (2009), Lopes (2009), Santomauro (2010), Hamze (2014); Este estudo teve como objetivo esclarecer dúvidas e as causas do bullying, e combater o bullying na escola e na sociedade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O BULLYNG acontece em todos locais da sociedade mas, principalmente na escola onde os jovens e as crianças convivem com colegas que geralmente “debocham ” e também gostam de apelidar, o que

causa constrangimentos e disseminação do Bullying, com isto, a partir da década de 90 percebeu-se um aumento nessa agressividade natural dos jovens e crianças. Isso tem sido motivo para vários estudos e pesquisas para saber de onde vem toda estas agressividades contra estas pessoas que se calam diante das circunstâncias que sofrem diariamente. O bullying tem origem na década de 90 e se tornou popular no decorrer dos anos. A prática de bullying começou a ser pesquisada há cerca de dez anos atrás na Europa, quando descobriram que essa forma de violência estava por trás de muitas tentativas de suicídios de adolescentes. No Reino Unido, por decisão governamental, hoje todas as escolas já implantaram políticas antibullying.

Todo mundo que convive com crianças e jovens sabe como eles são capazes de praticar pequenas e grandes perversões. Debocham uns dos outros, criamos apelidos mais estranhos, reparam nas mínimas “imperfeições” – e não perdoam nada. Na escola, isso é bastante comum. Implicância, discriminação e agressões verbais e físicas são muito mais frequentes do que o desejado. Esse comportamento não é novo, mas a maneira como pesquisadores, médicos e professores encaram vem mudando. Há cerca de 15 anos, essas provocações passaram a ser vistas como uma forma de violência e ganharam nome: bullying (palavra do inglês que pode ser traduzida como “intimidar” ou “amedrontar”). (SANTOMAURO, 2010, p.68)

O bullying vem sendo muito destacado nos meios de comunicação por suas vítimas que são variadas e por serem indefesas, o bullying vem ganhado espectadores e fazendo muitas vítimas no dia a dia.

Os meios de comunicações que vem tentando trabalhar com todo tipo de protesto para ver se minimiza este tipo de violência. Mais o vimos não é assim que se trata uma violência nesta proporção não é só jogar na mídia um comercial, fala no jornal ou em novelas essas questões tem que ser tratada dentro de casa, na escola e na sociedade tem que conscientizarem os pais, filhos, irmãos, professores e diretores, para acabar com esse tipo de violência, só assim iremos, caminhar para um futuro sem tolerância, se vítimas e sem pessoas agressivas na sociedade. Essa conscientização deve ser ainda mais restrita dentro de casa pelos os pais dos agressores e pelos pais dos agredidos, tem que conversar bastante sobre o assunto com se precaver de pessoas de má índole.

Segundo HAMZE (2014, p.1):

Trata-se de um problema complexo e de causas múltiplas. Portanto, cada escola deve desenvolver sua própria estratégia para reduzi-lo. A única maneira de se combater o bullying é através da cooperação de todos os envolvidos: professores, funcionários, alunos e pais. As medidas tomadas pela escola para o controle do BULLYING, se bem aplicadas e envolvendo toda a comunidade escolar, contribuirão positivamente para a formação de costumes de não violência na sociedade.

O BULLYING E A ESCOLA

E a escola tem de se encarregar de trabalhar caráter, ética e cidadania com os jovens para que eles sejam cidadãos de bem que no futuro torne adultos conscientes de seus atos trabalhando estes conceitos na sala de aula na sociedade as crianças e os jovens estão mais protegidos de que venha acontecer alguma ocorrência ou discriminação por ventura do bullying.

Segundo Calimam (2006,p.6):

Nos mostra que quem frequenta a escola nos nossos tempos são crianças e adolescentes de extrações sociais diversas cada um deles com uma história pessoal que para alguns regulares, mas para outros caracterizados por situações de risco, marcada por fracassos, desvantagens, mal-estar e sofrimento dos mais diferentes tipos.

Os pais têm muito receio dos seus filhos para não sofrerem este tipo de ameaça, mas do outro lado tem os pais que não se preocupam com os filhos que praticam este ato de crueldade. Neste sentido, o tema bullying tem se destacado na sociedade e em especial na escola.

No que diz respeito ao Brasil, segundo FANTE apud Souza, Almeida (2005,p.4):

O fenômeno bullying é uma realidade inegável nas escolas brasileiras independentemente de turno de estudo, localização da escola, tamanho da escola ou da cidade onde ela se localiza ou se são séries finais ou iniciais ou ainda se a escola é pública ou privada.

Em vista desta buscamos trabalhar com esta temática a fim de com os resultados obtidos na pesquisa contribuir para o entendimento e o combate desta violência que se alastra cada dia mais e mais. O bullying apresenta vários sinais que podem ser detectados facilmente pelos pais e professores o primeiro deles é a criança não querer ir a escola sem motivo; segundo sentir-se mal ao sair de casa, se sente envergonhado demonstra timidez ansiedade nervosismo; terceiro pede para trocar de instituição escolar constantemente pensando que este ato vai mudar em outra escola; quarto apresenta baixo rendimento escolar não se interessa pelas atividades proposta em sala fica individualista não interagem com os demais colegas; quinto isolamento não se enturma com outros colegas da turma vive sempre só e é bastante desconfiado se ausenta constantemente das aulas; sexto abandono dos estudos, Para Moreira (2010, p. 182- 187), “O professor precisa estar consciente de que é um líder em tempo integral em sala de aula [...]. O educador, como líder, tem que estar atento e de olhos abertos e ouvidos muito alertas [...] aos tipos de agressões e provocações”.

Dessa forma não podemos esperar que o mundo todo parasse por causa do bullying, mas fazendo nossa parte mesmo que seja pequena na sociedade, na escola ou em casa conscientizando nossos

filhos que este tipo de agressão é crime e pode deixar sequelas em uma pessoa para o resto de suas vidas. Fenômeno, no Aurélio (2011 p. 158) da Língua Portuguesa, é toda agressão, física ou verbal, feita, especialmente em escola, por indivíduo a outro mais tímido, mais novo, mais fraco. Porém que seja eficaz estamos fazendo a diferença das nossas crianças prevenindo-as destes tipos de violência que vem ocorrendo na sociedade. O bullying vem sendo um problema mundial, podendo ocorrer em praticamente em qualquer contexto no qual a pessoa está interagindo, com em escola, faculdades, universidade, no trabalho ou mesmo entre vizinhos há sempre uma tendência que este tipo de violência ocorra no ambiente escolar entre alunos, ou a escola desconhece esse problema ou se negam a enfrentá-lo. Para que este tipo de ameaça não aconteça tem que ser trabalhado com antecedência com os professores a importância com os alunos que venham sofrendo com essa violência.

Diante destes sinais os sintomas do bullying que são vários e também fazem parte de uma pessoa que sofre essas ameaças ou este tipo de constrangimento esses sintomas são bem frequentes com depressão, agressividade, sentimentos negativos, ansiedade medo, baixa autoestima, sentimento de vingança. Esses sintomas acarretam vários distúrbios emocionais porque a criança ou o adolescente sofre quando se isola do mundo, por isso os familiares, professores devem ficar atentos a todos estes sintomas desde o mais simples ao mais grave porque as crianças ou os adolescentes que sofrem com o bullying podem se tornar adultos agressivos e com baixa autoestima. Tendem a adquirir sérios problemas de relacionamento na vida e no trabalho e em casos mais elevados, as vítimas podem tentar ou cometer o próprio suicídio. Segundo BORGES Apud ESCOREL (2009, p.8), “Vamos aniquilar essa máquerência não queremos mais saber dessa maldade, violência. Vamos construir uma cultura da infância para que elas tenham defensores em todas as instâncias.”

Um dos caminhos para combater a violência é a parceria entre pais e escola os pais conversando em casa sobre o assunto e preparando seus filhos contra os eventuais agressores ou os pais conversando com os possíveis agressores como não desrespeitar as pessoas, discriminar por raça, sexo, ou por ser gordo, baixo, branco ou amarelo todos têm o direito de se comportar do jeito que é não vai ser maltratado batendo ou apelidando que uma pessoa vai mudar o seu comportamento ou seu modo de ser.

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DESSA REALIDADE

A escola tem um papel de suma importância na conscientização e ética onde ela vai preparar essa criança ou esse adolescente para uma vida sem preconceito, sem discriminação e sem violência

assim tem do em vista um futuro de adultos mais tolerantes, educados, compreensivos e de boa índole. O bullying não é uma brincadeira que você brinca com todas as pessoas porque ele é deforma agressiva onde a pessoa que passa por este constrangimento fica se saber o que fazer e sem poder reivindicar e com essas pessoas sofre todos os dias com este tipo de brincadeira ridicularizando e levando a pessoa ao ridículo assim causando sérios problemas psíquico, queda na alta estima e em casos mais elevados ao suicídio das pessoas que sofrem com este tipo de agressão.

Segundo Diogo Dreyer Apud ESCOREL (2009, p.1)

Todos os dias, alunos no mundo todo sofrem com um tipo de violência que vem mascarada na forma de “brincadeira”. Estudos recentes revelam que esse comportamento, que até o bem pouco tempo era considerado inofensivo e que recebe o nome de bullying, pode acarretar sérias consequências ao desenvolvimento psíquico dos alunos, gerando de queda na autoestima até, em casos mais extremos, o suicídio e outras tragédias.

Na verdade quem nunca na escola não foi vítima de zoar e zoou algum colega de turma com apelidos com empurrões com tapinhas de mau gosto este tipo de brincadeiras são comuns entre crianças e adolescentes até para os pais e os professores mais isto passa longe de ser uma brincadeira na verdade isto é bullying todas estas formas de agressão verbal ou age constrangimento intimidação e ou as pessoas sofrem alguns tipos de perseguição, humilhação que leva esta pessoa a terem problemas na sua social e intelectual. E o bullying não deve ser tratado como uma brincadeira onde as vítimas envolvidas sofrem discriminação, diminuição na autoestima agressões físicas transtornos emocionais e ainda episódios que leva ou homicídio e ao suicídio. Com todo isto devemos encarar com seriedade as agressões entre os alunos não podem ser vistas como brincadeira de criança, temos que buscar soluções ou pela prevenção incluir reunir todos os pais, alunos e pedagógicos que estão ou não envolvidos e tomar consciências que existem problemas e não podemos ficar omissos e temos que lutar por melhorias nos ambientes escolares na sociedade.

Afirma Lopes (2009, p.15) “os fatores que contribuem para a violência na escola são complexos e multifacetados. Diversos autores sugerem correlações da prática de bullying com questões sociais e culturais, dinâmicas familiares, influência da mídia, videogames etc.”. Esses fatores que contribuem na violência tanto na escola quanto na cultura e com as mídias têm que mudar conforme, o tempo não vai mudar do dia para noite isto requer um longo tempo para chegar a índice para a solução do problema. Com informações e discussões sobre com melhorar este quadro de violência que vem atingindo nossa sociedade.

AS VÍTIMAS DO BULLYING

O bullying está presente em todas as partes da sociedade mais frequentemente na escola ou em sala de aula. O bullying é um ciclo vicioso, de um lado está a vítima, o que vai ao ser humilhado e mau tratado e do outro lado o ofensor, o que vai ridicularizar a vítima. Isto acontece muito na escola quando chega uma criança ou um adolescente diferente das demais com negros, brancas demais, gordas, magras, tímidas, ou baixas. Elas sentem-se inferiores aos demais alunos se insolam o máximo que podem.

Segundo Lopes (2005, p.81) “o termo violência escolar diz respeito todos os comportamentos agressivos antisocial, incluindo - os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc”.

Neste círculo vicioso muito se envolvem uns com medo de sofrer o mesmo tipo de constrangimento, outro com medo de sofrer agressões físicas mais sempre tem um vilão que vem com apelidos, com brincadeiras de mau gosto e os demais começam a rir assim vai começando uma brincadeira onde muitos se divertem e outros se intimidam e se retrai sofrendo com este tipo de violência.

Em pleno século XXI ainda existem este tipo de violência nas escolas e fora delas esta situação ainda não está sendo tratada na sua proporção adequada pelos profissionais e pela sociedade. É necessário que todos os envolvidos no processo educacional estejam atentos a este vilão que permite a educação elabore planos de ação em que valorizem o companheirismo a cidadania e o amor são esses os valores que devemos passar para nossa sociedade valores tão esquecidos em tempos atuais.

Compreende todas as atividades agressivas intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executados dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder associada ao bullying pode ser consequente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (RAMOS Apud NETO, 2005 p.165)

O bullying não tem faixa etária de idade ele vem de forma agressiva e intenciona de mal tratar e inibir as vítimas, os levando a ridícula desmoralização. Os autores das agressões geralmente são pessoas que tem pouca empatia, pertence a famílias desestruturadas, em que o relacionamento afetivo, entre seus familiares tende serem precários, e bastante conturbado. Já o alvo ou a vítima é geralmente pessoas que são poucos sociáveis se capacidade de reação ou de fazer cessar os atos prejudiciais contra si o que impede de solicitar ajuda dos demais colegas ou dos seus pais. O termo bullying está ligado a componentes agressões e antissociais sendo utilizado pela literatura psicológica nos estudos sobre a violência escolar e na sociedade, sendo assim o problema da violência e da agressividade nas

escolas são sinais de uma sociedade marcada pelas desigualdades e desestruturada social e não é o único desafio que desafiam os educadores e os demais responsáveis da educação.

Segundo CHALITA (2008, p.191):

É preciso um professor que se comunique adequadamente com os alunos. A comunicação é o elemento humanizador com que aproxima as pessoas, cria identificação e cumplicidade, clarifica as semelhanças e esclarecer as diferenças. Por meio de diálogo, as pessoas aprendem sobre as outras. Aprendem a compreender e a serem compreendidas, a confiarem a se tornarem confiáveis.

Em todos os momentos os professores ou os educadores tem que ficar atento a esse tipo de violência na sala de aula ou na escola conversa com os alunos sobre o bullying e os agressores, este tipo de brincadeiras onde só um se diverte não é correto, mostra para os alunos que não se resolve nada na força bruta nem com xingamentos, mas sim no diálogo entre ambas as partes. O educador tem que expor o bullying de forma que as crianças e os adolescentes compreendam que esse fenômeno acontece dentro e fora do ambiente escolar e conscientizar que isto pode refletir na vida profissional e pessoal deles quando adulto.

Analisando o bullying na perspectiva de Pereira (2002) é um ato de comportamento social que pode levar as crianças e os adolescentes para um caminho sem volta tanto com a vítima quanto com o agressor. O envolvimento deste comportamento pode prejudicar o desenvolvimento social.

Este tipo de violência interfere na criança ou no adolescente para o resto de suas vidas emocionalmente, social, afetiva, profissional e intelectualmente levando ao serio descontrole na personalidade e tornando um adulto agressivo e sem paciência e assim vai formando novo círculo onde ele via se o agressor e as vítimas serão seus filhos ou sua esposa.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou esclarecer dúvidas e comprovar o mal que o bullying faz na vida de uma criança e de um adolescente na sua vida letiva e profissional. Foi possível destacar que bullying este presente diretamente no ambiente escolar e no desenvolvimento intelectual das crianças. Sabemos que o educador deve possibilitar ou intervir entre os agressores e as vítimas para que este tipo de violência não vire rotina na escola.

O desempenho dos pais e educadores são papéis tão importante nesse processo que a escola deve investir mais na prevenção, através do esforço permanente de sua equipe tentando incluir praticas educacionais diárias e atividades extras para discutir com os familiares e os alunos. Quando busquei

realizar esse estudo sobre a temática “bullying” não podia deixar de lado a relação da sociedade, do ambiente escolar, do papel da família e o mais importante de todas as crianças e os adolescentes os que são mais prejudicados com este tipo de violência. Diante desse processo buscou-se passar conhecimentos adquiridos, identificando causas sinais e sintomas em que o bullying faz na vida de uma criança e de um adolescente na construção de sua aprendizagem.

Neste estudo, pôde-se identificar, através de relatos teóricos e por meio da pesquisa bibliográfica, obtivemos a seguinte informação que o bullying é uma forma de inibir, agredir, humilhar, ridiculariza uma pessoa sem defesa só por que ele é diferente das demais. Requer de profissionais qualificados que estejam preparados para lidar com este tipo de violência para trabalhar juntamente com os pais e os alunos a afetividade e a emoção e a tolerância.

REFERÊNCIAS

- CARTILHA- Bullying não é brincadeira, Beaudoin e Taylor. Bullying - Estratégias de sobrevivência para crianças e adolescentes. Editora Artmed – Bookman. 2007.
- CHALITA, Gabriel. Amizade - Uma atitude que protege. In pedagogia da amizade. São Paulo: Gente. 2008.
- HAMZE, Amelia. ABRAPIA Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/trabalhodocente/bullying-escolar.htm>. Acesso em: 21 de out de 2014.
- AURÉLIO Buarque de Holanda. 2ª edição Curitiba: Positiva 2011.
- MOREIRA, Dirceu. Transtorno do Assédio Moral Bullyig. Rio de Janeiro: Wk, 2010.
- NETO, Lopes AA. Bullying comportamento agressivo entre estudantes. J Pediatr (Rio J). 2005;81(5 Supl):s164-S172 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06> Acesso em: 21 de out de 2014.
- OFENÔMENO Bullying no ambiente escolar FACEVV. Acessando em: [www.facevv.edu.br/.../O%20FENÔME NO%20BULLYING%20NO%20...](http://www.facevv.edu.br/.../O%20FENÔME%20BULLYING%20NO%20...)
- PEREIRA, Maria Inêz. Bullying_ violência na escola. AMAE educando. nº 395. ano 46. Maio 2013.
- RAMOS, Fagundes. Violência na escola e Bullying: o papel da família e da escola Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.com/administracao/violencia-escolar-bullying-papel-familia-escola.htm>
- REVISTA CONTRUIR Notícias – o fenômeno bullying. São Paulo: Construir, ano 12, jan/fev, 2013.
- SANTOMAURO, Beatriz. Violência Virtual. Revista Nova Escola. São Paulo. Ano XXV, nº 233, p. 66 – 73. Jun-jul/2010.
- SOUZA, Christiane Pantoja de; ALMEIDA, Léo César Parente de Bullying em ambiente escolar ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer Goiânia, vol.7, N.12; 2011 Pág. 179. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf> Acesso em: 21 de out de 2014.

Capítulo 2



10.37423/231008320

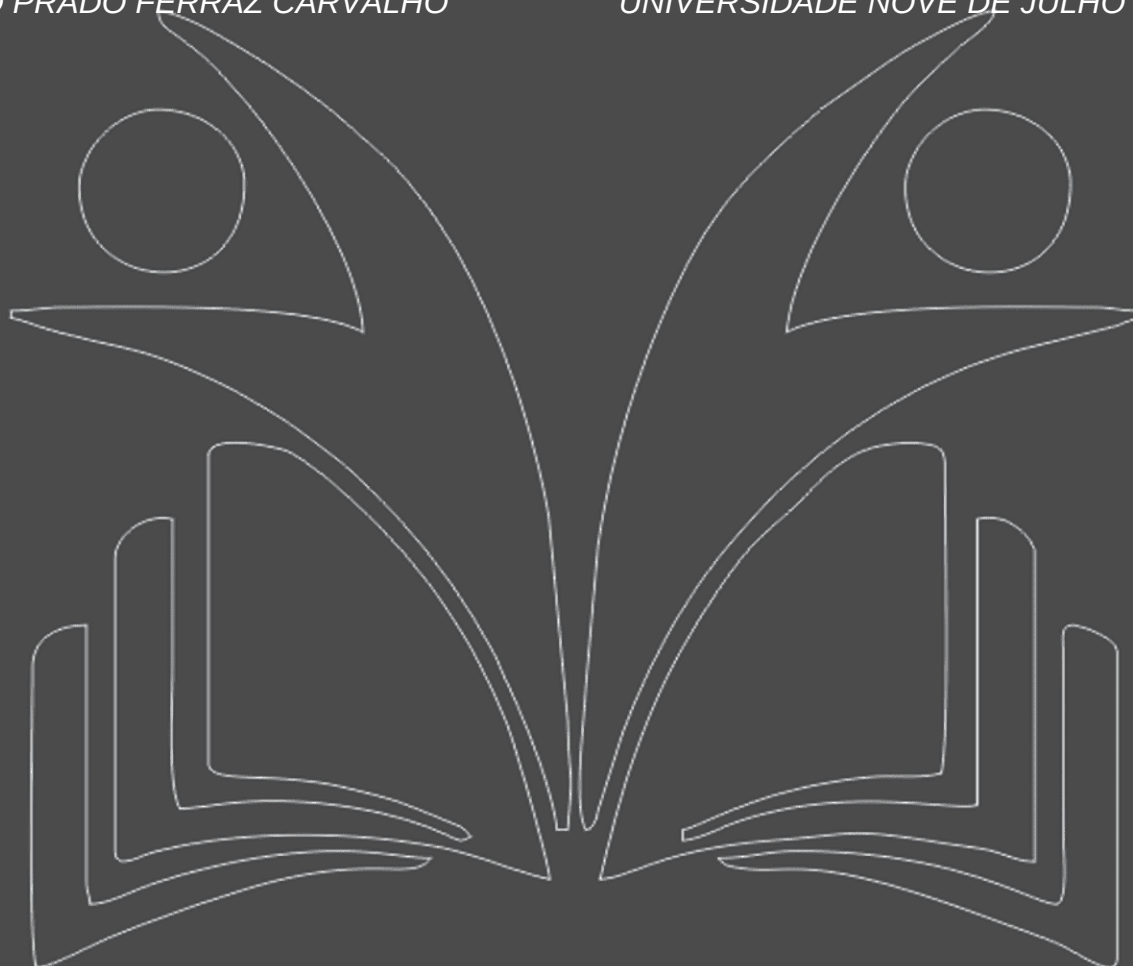
ESTUDO COMPARATIVO DOS REPERTÓRIOS INCLUSIVOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DOCUMENTOS CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (1989-2016)

AMANDA SOUSA BATISTA DO NASCIMENTO

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

CELSO DO PRADO FERRAZ CARVALHO

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO



INTRODUÇÃO

Os temas Políticas Educacionais, Currículo e Educação Inclusiva permitem uma variedade imensa de pesquisas, revisões de literatura, estudos documentais, coleta de dados empíricos, e em contrapartida, exige-nos muita cautela e rigor analítico no que concerne aos aspectos teóricos-metodológicos, por envolverem problematizações polêmicas e impescidíveis ao debate educacional no cenário brasileiro: território demarcado por inúmeras disputas de poder.

De acordo com Ball (2011) no Brasil o campo de investigação acerca das políticas educacionais é foco constante de pesquisas acadêmicas, buscando constantemente por consolidação, principalmente pelo fato de que as referidas políticas têm seus contornos modificados com muita frequência em intervalos variados de tempo: temos políticas educacionais de curto, médio e longo prazo, com influências internas e externas, de setores que muitas vezes nem são ligados à Educação. Nossas políticas educacionais no Brasil estão circundadas por valores e disputas das mais variadas: disputas por poder influenciadas por fatores econômicos, culturais, político-partidários, religiosos, éticos, públicos, privatistas, nacionais e internacionais.

Neste sentido, apesar deste cenário promissor enquanto grande área de estudo, as políticas educacionais nos exigem bases de desenvolvimento analítico mais consistentes, Ball (2011) evidencia esta necessidade latente de ampliar a interlocução com a literatura internacional”, cujo caráter é bastante vasto e permite à nós pesquisadores um repertório bastante vasto de perspectivas teórico-metodológicas. (p.11) Nascimento (2018) destaca que a referida política com validade em todo o território brasileiro, orienta os programas e ações nesta área para promover o acesso e a permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da Educação Especial, no ensino regular, ampliando a oferta do atendimento educacional especializado, rompendo com o modelo de integração em escolas e classes especiais a fim de superar a segregação e exclusão educacional e social das pessoas com deficiência (p.61). Nascimento (2018) evidencia que essa política suscitou vários questionamentos, entre eles, o debate sobre as condições em que os alunos são inseridos nas salas de aulas, as condições de trabalho oferecidas aos professores e demais profissionais da educação que trabalham especificamente no processo de inclusão destes alunos e o posicionamento dos gestores municipais na implantação e implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva no Brasil (p.61) A relevância acadêmica e social da temática nos levou à problematização dos repertórios de palavras-chave que delinearam os documentos específicos que

norteiam a organização da Educação Inclusiva na Rede Municipal de Santo André, chegando à análise comparativa de três documentos que foram construídos em diferentes gestões públicas acerca de propostas curriculares para a rede durante o período de 2005 a 2016, intitulados: Resignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares (2005-2008), Projeto Formadores do Saber (2009-2012) e Movimento de Reorientação Curricular EJA- Currículo Integrado (2013-2016). Como objeto desta pesquisa trataremos das presenças e/ou ausências de um “Repertório Inclusivo” de palavras-chave na cultura local de elaboração de políticas educacionais e documentos oficiais produzidos pela Rede Municipal de Santo André em suas Políticas Educacionais acerca do atendimento de estudantes Público Alvo da Educação Especial (P.A.E.E.) e à garantia de acesso ao currículo à estes educandos em uma Perspectiva Inclusiva, no período compreendido entre 1989-2016.

O objetivo geral do estudo é mapear na Rede Municipal de Santo André quais documentos oficiais foram produzidos no período de 1989-2016, com ênfase no que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) quando sustenta o dever do Estado em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Por conseguinte, o artigo 205 evidencia a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, com ênfase nos educandos com deficiência. Por conseguinte, identificar a partir dos documentos analisados quais os repertórios que serviram de embasamento para a proposição de políticas educacionais inclusivas, quais outros documentos nacionais e internacionais subsidiaram a redação destas políticas a partir da caracterização do processo político em três “facetas ou arenas políticas”: a política proposta, a política de fato e a política em uso (BALL, BOWE, 1992).

METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia que será utilizada está embasada na análise de fontes documentais: de legislações e documentos oficiais internacionais e nacionais acerca das Políticas Educacionais de Educação Inclusiva, de documentos produzidos no âmbito local da Rede Municipal de Santo André, locus desta pesquisa. Como etapa inicial deste processo de levantamento de documentos, foi solicitado à Secretaria de Educação da Rede Municipal de Santo André a autorização para acesso ao acervo de documentos produzidos pela rede, durante o período compreendido entre 1989 e 2016, com foco em documentos

sobre políticas educacionais inclusivas e curriculares. Elencamos como documento internacional de grande impacto nas políticas educacionais do início da década de 1990 a Declaração de Jomtien. Além disso, outros documentos nacionais e internacionais foram necessários para balizar o debate acerca de como se constituíram os repertórios inclusivos, as palavras-chave que regulamentam as políticas educacionais voltadas para estudantes com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entre os pesquisadores que têm debruçado suas pesquisas na literatura acerca de estudos culturais, marxismo cultural, e mais especificamente na bibliografia de Raymond Williams podemos destacar os professores Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG), André Luiz Sena Mariano (UNIFAL-MG) e Lucélia Carla da Silva dos Santos (UNIFAL-MG). Este estudo se pauta exatamente no papel da literatura específica das políticas educacionais, sob a égide da ideia conduzida por Raymond Williams na obra “Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade”, de que existem palavras-chave que reproduzem a ideologia de um determinado período, de uma determinada sociedade, que sofrem influências variadas, tanto dos elementos sociais dominantes no período ou localização geográfica, bem como de fatores mais amplos, provenientes dos cenários político, econômico e influências de documentos e agências internacionais ligadas à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Mariano e Anjos (2018), a partir de suas pesquisas na área de Educação, a partir das regiões sul e sudeste do Brasil

[...] constata-se a presença de Williams dentro da área definida ainda se mostra incipiente e quando ocorre é de maneira bastante pontual; fato que revela a potencialidade do pensamento do autor ainda a ser explorada na realidade brasileira, como por exemplo, nos estudos sobre políticas educacionais (MARIANO, ANJOS, 2018, p.52).

Os referidos autores explicitam que Raymond Williams se faz presente nas pesquisas em educação a partir de recortes nas áreas de fundamentos da educação, “sobretudo, considerando as disciplinas de Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Antropologia da Educação e Psicologia da Educação” (MARIANO, ANJOS, 2018, p.52), argumentando que os pressupostos teórico-metodológicos deste autor colaboram para a produção de conhecimento educacional no Brasil. Mariano e Anjos (2018) ressaltam que as obras de Raymond Williams foram essenciais para a expansão e o entendimento dos Estudos Culturais, visto que, primeiramente, “passaram a permitir que a produção literária não fosse mais concebida como algo alijado da realidade social concreta”,

em segundo lugar, “ao assumir a literatura para além de uma produção idealista, ele contribuiu para que ela pudesse ser pensada a partir de uma relação profunda entre produção e reprodução”, isto é, a literatura assume dois papéis: de permitir a reprodução dos elementos sociais dominantes e produzir novas percepções da realidade (p.57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, a presente pesquisa mapeou alguns documentos oficiais sobre Educação Inclusiva e quais documentos foram produzidos nos últimos trinta anos especificamente no locus desta pesquisa: na rede municipal de Santo André. São esses:

- Declaração de Salamanca (1994)
- Convenção da Guatemala (1999)
- Carta para o Terceiro Milênio (1999)
- Declaração Internacional de Montreal (2001)
- Declaração de Madrid (2002)
- Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (2001)
- Declaração de Sopporo (2002),
- Declaração de Quito (2003)
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)
- No que concerne aos documentos produzidos pela Rede Municipal de Santo André, listamos a seguir quais legislações, documentos e materiais serão analisados pelo presente estudo:
- Lei Orgânica do Município de Santo André (1990);
- Anuários de Santo André;
- Caderno Educação Inclusiva- Plano 1997;
- Caderno Estação Gente- Educação Inclusiva- Plano 1998;
- Cadernos Ressignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares (2005-2008);
- Cadernos Formativos Poéticas da Diferença;

- Cadernos do Projeto Formadores do Saber (2009-2012);
- Livros do Movimento de Reorientação Curricular EJA- Currículo Integrado (2013-2016);
- Livro Tecendo Vivências: A Educação de Jovens e Adultos Santo André, 1989-2016;
- Diagnóstico de Santo André- PPA Participativo (2013);
- Retrato Censitário das Pessoas Com Deficiência (2015-2016);

Por conseguinte, dando continuidade a este estudo, faremos o mapeamento das palavras-chave que delinearão tais documentos, e por sua vez, subsidiarão as políticas educacionais inclusivas locais, justificando as presenças e ausências de determinados termos nos documentos, os quais podem justificar os caminhos percorridos na implementação de ações no contexto na prática das políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Repertório Inclusivo. Documentos. Implementação. Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, SANTO. Lei Orgânica do Município/1990. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br/cgilocal/orglaw.pl>.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of curriculum studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: set. 2009.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Revista Educação e Sociedade*, nº 27, p.47-69, 2006.
- MARIANO, André Luiz Sena, ANJOS, Lucélia Carla da Silva dos. A presença de Raymond Williams em pesquisas da área de educação: um olhar a partir das regiões sul e sudeste do Brasil. *Revista NUPEM* 10.21 (2018): 52-66.
- PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Resignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares. Santo André: PSA-SEFP, 2008.
- PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Movimento de Orientação e Reorientação Curricular da EJA- Santo André. Secretaria da Educação- Departamento de Educação de Jovens e Adultos-DEJA, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Capítulo 3



10.37423/231008323

AÇÕES DE ENDOMARKETING PARA COLABORADORES SURDOS: A ARTE DE ENGAJAR PESSOAS

Kerolaine Shirley Pereira Santos da Silva

Universidade Federal de Alagoas

Ana Paula Lima Marques Fernandes

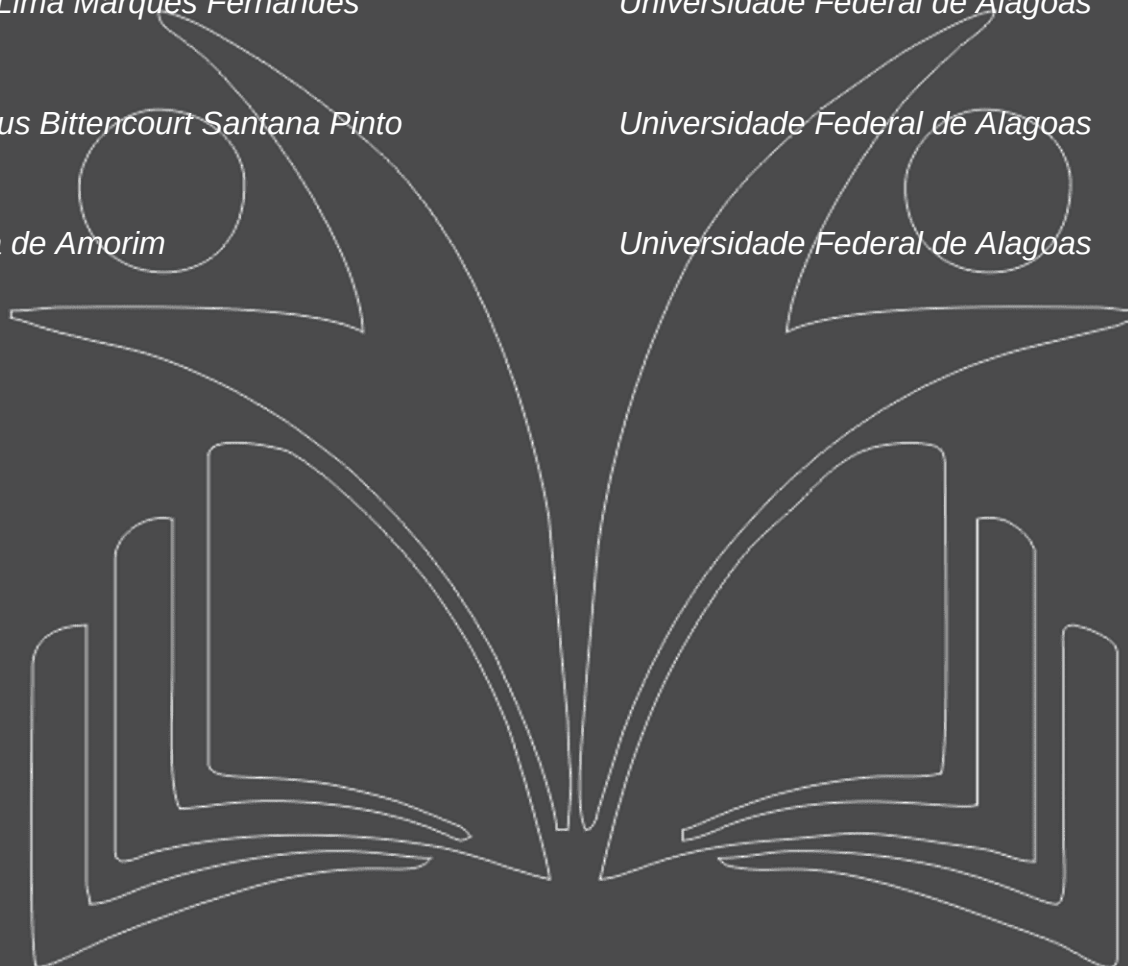
Universidade Federal de Alagoas

Ibsen Mateus Bittencourt Santana Pinto

Universidade Federal de Alagoas

Lucas Silva de Amorim

Universidade Federal de Alagoas



Resumo: Apesar da Lei brasileira nº 13.146 de 2015 buscar amparar a comunidade surda garantindo sua inclusão, há ainda bastante relutância quanto à contratação deste público. O presente trabalho tem como objetivo identificar por meio de pesquisa exploratória/descritiva quais são as ações de endomarketing utilizadas por empresas que contribuem para o engajamento de colaboradores surdos. Diante do exposto, tendo em vista a evolução tecnológica permanente, conclui-se que se faz necessário a melhoria e atualização constantes das ações internas de acordo com os recursos disponíveis e necessidade individual das empresas. Como também, merece destaque que, aos surdos devem ser dadas oportunidades, de se desenvolverem e se integrarem não só como funcionários, mas também como cidadãos com a utilização principalmente da Língua de Sinais.

Palavras-chave: Ações de Endomarketing; Colaboradores Surdos; Inclusão; Acessibilidade; Capacitismo.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O processo de inclusão de pessoas surdas caminha a passos lentos na sociedade e principalmente no mercado de trabalho. Segundo estudo feito pelo Instituto Locomotiva (2019) o Brasil tem 10,7 milhões de pessoas com alguma deficiência auditiva, mas apenas 37% delas estão inseridas no mercado de trabalho. Isso se dá devido a falta de estrutura e de treinamento adequado nas empresas para a inclusão dessas pessoas em seu quadro de funcionários.

A lei 13.146 de 06 de julho de 2015, no Art. 34 estabelece que as pessoas com deficiência possuem direito ao trabalho livremente escolhido, sendo este em um ambiente acessível e inclusivo, além de igualitário com relação às oportunidades dadas às demais pessoas.

Ainda sim, muitas empresas resistem a contratação de pessoas pertencentes a esse grupo devido ao capacitismo, pois como destaca Lacerda (2020, p.01):

Apesar de alguns avanços o capacitismo torna-se presente na vida dos Surdos. Assim, é preciso criar, cada vez, mais mecanismos que atue na inclusão dos Surdos, diminuindo o abismo social, cultural, econômico que a entre a comunidade surda e a sociedade em geral.

Uma das medidas adotadas no Brasil para motivar as empresas a incluir profissionais com deficiência em seu quadro de funcionários foi a criação da Lei de Cotas nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que exige que empresas com mais de cem funcionários reservem no mínimo dois por cento de seus cargos para a contratação destes profissionais.

E conforme esta determinação por lei, Maranhão e Caram (2016, p.181) afirmam:

Em um ambiente de trabalho em que existam colaboradores com deficiência auditiva e/ou visual, a comunicação interna e as ações de endomarketing que possuem cunho motivacional e integrador devem ser adaptadas e acessíveis com o intuito de atingir seu objetivo de transmissão de uma mensagem para os colaboradores.

Diante do exposto, a questão que irá nortear a pesquisa será: Quais ações de endomarketing contribuem na inclusão de colaboradores surdos?

O objetivo geral deste trabalho é analisar ações de endomarketing direcionadas ao público surdo. E os específicos são: Observar medidas tomadas por organizações para inclusão e engajamento de colaboradores surdos; Discutir práticas de acessibilidade citando a Libras; Destacar ações de endomarketing na inclusão dos surdos e abordar a importância do capacitismo.

A justificativa da pesquisa se baseia na necessidade de compreender o quão as ações de endomarketing são importantes para uma maior inclusão do surdo no ambiente de trabalho, a fim de identificar e descrever elementos implícitos na inserção destas ações. O trabalho irá apresentar uma percepção por parte de diferentes autores baseando-se no marketing inclusivo.

Com base nos resultados desse estudo, será possível identificar quais as ações que contribuem com o avanço da inclusão do surdo no ambiente organizacional. A fim de ampliar o conhecimento sobre a dificuldade da integração do surdo no mercado de trabalho, o capacitismo será mencionado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENDOMARKETING

Com a finalidade de compreender sobre endomarketing, faz-se necessário mencionar que se trata de um conceito aplicado dentro de empresas como forma de valorizar seu capital humano. Para Brum (2005) endomarketing é qualquer ação que a empresa faz com a finalidade de estabelecer um relacionamento produtivo, duradouro e saudável com seus empregados. Atrelado a este conceito, Ribeiro (2008, p.191) destaca que:

O papel do endomarketing é conhecer os valores dos empregados, respeitar a cultura da empresa, proporcionar um bem estar geral que condicione a um nível de satisfação e motivação e por consequência, se transforme em ganhos reais de produtividade.

Ochoa (2014) ressalta que o endomarketing, além de estimular os empregados, é uma ferramenta capaz de produzir um efeito de troca entre a organização e seus funcionários.

No Brasil, o conceito de endomarketing teve origem na década de 80, período em que se constatou a ausência de iniciativas para melhorar o ambiente de trabalho nas empresas, devido à falta de comunicação e interação entre os gestores e seus colaboradores (Rodrigues, 2017, p.67).

Atualmente, com o aumento da concorrência entre as organizações, tem-se observado uma demanda cada vez maior por gestores preocupados com o bem-estar pessoal e profissional de seus funcionários (Birck e Gomes, 2013).

Este cenário reflete um dos principais desafios enfrentados pelas organizações, uma vez que muitas empresas têm perdido profissionais com potencial de desenvolvimento devido à falta de ações de capacitação e endomarketing (Rodrigues, 2017, p.67).

Nesse contexto, é evidente que o tema em questão tem recebido uma atenção crescente, uma vez que, no ambiente altamente competitivo em que estamos inseridos, a verdadeira distinção entre as empresas reside nos seus colaboradores. Como afirmam Oliveira e Zuza (2021, p.01):

O endomarketing atua no reconhecimento dos colaboradores, bem como habilita-os para satisfazer o cliente externo, em prol de uma melhoria na qualidade do trabalho interno e nas vantagens competitivas perante o mercado atuante. O endomarketing é um processo que visa adequar a empresa ao entendimento do mercado, tornando-a mais competitiva a partir da integração de seus funcionários à estrutura organizacional.

Para Antunes (2020, p.08) dentro de uma organização, os colaboradores ocupam uma posição de extrema importância, sendo eles considerados fundamentais para conquistar e manter clientes por meio de um atendimento de qualidade. Portanto, torna-se essencial desenvolver estratégias que estimulem e inspirem os funcionários a demonstrar comprometimento com a empresa.

Dessa forma o endomarketing se apresenta como uma vantagem competitiva que contribui para o avanço da organização, pois é uma estratégia de marketing que age de dentro para fora, focalizando na motivação dos colaboradores.

Quanto a isso, em outras palavras, Ochoa (2014, p.114) destaca: “As ações de marketing interno ou endomarketing são pontuais e personalizadas e têm por objetivo integrar o bem-estar dos empregados aos resultados esperados pela empresa”.

As ações de endomarketing podem ser realizadas de diversas maneiras, desde que a finalidade seja a mesma: fortalecer o vínculo entre o funcionário e a empresa. Conduas de sorteio de prêmios, eventos comemorativos da empresa com funcionários, bonificações para os funcionários e familiares, cursos e workshops, reconhecimento dos colaboradores, palestras de incentivo e sistema de portas abertas são algumas formas de realizar uma boa ação de marketing interno (YOKOYAMA et al., 2019, p. 65).

De modo a estimular a qualidade de vida dos funcionários, motivação para o trabalho, aumento de produtividade e melhora do clima organizacional por meio de ações de marketing interno, Oliveira e Zuza (2021, p.10) destacam que:

As empresas podem optar por comunicação interna, pesquisa de satisfação ou clima, eventos e iniciativas de integração, palestras e eventos motivacionais, benefícios extras, manter os colaboradores informados sobre os valores, missão, e visão, realizar reuniões para atualização de informações relacionadas com o dia a dia, homenagear os colaboradores de acordo com o “tempo de casa”, avaliar o desempenho do colaborador.

Diante do exposto fica evidente que o propósito do endomarketing é promover um ambiente de trabalho harmonioso, estabelecendo uma relação positiva entre os funcionários e a empresa, resultando em satisfação e engajamento mútuo.

2.2 SURDOS

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, uma pessoa é considerada surda quando, devido à perda auditiva, ela compreende e se comunica com o mundo principalmente por meio de experiências visuais, expressando sua cultura principalmente através da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). através da fala.

A história da relação com os surdos ao longo do tempo é marcada por uma série de desafios e preconceitos. Os surdos, infelizmente, muitas vezes foram tratados de maneira inadequada e estigmatizada.

Os surdos no decorrer da história sempre foram tratados de forma diferenciada, mas nem sempre da forma correta, eram deixados de lado, diagnosticados com outros tipos de deficiência, escondidos, isolados, algumas vezes literalmente trancados em casa por vergonha ou por acharem que eles eram imbecis, incapazes e motivo de vergonha (MOTA, 2014, p.05).

Ainda de acordo com Mota (2014) o surdo tem conquistado seu espaço atualmente, porém ainda existem limitações e a exclusão ainda ocorre em um grau bastante elevado sendo vistos ainda como limitados. Quanto a isso, observa-se que apesar do avanço social, ainda há relutância em fazer com que o surdo seja tratado como ser humano capaz, dando espaço para o julgamento capacitista que permeia sob a sociedade.

2.2.1 CAPACITISMO

Sendo um termo designado para se dirigir a pessoas com algum tipo de deficiência, o capacitismo segundo Marchesan e Carpenedo (2021) surge a partir do senso comum difundido que pressupõe que indivíduos portadores de alguma deficiência tem suas capacidades limitadas ou reduzidas, fazendo com que sejam “menos capazes”.

De comum acordo, Vendramin (2019, p.16) destaca que: “[...]capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes.”

Uma vez que o capacitismo é estrutural, ele tem o potencial de influenciar até mesmo a autoimagem das pessoas com deficiência (Souza, 2022).

Com a existência de estigmas construídos socialmente sobre a imagem da pessoa com deficiência, o capacitismo muitas vezes passa despercebido perante situações cotidianas sutis e subliminares. Vendramin (2019) ressalta que quando o capacitismo é percebido se tornando óbvio e visível, ele mostra quanto o preconceito ainda tem sido naturalizado como sendo inevitável ou até mesmo aceitável na sociedade.

Quanto a isso Oliveira e Silva (2021, p.263) destacam:

A cultura capacitista, construída ao longo dos séculos, é responsável pela falta de políticas públicas de educação, saúde, habitação, transporte, lazer e cultura. Com isso, ocorre um esvaziamento de direitos e demandas, acentuado por barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e socioculturais em um conjunto de espaços.

Por conseguinte, a adaptação deve ocorrer no ambiente, não na pessoa. A sociedade deve estar preparada para receber e abraçar todas as pessoas, sendo imperativo enfrentar essas questões para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2.2.2 INCLUSÃO

Para Di Marco (2021) a inclusão é um conjunto de medidas que enfrenta a desigualdade de oportunidades decorrente de disparidades sociais, traduzindo-se na criação de igualdade de acesso a bens e serviços sociais de maneira compassiva.

O termo “inclusão” passou a ser utilizado na sociedade após ser estabelecida a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da pessoa com deficiência em 2006 e posteriormente pela Lei Brasileira de Inclusão em 2015, fazendo com que portadores de deficiência se tornassem inseridos à sociedade de maneira livre de discriminação.

Com relação a isso, Amaral (2019) discorre sobre o principal objetivo dessa Convenção Internacional:

Além de proteger e assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, esse Tratado Internacional também tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a necessidade da implementação de um sistema onde possa haver oportunidades para todos, com condições acessíveis que possibilitem o exercício das atividades de forma independente e criem meios em que se possa atingir a participação plena em todos os aspectos da vida.

Com o objetivo de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência nº8.213 de 1991 em seu artigo 93 afirma que empresas com 100 ou mais funcionários devem preencher uma proporção de seus cargos com pessoas com deficiência. O percentual a ser preenchido varia de acordo com o tamanho

da empresa, sendo geralmente de 2% a 5% do total de vagas. E as empresas que não cumprem essa obrigação podem ser multadas.

Em outras palavras, é necessário promover a conscientização, implementar políticas públicas de maneira eficaz, eliminar barreiras físicas e sociais e combater continuamente o preconceito e o capacitismo. Trata-se de um esforço contínuo e coletivo para garantir que as pessoas com deficiência (PCDs) tenham igualdade de oportunidades e pleno acesso aos direitos básicos.

2.2.3 ACESSIBILIDADE

Sendo uma ferramenta que viabiliza a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, a acessibilidade promove a igualdade de oportunidades e constitui um direito muito mais amplo que a oferta de adequação da prestação de políticas públicas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) é uma legislação que tem como finalidade assegurar os direitos e promover a inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil. Entre suas principais contribuições, merece destaque a introdução do conceito de desenho universal (design inclusivo), estipulando que os ambientes, produtos e serviços devem ser concebidos de modo a atender às necessidades de todas as pessoas, sem considerar suas habilidades ou limitações.

Para entender melhor a acessibilidade, a mesma conforme Vendramin (2019, p.18) está dividida em seis dimensões, sendo elas:

i) barreiras arquitetônicas (físicas); ii) barreiras comunicacionais (acesso à informação); iii) barreiras metodológicas (adequação de métodos e técnicas para o acesso de Pessoas com Deficiência à educação, cultura e lazer); iv) barreiras instrumentais (adequação de ferramentas e utensílios); v) barreiras programáticas (políticas públicas, legislações, e normas); vi) barreiras atitudinais (referente ao capacitismo; preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações ecoadas no comportamento da sociedade na relação com pessoas com deficiência).

Conforme Souza (2023, p.656) a acessibilidade envolve a oferta de recursos e ajustes necessários para garantir que todos possam desempenhar as funções de seus cargos, independentemente de qualquer limitação ou diferença. Atrelado a isso Souza (2023, p.656) ainda destaca que:

A Gestão de Pessoas e a acessibilidade para a comunidade surda nas organizações têm uma grande relevância, pois ambos fatores têm um impacto significativo no cotidiano e bem-estar de trabalhadores e no desempenho da empresa. A Gestão de Pessoas envolve, entre outros fatores, o desenvolvimento de habilidades e competências dos

colaboradores, bem como o cuidado com a saúde mental e o bem-estar destes.

Frequentemente, indivíduos surdos enfrentam desafios na comunicação e podem experimentar uma sensação de exclusão no ambiente de trabalho. Ao proporcionar recursos apropriados, as empresas estão demonstrando um compromisso com a inclusão e a diversidade, possibilitando que a comunidade surda desfrute de uma experiência mais positiva e satisfatória no ambiente profissional.

2.2.3.1 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

No parágrafo único da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual reconhece a Libras como uma língua oficial brasileira, a Libras é definida como uma forma de comunicação e expressão utilizada por comunidades de pessoas surdas no Brasil. Ela é caracterizada por um sistema linguístico visual-motor com uma estrutura gramatical própria, que é empregada para transmitir ideias e informações.

A compreensão das línguas de sinais ao redor do mundo é fundamental para promover a inclusão e a comunicação eficaz com a comunidade surda. Quanto a isso é importante destacar que:

As línguas de sinais não são universais, pois cada país possui a sua própria língua, que sofre inclusive influências da cultura local e, como qualquer outra língua, também possui expressões distintas de região para região, não existindo assim padronização em âmbito nacional (ALVES e FRASSETTO, 2015, p.212).

Nesse contexto, o emprego da Libras se tornou um direito fundamental para os surdos. Adicionalmente, de acordo com o Decreto mencionado anteriormente, a definição de pessoa surda passou a englobar aquelas que, mesmo enfrentando perda auditiva, conseguem compreender o mundo e, ao mesmo tempo, interagir com ele por meio de experiências visuais. Portanto, é fundamental que a sociedade em geral disponibilize recursos visuais em uma variedade de contextos, a fim de garantir a acessibilidade para pessoas surdas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Botelho e Cruz (2014, p.68) “Na terminologia científica, método pode ser definido como um conjunto de dados e regras que permite atingir os objetivos da pesquisa.”

Do ponto de vista de procedimentos técnicos, como a pesquisa realizou-se por meio de bases científicas, trata-se de uma pesquisa exploratória pois tem como objetivo uma maior familiarização com o problema e descritiva pois busca descrever as características do público estudado.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de exploração de referenciais teóricos e análises em sites da web com o objetivo de tornar o conceito central compreensível e destacar sua contribuição nas organizações justificando a relevância do tema.

Quadro 1 - Publicações por autores, tipo e ano.

Título do artigo	Autor(es)	Periódico	Ano
Face a Face com o Endomarketing: o papel estratégico das lideranças no processo da informação	Analisa De Medeiros Brum	Livro	2005
Estratégia Empresarial e de Recursos Humanos	Renato Vieira Ribeiro	Livro	2008
A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas	Alvanei dos Santos Viana	Dissertação de Mestrado	2010
Caracterização da surdez e a construção da sua identidade por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Francieli Vanessa Schleider	Artigo Científico	2012
Comunicação interna: relação entre empresa e colaboradores, um estudo de caso	Denise Castilhos de Araujo; Elida Sandra Soares Simanski; Daniela Muller de Quevedo	Artigo Científico	2012
Endomarketing: como diferencial competitivo	Karin Birck; Luciane da Silva Gomes	Artigo Científico	2013
As diferenças entre comunicação interna e endomarketing	Carolina Giroto Ochoa	Artigo Científico	2014
Inclusão: o sujeito surdo na sociedade brasileira	Paola Rodrigues Mota	Artigo Científico	2014
Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas	Elizabete Gonçalves Alves; Silvana Soriano Frassetto	Artigo Científico	2015

Endomarketing em relações públicas: a comunicação interna das organizações voltada aos colaboradores com deficiência	Lorena Maranhão; Nirave Reigota Caram	Artigo Científico	2016
Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. Psicologia: Teoria e Pesquisa	Rosa Monteiro; Daniele Nunes Henrique Silva; Carl Ratner	Artigo Científico	2016
A importância das ações de endomarketing para a valorização do capital humano e o crescimento das organizações	Ilma Garcia da Silva Rodrigues	Artigo Científico	2017
A importância do endomarketing para empresas	Bianca Pamella Scalabrini Yokoyama; Danilo Trevisan; Renato Marcio Martins de Campos	Artigo Científico	2019
Pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea	Lucas Costa Amaral	Artigo Científico	2019
A inclusão do surdo no mercado de trabalho formal	Edson Gomes Loxe; Fabio Vinicius de Macedo Bergamo; Jackeline Mennon Fernandes; Walter Rubini Bonelli da Silva	Artigo Científico	2019
Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo	Carla Vendramin	Artigo Científico	2019
A Comunicação utilizada pelos surdos e a comunicação utilizada entre os deficientes auditivos suas diferenças	Anderson da Costa Lacerda	Artigo Científico	2020
Endomarketing como diferencial competitivo para o crescimento organizacional	Paloma Mayara dos Santos Antunes	Artigo Científico	2020

Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência	Andressa Marchesan; Rejane Fiepke Carpenedo	Artigo Científico	2021
A Contribuição Da Língua Brasileira De Sinais “Libras” Nas Empresas	Estélio Silva Barbosa; Jacinara Costa da Conceição; Maria Oneide Lino da Silva	Artigo Científico	2021
O endomarketing como ferramenta de comunicação e integração nas organizações	Hernandes Correa de Oliveira; Marilda Sena Pereira Zuza	Artigo Científico	2021
O aprofundamento do capacitismo na pandemia: velhas facetas do capital	Marinalva Silva Oliveira; Maria do Carmo Lobato da Silva	Artigo Científico	2021
Capacitismo: o mito da capacidade	Victor Di Marco	Livro	2021
Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: limites e possibilidades do emprego apoiado como referência de política pública anticapacitista	Jeniffer Farias de Souza	Artigo Científico	2022
Gestão de pessoas: um breve olhar sobre a acessibilidade para o trabalhador surdo	Marcos Teixeira de Souza	Artigo Científico	2023

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O quadro acima retrata os principais autores mencionados na pesquisa, o tipo e ano das publicações referentes ao tema com dados coletados no período de 2005 a 2023.

4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados a discussão sobre os resultados obtidos por meio das pesquisas, conforme os objetivos propostos.

4.1 AÇÕES COMPREENDIDAS PELAS EMPRESAS PARA INCLUSÃO DE COLABORADORES SURDOS

Citada anteriormente, a Lei 13.146, art. 34, garante que as pessoas com deficiência têm o direito de escolher livremente seu trabalho em um ambiente que seja acessível, inclusivo e igualitário em termos de oportunidades em comparação com as demais pessoas.

Sendo assim, cabe às empresas a adoção de ações para promover a inclusão de colaboradores surdos em seus quadros de funcionários. Inclusão que para ser efetiva requer o comprometimento da empresa em eliminar barreiras e criar um ambiente de trabalho acessível e acolhedor para todos.

No entanto, com base nas declarações de surdos entrevistados por Araújo, Simanski e Quevedo (2012) e por Loxe, Bergamo, Fernandes e Silva (2019), as empresas não estão preparadas para receberem colaboradores surdos devido a falta de conhecimento sobre os mesmos, pois como destaca Viana (2010, p.157) é imprescindível a quebra de paradigmas e adaptações na estrutura da empresa para que haja a inclusão deste público.

Quanto a isso, o quadro abaixo dispõe de ações que podem ser incluídas nas organizações visando a quebra de barreiras quanto à inclusão e engajamento da pessoa surda.

Quadro 2 - Tipos e propósitos de ações de endomarketing para surdos.

Tipo de Ação	Propósito da Ação nas Empresas
Treinamento em Libras	Facilitar a comunicação eficaz entre colegas de trabalho e ajudar a integrar os surdos à equipe.
Intérprete de Libras	Garantir que todos os funcionários tenham igualdade de acesso à informação e oportunidades de participação.
Comunicação inclusiva	Garantir que os materiais de comunicação interna, como e-mails, apresentações e documentos, sejam acessíveis aos surdos. Isso pode incluir o uso de legendas em vídeos e a disponibilização de versões em texto de informações importantes.
Adaptações tecnológicas	Fornecer tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos ou implantes cocleares, se necessário, para facilitar a comunicação e o desempenho no trabalho.

Ambiente físico acessível	Adaptar o ambiente de trabalho para acomodar as necessidades dos surdos, incluindo sinalização visual, iluminação adequada e áreas de trabalho que facilitem a comunicação.
Sensibilização e capacitação	Realizar programas de sensibilização e treinamento para conscientizar os funcionários sobre a importância da inclusão e promover uma cultura organizacional inclusiva.
Mentoria e apoio	Oferecer programas de mentoria ou suporte específico para colaboradores surdos, ajudando-os a se integrar à equipe e a se desenvolver profissionalmente.
Rede de apoio	Estabelecer grupos de afinidade ou redes de apoio para funcionários surdos, onde eles possam compartilhar experiências e oferecer suporte mútuo.
Avaliação contínua	Realizar avaliações regulares para medir o progresso na inclusão de colaboradores surdos e fazer ajustes conforme necessário.
Políticas antidiscriminação	Implementar políticas claras de combate à discriminação e ao capacitismo, garantindo um ambiente de trabalho seguro e inclusivo para todos.

Fonte: Adaptação Rodrigues (2017)

É importante lembrar que a inclusão de colaboradores surdos não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas é uma demonstração de compromisso com a diversidade e a igualdade. Promover um ambiente de trabalho inclusivo beneficia não apenas os colaboradores surdos, mas também toda a organização, criando um local mais produtivo e enriquecedor para todos.

4.2 MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE COM FOCO NA LIBRAS

Tendo em vista que nem todos os surdos são alfabetizados em Língua Portuguesa, a acessibilidade com foco na Língua Brasileira de Sinais (Libras) é essencial para garantir a inclusão de pessoas surdas na sociedade e nas empresas.

De acordo com Barbosa, Conceição e Silva (2021, p.65) as dificuldades presentes nas empresas para a aplicação da Libras são:

- Falta de conhecimento específico a área de libras
- Carência de profissional com conhecimento a área
- Carência de intérprete de libras
- Inexistência de projetos voltados para a formação de profissionais com conhecimento em libras
- Falta de investimento
- Falta de programas empresariais como um curso interno uma cartilha para difundir a libras e melhorar a comunicação. (grifo nosso)

Quanto a isso, sendo de fundamental importância tanto para a responsabilidade social quanto para a cidadania empresarial, a Lei 10.436 enfatiza a obrigatoriedade da aplicação e conhecimento da Libras em órgãos públicos e privados, com a finalidade de quebrar uma das barreiras citada por Vendramin (2019), a barreira comunicacional, facilitando o contato entre os surdos e ouvintes tornando assim o ambiente adaptável para ambos.

Relacionado ao exposto, de maneira a contribuir com a inclusão deste público, citam-se medidas que podem colaborar na superação das dificuldades mencionadas por Vendramin (2019).

- a) Para garantir que os surdos tenham informação em tempo real: disponibilizar de intérpretes de Libras em eventos, reuniões e apresentações;
- b) Para tornar o conteúdo acessível às pessoas que não dominam a leitura labial: incluir legendas em vídeos institucionais, conteúdos educativos e materiais de treinamento;
- c) Para explicar informações importantes, como políticas da empresa, instruções de segurança e procedimentos de trabalho: produzir vídeos em Libras;

- d) Para ajudar na comunicação eficaz e na inclusão no ambiente de trabalho: oferecer treinamento em Libras para funcionários ouvintes que interagem regularmente com pessoas surdas;
- e) Para facilitar a navegação nos espaços: utilizar sinalização visual eficaz, como placas e indicadores visuais;
- f) Para uma melhor adaptação a empresa: garantir que sites e aplicativos sejam acessíveis, incluindo a disponibilidade de vídeos em Libras, traduções de texto e botões de controle de vídeo acessíveis;
- g) Para a difusão da língua e melhora da comunicação: oferecer programas de sensibilização e treinamento para funcionários ouvintes sobre a importância da Libras e da inclusão de pessoas surdas e estabelecer grupos de apoio ou redes de colaboradores surdos para compartilhar experiências e promover o engajamento e a inclusão.

4.3 A PRESENÇA DO CAPACITISMO NAS ORGANIZAÇÕES

O capacitismo no âmbito empresarial é um fenômeno que ocorre quando as empresas perpetuam preconceitos e discriminação com base na capacidade, desvalorizando ou discriminando pessoas com deficiência.

Arelado à falta de acessibilidade, a figura 1 retrata a situação de brasileiros ouvintes e surdos quanto ao mercado de trabalho. Nota-se que enquanto apenas 42% dos brasileiros ouvintes estão desocupados, 63% dos brasileiros surdos se encontram sem ocupação, uma diferença de 21% entre as amostras.

Figura 1 - Percentual de brasileiros surdos e ouvintes no mercado de trabalho



Fonte: Instituto Locomotiva, 2019

Observando-se estes dados se nota o quanto o capacitismo e a ausência de políticas públicas fazem com que os surdos sejam afastados do mercado de trabalho, com poucas e precárias oportunidades de emprego.

Acerca disso Lacerda (2020) diz que apesar de alguns progressos, a discriminação com base na capacidade ainda persiste na vida dos surdos. Portanto, é fundamental desenvolver continuamente estratégias que promovam a inclusão dos surdos, reduzindo as disparidades sociais, culturais e econômicas que existem entre a comunidade surda e a sociedade em geral.

De modo a quebrar essa barreira estrutural capacitista, Lacerda (2020) elenca algumas práticas que podem ser adotadas pelas organizações:

1. Promover a conscientização sobre o capacitismo, seus impactos e implicações por meio de campanhas de sensibilização e educação pública;
2. Aplicar leis e políticas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades para pessoas com deficiência. Incluindo a implementação de leis de acessibilidade, leis antidiscriminação e cotas de emprego para pessoas com deficiência;
3. Evitar o uso de linguagem pejorativa. Utilizar uma linguagem inclusiva e respeitosa;

É importante que as organizações reconheçam a presença do capacitismo e trabalhem ativamente para eliminá-lo, adotando políticas inclusivas, promovendo a conscientização, oferecendo treinamento e criando um ambiente de trabalho onde todas as pessoas se sintam valorizadas e respeitadas, independentemente de suas capacidades. A inclusão de pessoas com surdez enriquece a diversidade da força de trabalho e pode levar a um ambiente mais inovador e produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a pesquisa buscou evidenciar a precariedade das políticas públicas e a ausência de ações de marketing interno voltadas a pessoas surdas.

A mesma destacou a importância da inclusão de colaboradores surdos não apenas como um cumprimento legal, mas como um compromisso com a diversidade e a igualdade. Sendo fundamental que as empresas adotem medidas efetivas para eliminar barreiras, oferecendo treinamento em Libras e criando um ambiente de trabalho acessível e acolhedor para todos os funcionários. Não beneficiando apenas os colaboradores surdos, mas também a organização como um todo, promovendo produtividade e enriquecimento do ambiente de trabalho.

Foram apresentadas medidas, como a disponibilização de intérpretes, legendas em vídeos e treinamento em Libras, que são vitais para garantir que as pessoas surdas tenham igualdade de acesso a informações e oportunidades.

Destacou ainda o capacitismo, que se manifesta quando as empresas discriminam ou desvalorizam pessoas com deficiência, sendo um problema real e prejudicial. Várias formas de capacitismo nas organizações foram identificadas, incluindo a falta de acessibilidade física, a ausência de políticas inclusivas e a discriminação na contratação e promoção. E para o combate destas e a criação de um ambiente de trabalho mais igualitário, medidas como conscientização, políticas inclusivas e acessibilidade, por serem essenciais foram propostas.

Diante do exposto, tendo em vista a evolução tecnológica permanente, se faz necessário a melhoria e atualização constantes das ações internas de acordo com os recursos disponíveis e necessidade individual das empresas.

Vale ressaltar que aos surdos devem ser dadas oportunidades, de se desenvolverem e se integrarem não só como funcionários, mas também como cidadãos com a utilização principalmente da Língua de Sinais.

Evidentemente, este não é um trabalho conclusivo, principalmente, por este tema ser bastante dinâmico, sujeito a muitos questionamentos estando em constante evolução.

REFERÊNCIAS

- ACESSIBILIDADE para surdos: o que é, qual a importância e recursos. 24 nov. 2022. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/acessibilidade-em-videos-para-surdos/>. Acesso em: 16 set. 2023.
- ACESSIBILIDADE para surdos, lei de inclusão e tecnologia - ICOM. 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.icom-libras.com.br/2021/06/22/acessibilidade-para-surdos/>. Acesso em: 19 set. 2023.
- ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETTO, Silvana Soriano. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. *Aletheia*, n. 46, 2015.
- AMARAL, Lucas Costa. Pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea, [s. l.], 23 out. 2019. DOI <https://doi.org/10.15202/10.15202/2179-6637.2019.v12n1p33>. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/legisaugustus/article/view/444>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- ANTUNES, Paloma Mayara dos Santos. Endomarketing como diferencial competitivo para o crescimento organizacional. 2020.
- BARBOSA, Estélio Silva; CONCEIÇÃO, Jacinara Costa da; SILVA, Maria Oneide Lino da. A contribuição da língua brasileira de sinais “libras” nas empresas. 29 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.editoraenteprising.net/index.php/rpec/article/view/419>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BIRCK, Karin; GOMES, Luciane da Silva. Endomarketing: como diferencial competitivo. *Contribuciones a la Economía*, Málaga/Esp, 2013.
- BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 26, p. 07-13, 2010.
- BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes. Metodologia científica. São Paulo: Pierson Education do Brasil, 2013.
- BRUM, Analisa de Medeiros. Face a Face com o Endomarketing. Porto Alegre: L&PM, p. 61-65, 2005.
- CAPACITISMO no ambiente de trabalho: o que é e como a empresa pode evitar - ICOM. 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.icomlibras.com.br/2021/08/24/capacitismo-no-ambiente-de-trabalho/#:~:text=No%20ambiente%20de%20trabalho,%20o,além%20de%20um%20ambiente%20hostil>. Acesso em: 24 set. 2023.
- COMO preparar a empresa para a inclusão do surdo no trabalho - AME. 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ame-sp.org.br/como-preparar-a-empresa-para-a-inclusao-do-surdo-no-trabalho/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- COSTA, Thaís. Boas práticas para inclusão de pessoas surdas em empresas. 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/inclusao-de-pessoas-surdas>. Acesso em: 2 out. 2023.
- DA SILVA RODRIGUES, Ilma Garcia. A importância das ações de endomarketing para a valorização do capital humano e o crescimento das organizações. *Revista Campo do Saber*, v. 3, n. 2, 2018.

DE ARAUJO, Denise Castilhos; SIMANSKI, Elida Sandra Soares; DE QUEVEDO, Daniela Muller. Comunicação interna: relação entre empresa e colaboradores, um estudo de caso. BBR-Brazilian Business Review, v. 9, n. 1, p. 47-64, 2012.

DE OLIVEIRA, Hernandes Correa; ZUZA, Marilda Sena Pereira. O endomarketing como ferramenta de comunicação e integração nas organizações. Revista GeTeC, v. 10, n. 31, 2021.

DI MARCO, Victor. Capacitismo: o mito da capacidade. Editora Letramento, 2021.

GESUELI, Zilda Maria. Lingua (gem) e identidade: a surdez em questão. Educação & Sociedade, v. 27, p. 277-292, 2006.

LACERDA, A. da C. A COMUNICAÇÃO UTILIZADA PELOS SURDOS E A COMUNICAÇÃO UTILIZADA ENTRE OS DEFICIENTES AUDITIVOS SUAS DIFERENÇAS. Revista Observatório, [S. l.], v. 6, n. 4, p. a19pt, 2020. DOI:10.20873/uft.24474266.2020v6n4a19pt. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11108>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LEINº8.213,DE24DEJULHODE1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

LOXE, Edson Gomes et al. A inclusão do surdo no mercado de trabalho formal. Revista Formadores, v. 12, n. 1, p. 52-52, 2019.

MARANHO, Lorena; CARAM, Nirave Reigota. Endomarketing em Relações Públicas: a comunicação interna das organizações voltada aos colaboradores com deficiência. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 2, p. 179-200, 2016.

MARCHESAN, ANDRESSA; CARPENEDO, REJANE FIEPKE. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Revista Trama, v. 17, n. 40, 2021.

MONTEIRO, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique; RATNER, Carl. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, [s. l.], 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/JwGQVSPqRm7mWwNn359jvJz/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MOTA, Paola Rodrigues. Inclusão: o sujeito surdo na sociedade brasileira. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8877>. Acesso em: 22/12/2022

OCHOA, C. G. As diferenças entre comunicação interna e endomarketing. ECCOM [Internet]. 2014; [cited 2018 Jan 12]; 5 (9): 107-18.

OLIVEIRA, Marinalva Silva; SILVA, Maria do Carmo Lobato da. O APROFUNDAMENTO DO CAPACITISMO NAPANDEMIA: velhas facetas do capital. 2021. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/texto-2-o-aprofundamento-do-capacitismo-\(1\)-202304012021430063640.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/texto-2-o-aprofundamento-do-capacitismo-(1)-202304012021430063640.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

PESSOAS surdas no mercado de trabalho: quais oportunidades a sua empresa ganha - AME. 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.amesp.org.br/pessoassurdasnomercadodetrabalho/#:~:text=Desafios%20da%20pessoa%20surda%20no%20mercado%20de%20trabalho&text=Preconceito%20praticado%20por%20outros%20colegas,demais%20acaba%20sendo%20bastante%20limitada>. Acesso em: 23 set. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, [S.l.], 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002., [S.l.], 24 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

RIBEIRO, Renato Vieira. Estratégia empresarial e de recursos humanos. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A., 2008. 252 p. ISBN 978-85-7638-969-9. Disponível em: <https://anyflip.com/cmxy/ybhi>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nomenclatura na área da surdez. Curso de Terminologia sobre Deficiência, n. 15, 2012.

SCHLEIDER, F. V. CARACTERIZAÇÃO DA SURDEZ E A CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE POR MEIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS). 2012. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/proic/pdf/xviiv1n1/291.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SOUZA, Marcos Teixeira de. Gestão de pessoas: um breve olhar sobre a acessibilidade para o trabalhador surdo. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1011>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, Jeniffer Farias de. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho : limites e possibilidades do emprego apoiado como referência de política pública anticapacitista. 23 ago. 2022. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/7928>. Acesso em: 9 set. 2023.

STACKPATH. 19 out. 2022. Disponível em: <https://paraempresas.catho.com.br/inclusao-de-surdos-em-empresas/>. Acesso em: 15 set. 2023.

TV BRASIL: Apenas 37% dos brasileiros com deficiência auditiva estão empregados. São Paulo: Instituto Locomotiva, 1 out. 2019. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/tv-brasil-apenas-37-dos-brasileiros-com-deficiencia-auditiva-estao-empregados/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o Capacitismo, [s. l.], 14 dez. 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>. Acesso em: 9 jan. 2023.

VIANA, Alvane dos Santos. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidade subjetivas. 2010. Disponível em: https://www.avp.pro.br/pluginfile.php/5153/mod_glossary/attachment/590/2010%20Viana.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

YOKOYAMA, Bianca Pamella Scalabrini. TREVISAN, Danilo. CAMPOS, Renato Marcio Martins de., 2019. A IMPORTÂNCIA DO ENDOMARKETING PARA EMPRESAS. Disponível em: <<https://revistas.unaerp.br/inrevista/article/download/1700/1366/5940>>. Acesso em: 18 set. 2023.

Capítulo 4



10.37423/231008330

A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE: UM OLHAR PARA O PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO - TOPA

Tânia Costa Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Rogério Santos Sales

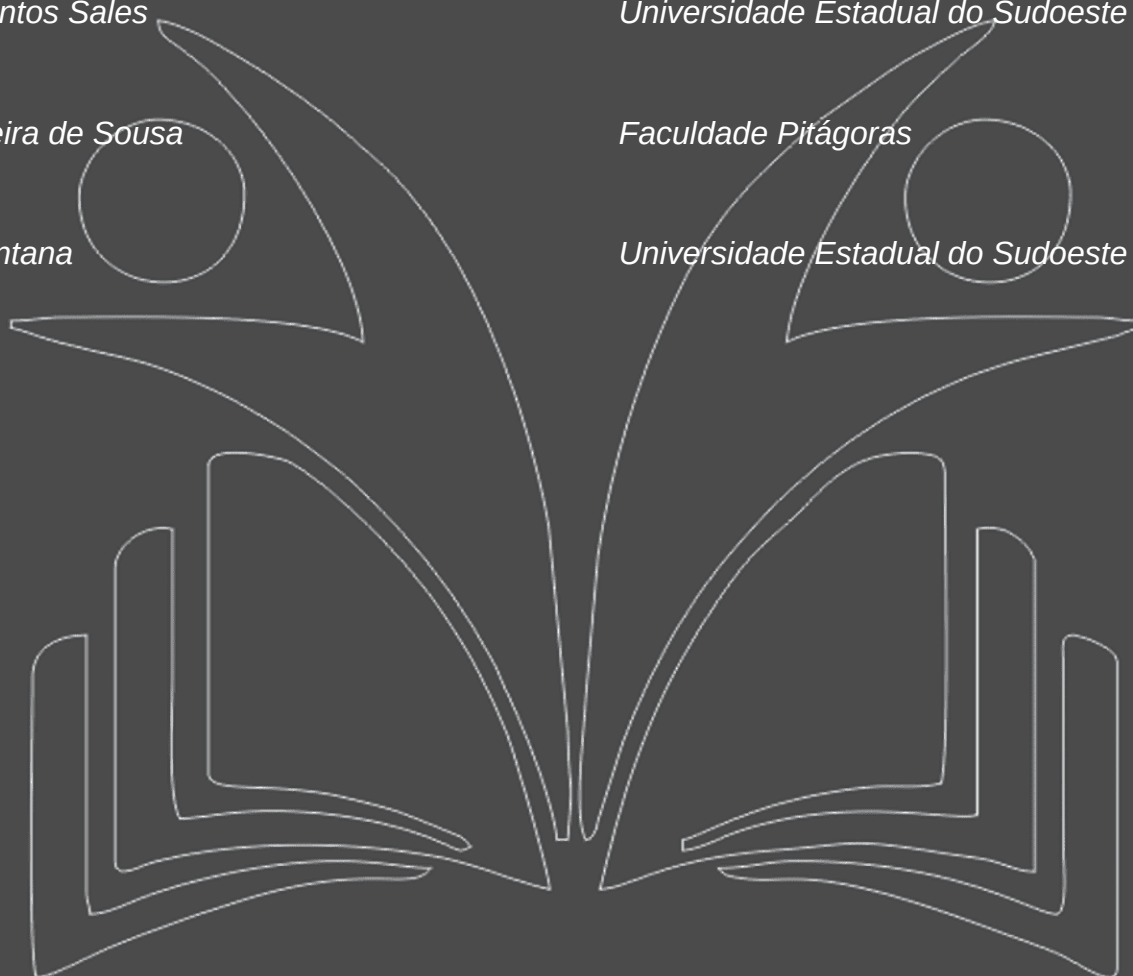
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ludmila Meira de Sousa

Faculdade Pitágoras

Nivaldo Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de análise a política de atendimento educacional a jovens e adultos através do Programa Todos pela Alfabetização TOPA no Estado da Bahia tendo como recorte o Município de Vitória da Conquista. No primeiro momento por meio de levantamento bibliográfico se propôs conhecer o programa na concepção de educação como direito constitucional ao passo que dialoga com o pensamento do autor Paulo Freire. A análise considera também a produção desigual das relações sociais, bem como o caráter contraditório que se revela na política de educação vigente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o estado da Bahia no ano de 2017 tinha mais de 1,5 milhão de analfabetos. Destes, 61.351 estão em Salvador, capital do estado. Outras 122.344 estão na Região Metropolitana da cidade e os demais estão pelo interior do Estado. Esse dado é quase o dobro da média nacional. É um fato que chama atenção, sobretudo, porque, nos últimos anos o governo Federal e Estadual implantaram programas para minimizar o déficit educacional na população de jovens e adultos.

Dentre essas ações, destaca-se o Programa Todos pela Alfabetização TOPA que tinha como premissa os fundamentos teóricos e metodológicos Freirianos. E é essa relação que será tratada aqui.

O estudo em tela surge durante o curso de licenciatura em geografia, especificamente no âmbito da disciplina de Política Educacional.

O educador Paulo Freire foi o responsável pelo método que consiste na proposta de alfabetização de jovens e adultos. Freire toma o conceito de cultura, como essencial para introduzir uma concepção de educação que seja capaz de desenvolver a vivacidade, os estados de procura da invenção e da reivindicação. Ao falar do humano busca sempre o seu sentido filosófico, antropológico, e não puramente biológico do termo. Freire reporta constantemente a importância da cultura, o próprio homem escreve sua história.

Tomando como base a ideia de educação trazida por Freire, o estudo objetiva analisar o Programa todos pela Alfabetização TOPA no Estado da Bahia enquanto política pública. Sendo assim, pretende-se estudar Paulo Freire e suas concepções sobre a educação, averiguar se as metas estabelecidas por este programa foram atendidas; conceituar a educação como direito com base na Constituição Federal de 1988 e outras legislações vigentes e concluir a acerca da efetividade desta política.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual em primeiro momento realizou-se um estudo bibliográfico e levantamento de dados disponibilizados em meios digitais oficiais. Em segundo momento utilizou-se como instrumento de coletas de dados entrevista com coordenadores, professores e fiscais que atuaram no programa TOPA na região de Vitória da Conquista-BA e, em terceiro momento iniciou um diálogo com o autor Paulo Freire e as narrativas dos entrevistados. As entrevistas se deram por meio de abordagem estruturada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise com base nas entrevistas evidencia o entendimento dos coordenadores em relação à proposta Paulo Freire. No entanto, coordenadores e fiscais revelam que na prática em muitos casos o método não foi aplicado, pois muitos educadores não compreenderam a proposta e não encontravam respaldo para aplicá-la, ou mesmo por falta de comprometimento. Conforme narra uma das coordenadoras entrevistadas:

A proposta na formação dos educadores seguia a linha Paulo Freire, mas em muitos dos lugares que visitei, notei que os educadores insistiam no método silábico, pois muitos não compreenderam a proposta e não tinham respaldo para aplicar de forma significativa (COORDENADORA DO TOPA 1).

Sobre a mesma indagação em outra entrevista a coordenadora 2 garante:

Nas formações enfatizávamos e apresentávamos, sobretudo, questões como tema gerador e palavra geradora, princípios freireanos com vistas em uma alfabetização contextualizada. Dessa forma os alfabetizadores partiam dessa premissa, mas não posso garantir que todos seguissem essa prática, mas espero que sim, pois as formações eram voltadas para o método Freire. Os comprometidos certamente desenvolviam suas atividades nessa perspectiva. (COORDENADORA DO TOPA 2).

Nesse aspecto Freire (1996) assevera que:

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases de ideias inertes do que um desafiador. O intelectual que lê horas a fio domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país bairro.[...] (FREIRE, 1996.p.14).

Considerando as colocações de Freire (1996), é preciso ressaltar que é de suma importância que os educadores vivenciem a prática didática, pois ela é capaz de dar sustentação à prática educativa, e

uma educação de excelência se faz com boas práticas pedagógicas, sobretudo, com domínio e utilização adequados dos métodos didáticos. Ele parte da noção que:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 1996, 13).

Os coordenadores expressaram que as metas não foram totalmente atingidas na prática, fator que atribuem à falta de entendimento e comprometimento de muitos envolvidos no processo e falta de fiscalização e de recursos por parte dos gestores do programa.

Os coordenadores, professores e fiscais consideram a experiência profissional individual de ter participado do TOPA satisfatória. Entretanto, revelam que em relação aos resultados o programa não atendeu às expectativas, haja vista, as muitas lacunas não preenchidas pelo TOPA, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

Minha experiência no tocante ao programa foi satisfatória, mas não me senti totalmente contemplada, porque muitas turmas, principalmente da zona rural, não davam continuidade aos estudos por não ter na localidade turmas da EJA para acolher os alunos do TOPA, de forma que eles pudessem dar continuidade aos estudos, ficando novamente, excluídos do cenário educativo e isso muito me angustiava, porque via que aquelas pessoas queriam muito continuar estudando. (FISCAL DO TOPA).

Freire (1996) defende a ideia de uma educação continuada na perspectiva libertadora. Outro autor que comunga desta ideia é Mészáros (2005) ao defender que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas como a luta por uma transformação radical do modelo econômico e político hegemônico.

CONCLUSÃO

O TOPA no Estado da Bahia conseguiu atingir a meta de abrangência estipulada se fazendo presente em quase todo território baiano. Nas estatísticas constatou-se que de fato houve queda nas taxas de analfabetismo, não obstante, esses dados não necessariamente significa que conseguiu garantir a educação efetiva e libertadora idealizada por Paulo Freire, haja vista que com base nas entrevistas percebe-se que na prática muitos educadores se distanciavam do método, e, além disso, fatores relacionados à gestão do programa, bem como o caráter contraditório da sociedade fundada nas desigualdades sociais contribuíram para sua ineficiência. Para maior eficiência do programa seria necessário que os educadores apresentassem perfil para trabalhar com alfabetização, além de formação adequada. O que em muitos casos não ocorreu. Além disso, a formação deveria ser continuada, de modo que proporcionasse aos educadores reflexão e autonomia para levar à prática docente que pudesse de fato proporcionar aos educandos uma educação libertadora e continuada.

Palavras chave: Topa; Educação; Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

Bahia. TOPA. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/topa> acesso em 07 de fev. de 2019.

Brasil. Constituição Federal. 1988. Lex: Legislação Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988.10.1988/CON1988.html> acesso em 07 de fev. 2019.

Brasil. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. (texto atualizado): Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística- IBGE; Disponível em: www.ibge.gov.br acesso em: 07 de fev de 2019.

MEZÁROS, István. Para Além do Capital. Boitempo, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25ª. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

Capítulo 5



10.37423/231008355

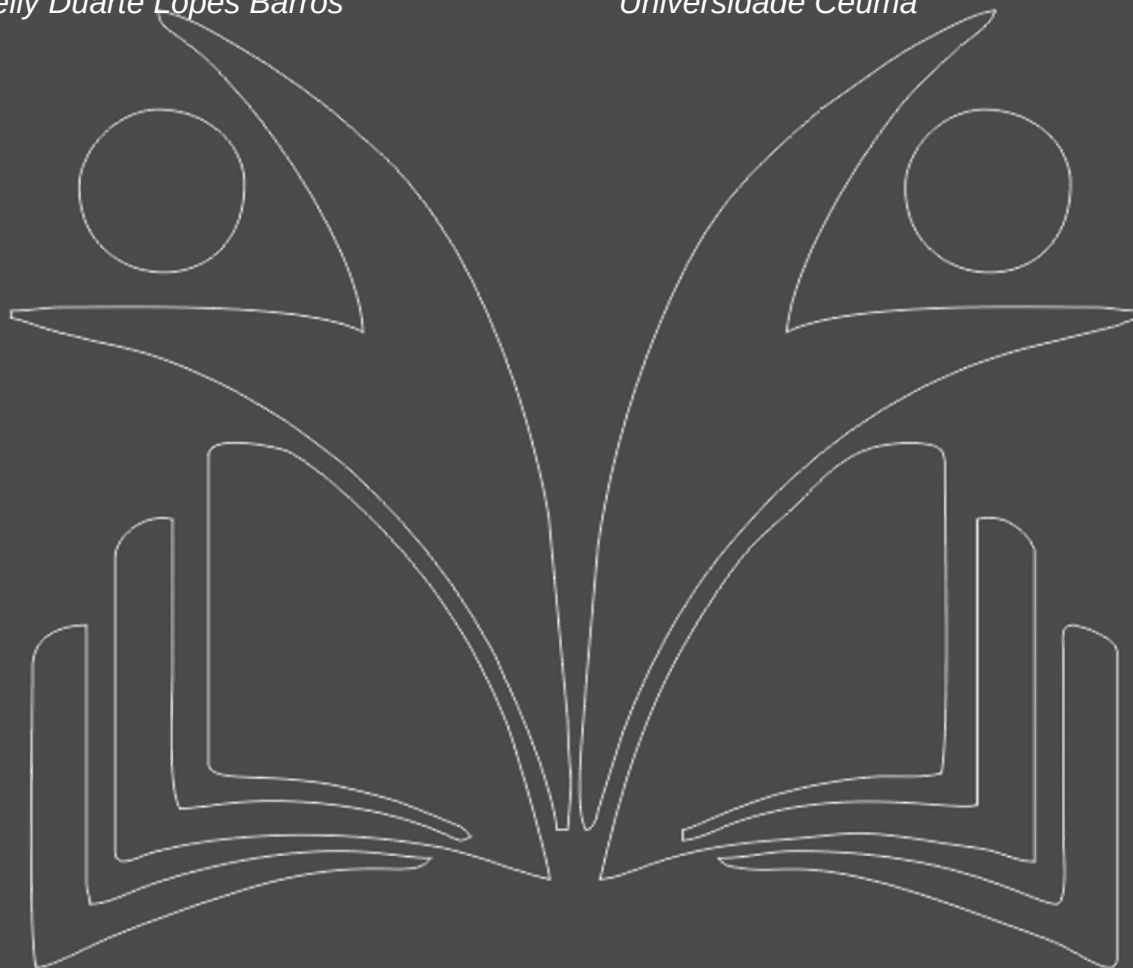
ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM ESCRITA EM ESCOLARES: A PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Higor Vieira da Silva

Universidade Ceuma

Monique Kelly Duarte Lopes Barros

Universidade Ceuma



Resumo: **Introdução:** A falta do desenvolvimento de linguagem em sua totalidade pode trazer prejuízos para além dos sociais, mas também na escrita, na fala, na formulação de ideias, também podendo acontecer trocas fonéticas ou ortográficas. **Objetivo:** Identificar o nível de compreensão dos professores em relação as alterações de linguagem escrita em seus alunos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, analítico, transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Ceuma e Plataforma Brasil sob o número do parecer consubstanciado 5.667.560. Este foi realizado na Instituição de Ensino Saber Prime, a amostra foi composta por professores que assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido a coleta foi realizada através de um questionário composto por 9 perguntas sobre metodologias de ensino, conhecimento a respeito das alterações de linguagem escrita e a capacidade de identificá-las, realizou-se o levantamento de dados sociodemográficos dos professores. **Resultados:** Observou-se que 100% dos professores já ouviram falar sobre as alterações de linguagem escrita e 92,9% conseguiriam identificar quando o aluno apresentasse alteração de linguagem escrita. Quando mostrado exemplos de escritas com alterações estes conseguiram identificar de maneira correta, e 78,6% acreditavam que suas metodologias de ensino influenciariam de maneira positiva os alunos com alteração de linguagem escrita. **Conclusão:** Os professores têm conhecimento prévio sobre as alterações de linguagem escrita, possibilitando aos mesmos identificarem precocemente estas.

Palavras chaves: Professores escolares, Fonoaudiologia, Desenvolvimento da linguagem.

INTRODUÇÃO

As alterações no processo de desenvolvimento da linguagem podem refletir diretamente na construção da imagem da criança em seu meio social, pois pode haver uma carência linguística na forma de se comunicar ⁽¹⁾.

A falta do desenvolvimento de linguagem em sua totalidade pode trazer prejuízos para além dos sociais, mas também na escrita, na fala, na formulação de ideias, também podendo acontecer trocas fonéticas ou ortográficas. A escrita e a leitura são peças fundamentais para a construção de aprendizagem ⁽²⁾.

As experiências que o indivíduo vive diariamente influenciam nos processos fisiológicos do cérebro, auxiliando de forma primária na obtenção de novos conhecimentos ⁽³⁾. Existem muitas dificuldades encontradas nesse processo, pois não se pode considerar somente o aluno como o agente responsável por não ter alcançado o rendimento esperado pela escola, mas todas as questões envolvidas na vida desse aluno para além do ambiente de ensino. Isto por que, existem problemas enfrentados diariamente na rotina da própria escola, essa é uma problemática que merece uma atenção individualizada, pois muitos desses alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem não sabem quais as medidas adotarem e nem suas escolas têm recursos para fazer uma orientação correta ⁽⁴⁾.

O processo de aprendizagem é uma tarefa que exige tanto do aluno no papel de aprendiz, como do professor sendo o emissor do conhecimento. O que acontece é que mesmo com o acesso ao conhecimento muitos alunos se encontram desmotivados ou mesmo sem vontade de estudar, pois a falta de um melhor acolhimento feito por parte das instituições de ensino se faz ausente para esses alunos ⁽⁵⁾.

A construção desse saber não depende apenas do professor em sala de aula ou da escola, mas de diversos fatores associados que podem estar influenciando tanto para facilitar esse processo como também pode estar dificultando a aquisição de conhecimento desse indivíduo.

É o educador que tem esse contato diário com o aluno, que conhece e tem a possibilidade de identificar as dificuldades e os limites que cada um apresenta em determinadas etapas do processo de aprendizagem, ele também de auxiliar para que esses estágios possam ser concluídos de maneira eficaz ⁽⁶⁾. Para se fazer uma intervenção correta, é preciso antes de tudo saber quais são as dificuldades apresentadas pelo aluno e são suas limitações. A escola não deixa de ter um papel importante nesse processo de identificação e encaminhamento para os profissionais ⁽⁷⁾.

É de fundamental importância que se possa entender a dimensão do processo de desenvolvimento de linguagem, para que haja uma intervenção precoce ⁽⁸⁾. A realização de triagens feita nessas crianças pode auxiliar de maneira mais completa pois quanto mais cedo for descoberto as alterações de linguagem maiores são as possibilidades de uma melhor intervenção feita pelos profissionais ⁽⁹⁾.

Sabemos que o profissional fonoaudiólogo é responsável pela promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento alterações de linguagem oral e escrita, mas não significa que outros profissionais que participam da rotina do indivíduo não possam ficar atentos aos sinais de alerta sobre qualquer alteração no padrão de normalidade do desenvolvimento de linguagem ⁽¹⁰⁾.

Diante do exposto, o estudo objetiva identificar o nível de compreensão dos professores em relação as alterações de linguagem escrita em seus alunos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, analítico, transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Ceuma e Plataforma Brasil sob o número do parecer consubstanciado 5.667.560 (Anexo A). Esse estudo foi realizado na Instituição de Ensino Saber Prime na cidade de São Luís – MA, no mês de outubro de 2022.

A amostra do presente estudo foi composta por professores da referida Instituição, que estivessem ministrando aulas para os alunos da primeira até a nona série do Ensino Fundamental. Assim como, aqueles que possuísem graduação no Ensino Superior em pedagogia e ou área de bacharelado. Foram excluídos aqueles que estivessem afastados por motivo de doença, ou aqueles que estivessem na escola por menos de 6 meses.

Após a aplicação dos critérios de seleção foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) para assinatura em duas vias. Os procedimentos que foram utilizados neste estudo atenderam aos critérios éticos estabelecidos pela Portaria 466/12, do Conselho Nacional de Saúde no que se refere à pesquisa com seres humanos. No TCLE foi explicado de forma direta os objetivos do estudo, além dos riscos e benefícios para o indivíduo.

A coleta foi realizada através de um questionário (Apêndice B). Este foi elaborado pelo próprio pesquisador adaptado dos estudos de ^(11,12) o questionário foi composto por 9 perguntas sobre metodologias de ensino, conhecimento a respeito das alterações de linguagem escrita e a capacidade de identificá-las. Além destas, realizou-se o levantamento de dados sociodemográficos dos professores.

Após a coleta das informações, estas foram tabuladas em uma planilha do programa *Microsoft Excel* 2019 para posterior análise de dados. Os resultados foram dispostos através de tabelas, gráficos, com descrição dos valores absolutos e porcentagens.

RESULTADOS

A amostra final foi composta por 14 professores, sendo 78,6% (11) do sexo feminino e 21,4% (3) do sexo masculino. Em relação à faixa etária, observou-se que 14,3% encontravam-se na faixa etária entre 20 e 29 anos, 64,3% entre 30 e 39 anos, 14,3% entre 40 e 49 anos e 7,1% entre 50 e 59 anos. Em relação a escolaridade 100% destes possuíam ensino superior completo. Com relação ao tempo de atuação como professor, 42,9% tinham até 5 anos, 43,9% entre 6 e 10 anos, 7,1% entre 11 e 15 anos e 7,1% mais de 15 anos de atuação na área (Tabela 1).

Tabela 1. Dados sociodemográficos e de atuação profissional dos referidos professores.

	N	%
Sexo		
Feminino	11	78,6
Masculino	3	21,4
Idade		
20-29 anos	2	14,3
30-39 anos	9	64,3
40-49 anos	2	14,3
50-59 anos	1	7,1
Escolaridade		
Ensino superior	14	100
Tempo de atuação		
0-5 anos	6	42,9
6-10 anos	6	42,9
11-15 anos	1	7,1
>15 anos	1	7,1

Fonte: Autor da pesquisa, out. 2022

Ao serem perguntados sobre as alterações de linguagem escrita, 100% (14) dos indivíduos responderam que já ouviram falar. Entretanto, somente 92,9% (13) referiram que conseguiriam identificar quando o aluno estaria com alteração de linguagem escrita. Quando questionados se conheciam quais eram estas alterações, 92,9% (13) responderam que sim.

Quando mostrado um exemplo de escrita com alterações sugestivas de disgrafia, 64,3% (9) disseram que havia alteração na escrita, 21,4% (3) responderam que não e 14,3% (2) que talvez. Na questão seguinte foi mostrada outra imagem, com outras alterações e 100% (14) dos indivíduos afirmaram que existiam alteração. Na terceira imagem também com alterações de escrita, 64,3% (9) referiram terem observado alteração, 14,3% (2) relataram que não e 21,4% (3) que talvez (Figura 1).

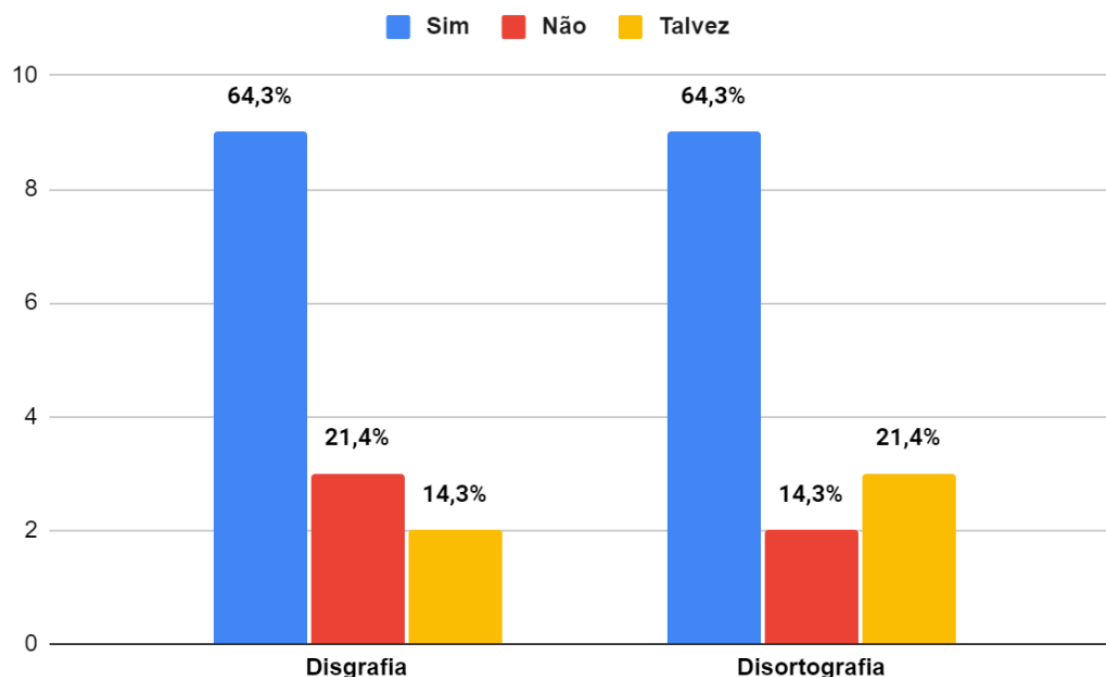


Figura 1. Dados referentes as respostas dos docentes em relação as imagens de alterações de linguagem escrita.

Fonte: Autor da pesquisa, out. 2022.

Com relação a ter contato com algum aluno com alterações de linguagem escrita, sendo dislexia, disortografia e/ou disgrafia, 100% (14) destes responderam que sim. Quanto ao tipo de metodologia de ensino, observou-se que 78,6% (11) acreditavam que está poderia influenciar de maneira positiva os alunos que tivessem alguma alteração de linguagem escrita e 21,4% (3) responderam que talvez (Figura 2).

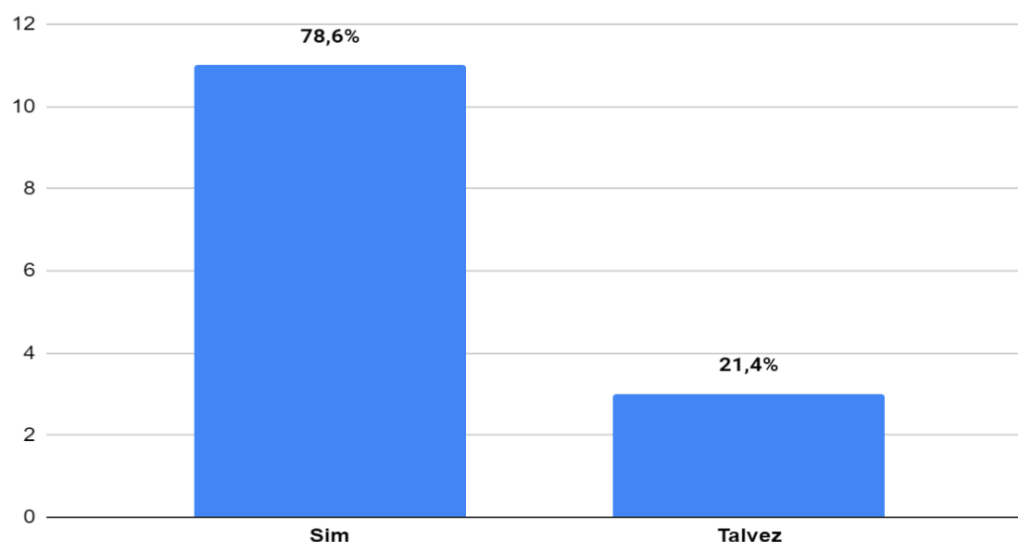


Figura 2. Dados sobre a influência da metodologia de ensino em seus alunos.

Fonte: Autor da pesquisa, out. 2022.

Dentre os tipos de metodologias de ensino usadas pelos docentes, 57,1% (8) relataram usar a metodologia ativa em sala de aula, 28,9% (4) usavam a metodologia construtivista e 14,3% (2) utilizavam a tradicional (Figura 3).

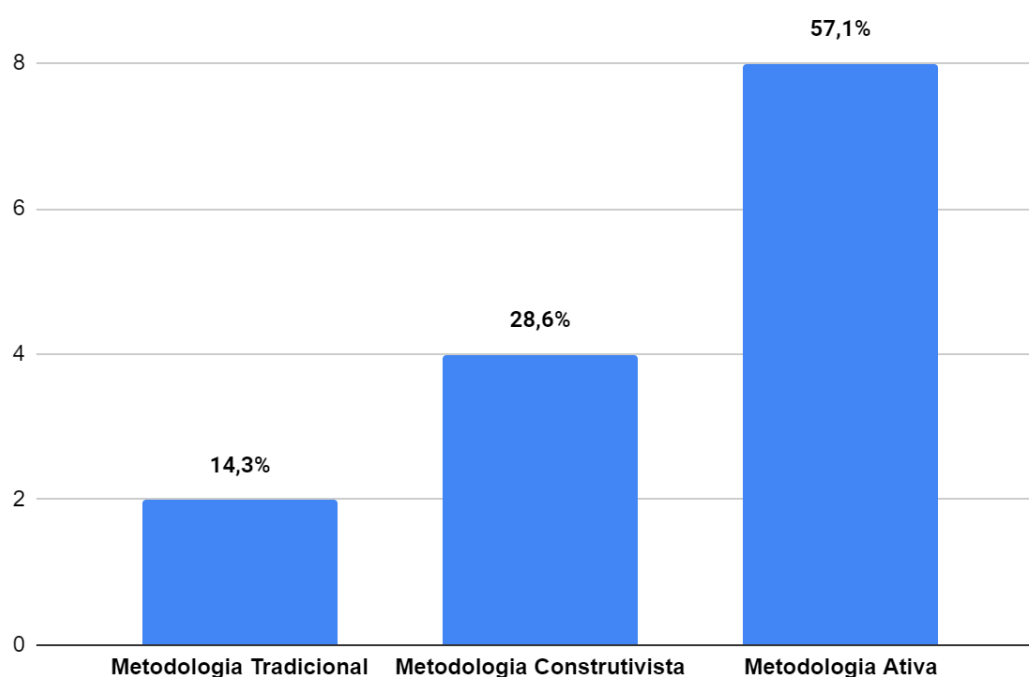


Figura 3. Dados sobre o tipo de metodologias.

Fonte: Autor da pesquisa, out. 2022.

DISCUSSÃO

Os dados obtidos no presente estudo demonstraram que todos os professores já tinham ouvido falar sobre as alterações de linguagem escrita e a grande maioria conseguiria identificar quando o aluno estaria com alteração de linguagem escrita. Este resultado positivo mostra um relevante conhecimento pregresso a respeito dessas alterações que podem estar relacionadas a fatores como a formação continuada destes educadores conforme a Resolução ⁽¹³⁾ CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Outros estudos ^(14,15) demonstram que a formação continuada desses profissionais pode trazer efeitos positivos, principalmente na inclusão destes alunos com alterações dentro de sala de aula.

A grande maioria dos docentes desta pesquisa, responderam que conheciam as possíveis alterações de linguagem escrita que podem ser encontradas. Quando pesquisado na literatura um outro estudo ⁽¹⁶⁾ avaliou a percepção dos docentes em relação ao conceito que eles tinham a respeito de termos dificuldades e distúrbios de aprendizagem, foi observado que muitos destes tinham uma significação bem diferente dos conceitos mais fidedignos. Neste mesmo estudo, ⁽¹⁶⁾ observaram que 70% dos educadores tinham um conceito correto sobre a dislexia, isso corrobora com os achados na presente pesquisa, pois todos os profissionais responderam que havia alteração quando mostrado uma imagem que apresentava um exemplo de escrita.

Em outro estudo ⁽¹⁷⁾ que objetivou verificar a correlação da rede de ensino mostrou maior presença de alunos com disgrafia nas escolas públicas em relação as escolas particulares, o autor do estudo não determinou as causas deste grande número de alunos com disgrafia. A instituição que foi feita a presente pesquisa foi em uma escola da rede privada e a grande maioria dos professores conseguiram identificar alterações de escrita quando perguntando, esses achados mostram que possivelmente por as escolas de rede privada conseguirem identificar de maneira mais ágil, elas conseguem ter uma melhor intervenção e possivelmente uma menor quantidade de alunos com alterações de escrita.

Na literatura muito se fala sobre a importância da parceria entre professores profissionais de saúde, é importante ressaltar que segundo a Lei Nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981 o profissional habilitado a lidar no diagnóstico e tratamento dos transtornos da comunicação é o Fonoaudiólogo ⁽¹⁸⁾.

Em relação a ter contato com algum aluno que apresentasse alguma alteração de linguagem escrita todos os docentes do presente estudo responderam que sim. Um estudo⁽¹⁹⁾ demonstrou que as dificuldades de aprendizagem se tornaram algo recorrente na rotina escolar, com isso muitos desses professores destacaram as muitas dificuldades encontradas no combate e na inclusão destes alunos, pois é necessário segundo eles uma orientação diferenciada para aquele aluno que apresenta essas dificuldades. Neste mesmo estudo foi observado pouca qualificação dos mesmos no assunto, e o pesquisador ressaltou a importância da parceria entre educadores e profissionais da saúde.

Os resultados obtidos na presente pesquisa demonstraram que a grande maioria dos docentes utilizava a metodologia ativa em sala de aula. Na metodologia ativa o aluno é o protagonista de seu ensino, e estudos ⁽²⁰⁾ revelam que o uso desta metodologia é um importante aliado na otimização do processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Este estudo também destaca que essa metodologia está sempre em transformações acompanhando as novas atualizações de aprendizagem, é importante ressaltar que a metodologia ativa possibilita ao educador ter um melhor parâmetro do nível de dificuldade e das limitações de seus alunos em sala de aula, com isso é possível que os docentes consigam redefinir melhor sua abordagem pedagógica de ensino, visando fazer com que o processo de aprendizagem se torne algo mais leve e obtenha melhores resultados.

Em relação as outras metodologias utilizadas por esses professores em sala de aula alguns referiram usar a metodologia de ensino construtivista e outros educadores utilizavam a metodologia tradicional. Com este resultado observasse que os educadores participantes da pesquisa utilizam metodologias que coloquem o aluno com o agente principal e com mais autonomia no processo de aprendizagem colocando o professor como um auxiliador desse processo e não mais o agente principal.

Apesar desses métodos de ensino colocarem o aluno no papel de protagonismo muitos destes preferem os métodos tradicionais. Um estudo⁽²¹⁾ que utilizou métodos de ensino tradicional e construtivista mostrou que os discentes tinham maior afinidade com as atividades e as aulas no modelo tradicional, justamente pela responsabilidade no processo de aprendizagem está pautada apenas no educador sendo ele o detentor de todo o conhecimento e o aluno apenas ter um papel passivo nesse processo. Esse mesmo estudo levantou a reflexão em relação as escolhas destes alunos, mesmo eles possuindo contato com o construtivismo que o leva a uma maior liberdade na busca do conhecimento, o ensino tradicional ainda tem grande influência neles.

A grande parte dos professores do presente estudo responderam que acreditavam que suas metodologias de ensino influenciavam de maneira positiva alunos que apresentassem alterações de linguagem escrita. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o ensino fundamental é o período mais longo da vida do estudante na educação básica. Portanto, é marcada por mudanças comportamentais do indivíduo, fazendo-se necessário a criação de uma grade curricular mais abrangente, com metodologias que venham considerar vivências e os interesses desses indivíduos em sociedade, um olhar mais individualizado para estudante visando observar a subjetividade deste ⁽²²⁾. Observa-se que este resultado pode estar relacionado a formação continuada destes docentes.

CONCLUSÃO

Conclui-se que através deste estudo foi possível verificar que os professores possuem uma compreensão do que são e quais são as alterações de linguagem escrita. Em relação a identificação em sala de aula a maioria conseguiu identificar as alterações, mostrando conhecimento pregresso sobre as alterações de linguagem escrita.

Estudos como esse revelam a importância da formação continuada desses profissionais que promovem uma intervenção precoce nessas alterações, também se percebeu a grande importância que é parceria entre professores e profissionais da saúde possibilitando resultados positivos. Vale ressaltar que o número de publicações neste âmbito ainda está abaixo do esperado, devendo-se ampliar o olhar para esta temática no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

1. Mousinho R, Schmid A, Pereira J, Lyra L, Mendes L, Nóbrega V. Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso. *Revista Psicopedagogia*, 2008; 25(78): 297-306.
2. Barrera SD, Santos MJD. Conhecimento do nome das letras e habilidades iniciais em escrita. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2016; 36(90):1-15.
3. Albuquerque GC, Oliveira RC. CONHECIMENTO DOS PROFESSORES SOBRE A APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA. *Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, 2018;1(2): 214-228.
4. Simões EDF. As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social. *Brazilian Journal of Development*, 2020; 6(1): 3037-3046.
5. Nóvoa A. Pedagogia: a terceira margem do rio. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pedagogianovoa.pdf [acessado em:15 abril de 2022]
6. Dos Reis TG, Dias RF, Boscolo CC. Conhecimento de professores sobre processamento auditivo central pré e pós-oficina fonoaudiológica. *Revista Psicopedagogia*, 2018; 35(107): 129-41.
7. Santos HCD. Dificuldades na alfabetização: as contribuições da avaliação psicopedagógica para o plano interventivo escolar. *Research, Society and Development*, 2021;10(4): 2410413528-e2410413528, 2021.
8. Prates LPCS, Martins VDO. Distúrbios da fala e da linguagem na infância. *Revista Médica de Minas Gerais*,2011; 21(4) Supl 1,S54-S60.
9. Guedes-Granzotti RB, Siqueira LS, Cesar CPHAR, Silva K, Domenis DR, Dornelas R, Barreto ACDO. Desenvolvimento neuropsicomotor e das habilidades auditivas em pré- escolares. *Journal of Human Growth and Development*, 2018; 28(1) 35-41.
10. Benedicto NM, Marim GC, Simão HDO, Jorge TM. Mudanças de risco para comunicação e queixas comunicativas em pré-escolares durante ações do Programa Saúde na Escola. *Revista CEFAC*,2020; 22(6): 4820.
11. Almeida GVM, Kozlowski LC, Marques JM. Alterações da linguagem escrita de escolares em fase de alfabetização na visão de professores. *Revista Cefac*. 2015;17(2):542-551.
12. Vieira SL, Vidal EM, Nogueira JFF. Gestão da aprendizagem em tempos de Ideb: percepções dos docentes. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. 2015;31(1):85-106.
13. Brasil. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº. 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, pp. 103-106 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file> Acesso em: 17 out2022.

14. Rigo NM. A formação continuada de professores nos processos de inclusão escolar: uma discussão entrelaçada com as diferenças e a normalidade. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão* [Internet]. 2021 [cited 2022 Out 17];2 Disponível em: <https://revista.ufrr.br/index.php/rep/article/view/e20218>
15. Ferreira GC, Toman A. Educação especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? *Revista docência e cibercultura* [Internet]. 2020 [cited 2022 Out 16];4(3):367-386. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/54811>
16. Mano AMP, Marchello AMS. Dificuldades e distúrbios de aprendizagem na concepção de professores de séries iniciais Fundamental. *Revista científica eletrônica da pedagogia* [Internet]. 2015 [cited 2022 Out 17];13(25)Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/1fd0fbafafb230c2e4defcd85d4c1065.pdf>
17. Damasceno ESS, Avila CRB, Arnaut MA. Correlações entre o traçado da escrita manual e o desempenho ortográfico de escolares do fundamental I. *Distúrbios da Comunicação*. 2015;27(4):819-830.
18. BRASIL. Lei no 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, 1981. Disponível em: https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_414_12.htm Acesso em: 17 out 2022.
19. Neto FF, Cardoso AC, Kaihami HN, Osternack K, Nascimento AF, Barbieri CLA, et al. Dificuldade de aprendizagem no ensino fundamental e médio: a percepção de professores de sete escolas públicas de São Paulo - SP. *Revista Psicopedagogia* [Internet]. 2015 [cited 2022 Out 10];32(97):26-37. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-84862015000100004
20. Arão MSR, Silva AMFS, Lima IA, Santos VM. A metodologia ativa no processo ensino- aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental. V Congresso Nacional de Educação [Internet]. 2018 [cited 2022 Out 17].110p.Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID 7934_03092018225642.pdf
21. Rodrigues EA, Oliveira VB, editors. AULAS TRADICIONAIS X AULAS CONSTRUTIVISTAS: UMA ANÁLISE DAS AULAS DE MATEMÁTICA MINISTRADAS NA TURMA DO 9º ANO DO CENTRO DE ENSINO MESTRE DO SABER. VII Congresso Nacional de Educação; 2020 [Internet]. 2020 [cited 2022 Out 16]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA17_ID4347_01092020111019.pdf
22. Brasil. Ministério da educação. Base nacional comum curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 17 out 2022.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Ceuma.
 Rua Josué Montello, n o 01, Renascença II
 São Luís – MA
 Fone: 3214-4277 E-mail: cep@ceuma.br

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM ESCRITA EM ESCOLARES: a perspectiva de professores do ensino fundamental**

Essa pesquisa objetiva analisar o conhecimento dos professores sobre as alterações de linguagem escrita em seus alunos. Para participar deste estudo você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Os riscos são: Invasão de privacidade ao responder a questões sensíveis, revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE), tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Você contará com a assistência do pesquisador, se necessário, em todas as etapas de sua participação no estudo.

Ao aceitar participar da pesquisa você estará contribuindo para a área da Fonoaudiologia através do provimento de dados científicos. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Será assinado e datado nas duas vias, e rubricado todas as páginas por você.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas em (horário comercial e/ou emergencial), que poderão ser encontrados nos respectivos endereços e telefones citados no final do termo.

Você será indenizado por qualquer despesa que venha a ter com sua participação neste estudo e por quaisquer danos que venha a sofrer pela mesma razão, sendo que para essas despesas estão garantidos os recursos.

Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. A qualquer momento você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Ceuma, Rua Josué Montello, 01 Renascença II CEP: 65075-120 fone (98) 3214-4277. E-mail: cep@ceuma.br 18 em contato para suas dúvidas éticas pelo endereço do comitê de Ética em pesquisa da Universidade Ceuma,

rua Josué Montello, 01 Renascença II CEP: 65075-120. Horário de funcionamento: Segunda a Sexta das 08:00hs às 12:00hs e 14:00hs às 17:00hs.

Pesquisador responsável: Dra. Monique Kelly Duarte Lopes – Fonoaudióloga

Telefone: (98) 981235719

Endereço: R. Cantanhede, nº 14- Jardim Eldorado

E-mail: moniquelopes@gmail.com

Pesquisador: Higor Vieira Da Silva – Acadêmico do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Ceuma.

Telefone: (98) 988880119

Endereço: Tv. 14 do engenho, nº15- São Cristóvão

E-mail: higor.silva5858@gmail.com

Higor Vieira Da Silva
(98) 988880119

Orientadora responsável
Dra. Monique Kelly Duarte Lopes
(98) 981235719

São Luís, ____ / ____ / ____

Assinatura do sujeito ou responsável

APÊNDICE B

Questionário**1 Dados de identificação**

Nome: _____

Idade: _____ D.N: ____/____/____ Sexo: () M () F

Escolaridade: _____

2) Dados profissionais**2.1 Tempo de atuação como professor (a):**

() 0 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 a 15 anos

() mais de 15 anos

2.2 Trabalha em outras escolas?

() SIM () NÃO

2.3 Carga horária semanal? _____**2.4 Trabalha nesta escola há quanto tempo?**

() 6m – 1ano

() 1a 1m – 2a

() + de 2a

2.5 Quantos alunos você possui?

() menos de 15

() 15 a 20 alunos

() 21 a 30 alunos

() mais de 30 alunos

2.6 Qual sua metodologia de ensino?

3) QUESTIONÁRIO**3.1 Já ouviu falar das alterações de linguagem escrita?**

() SIM () NÃO () Talvez

3.2 Você sabe como identificar quando um aluno está com alteração na linguagem escrita?

() SIM () NÃO () Talvez

3.3 Você conhece quais são as alterações de linguagem escrita que podemos encontrar?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

3.4 Já teve contato com algum aluno com alteração de linguagem escrita (Dislexia, Disortografia e Disgrafia)?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

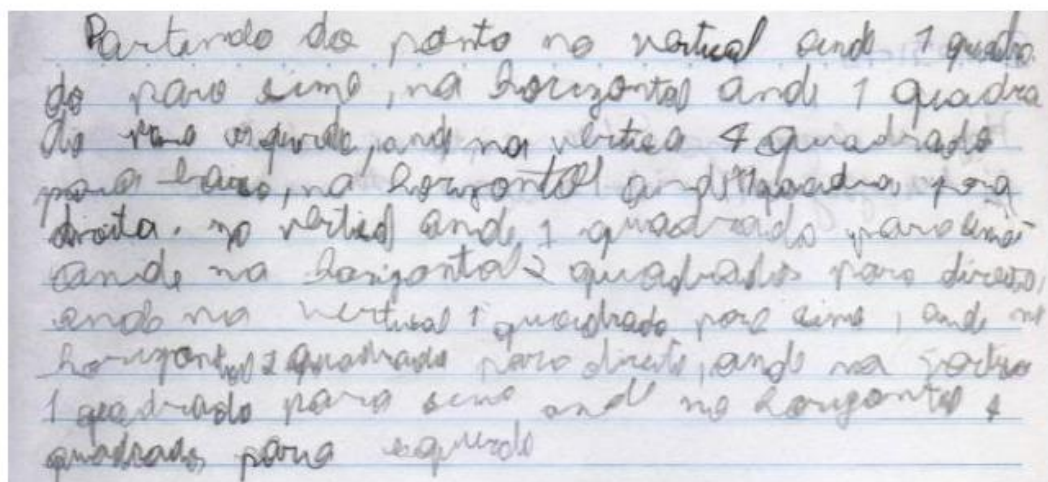
3.5 Acha que sua metodologia de ensino pode influenciar de maneira positiva alunos que tenham alterações de linguagem escrita?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

3.6 Na imagem a baixo temos a foto de um texto escrito por um aluno, para você podemos observar alguma alteração de linguagem escrita?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

Figura 1.

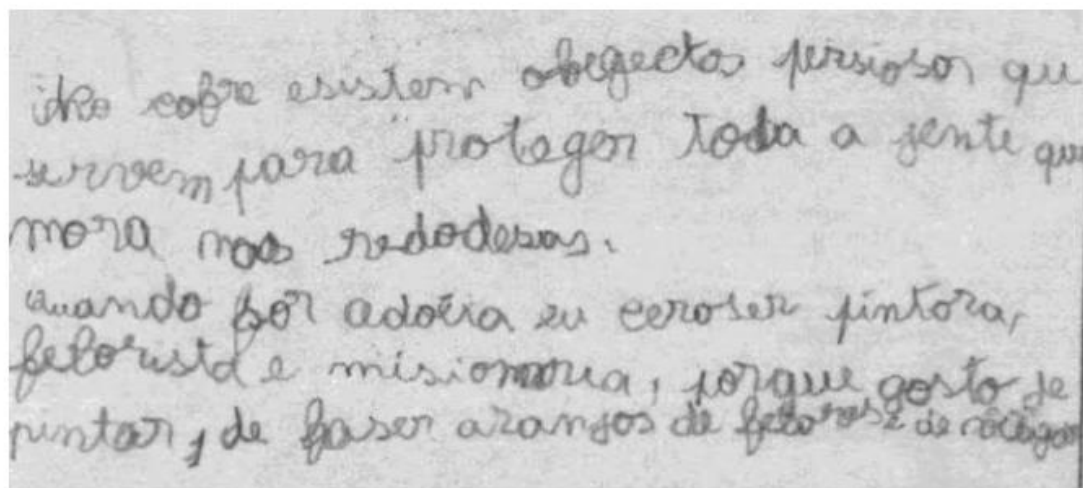


Fonte: Veja

3.7 Na imagem a baixo temos a foto de um texto escrito por um aluno, para você podemos observar alguma alteração de linguagem escrita?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

Figura 2.

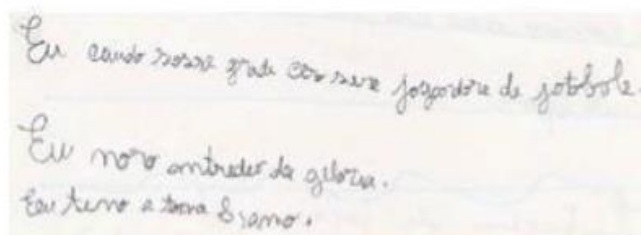


Fonte: Fonoonline

3.8 Na imagem a baixo temos a foto de um texto escrito por um aluno, para você podemos observar alguma alteração de linguagem escrita?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ Talvez

Figura 3.



Fonte: Veja

3.9 Qual o procedimento você realiza ao identificar um aluno com possível alteração na linguagem escrita?

- ☐ Comunicar aos pais minha suspeita
☐ Encaminhar aos profissionais especializados
☐ Não sei como proceder

Outro: _____

ANEXO A

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM ESCRITA EM ESCOLARES: a perspectiva de professores do ensino fundamental

Pesquisador: MONIQUE LOPES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59743922.3.0000.5084

Instituição Proponente: CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.667.560

Apresentação do Projeto:

Introdução: A falta do desenvolvimento de linguagem em sua totalidade pode trazer prejuízos para além dos sociais, mas também na escrita, na fala, na formulação de ideias, também podendo acontecer trocas fonéticas ou ortográficas. **Objetivo:** Identificar o nível de compreensão dos professores em relação as alterações de linguagem escrita em seus alunos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, analítico, transversal, que será realizado na Instituição de Ensino Saber Prime, durante o período do mês de agosto a setembro de 2022. Participação do estudo em média 15 professores que estejam ministrando aulas para os alunos da primeira até a sexta série do Ensino Fundamental. A coleta dos dados será realizada através de um questionário, que conterá 10 perguntas, O questionário abordará perguntas referentes as metodologias utilizadas na escola,

levantamento de dados sociodemográficos dos professores, e seus conhecimentos gerais acerca do assunto, os dados coletados serão tabulados

em uma planilha do programa Microsoft Excel 2019 para posterior análise de dados. **Resultado esperado:** Compreender o grau de conhecimento dos professores em relação as alterações de linguagem escrita.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: DOS CASTANHEIROS

Bairro: JARDIM RENASCENCA

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3214-4212

CEP: 65.075-120

E-mail: cep@ceuma.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
MARANHÃO - UNICEUMA



Continuação do Parecer: 5.667.560

Identificar o nível de compreensão dos professores em relação as alterações de linguagem escrita em seus alunos.

Objetivo Secundário:

- Descrever os aspectos sociodemográficos dos professores;
- Pontuar os tipos de metodologias dos educadores;
- Verificar como os professores identificam as alterações de linguagem escrita.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa são: Invasão de privacidade ao responder a questões sensíveis, revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE), tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. A coleta de dados será realizada por profissionais habilitados e contará com a assistência do pesquisador se necessário, em todas as etapas da participação do indivíduo no estudo.

Benefícios:

Os benefícios esperados com a participação serão a contribuição com o fornecimento de dados científicos sobre o nível de conhecimento dos professores do ensino fundamental sobre as alterações de linguagem escrita em seus alunos. As informações coletadas nessa pesquisa visam contribuir para áreas de saúde gerando, dados e análises estatísticas a respeito do assunto abordado nesse projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo descritivo, analítico, transversal, a ser desenvolvido com professores do corpo docente de uma escola de ensino fundamental. A pesquisa é importante e contribuirá com a área de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos e termos necessários para apreciação ética da pesquisa foram apresentados, estando adequados as resoluções e normativas do sistema CEP CONEP.

Recomendações:

Solicita-se que conste no TCLE que todas as páginas deverão ser rubricadas pelo pesquisador

Endereço: DOS CASTANHEIROS
Bairro: JARDIM RENASCENCA
UF: MA Município: SAO LUIS
Telefone: (98)3214-4212

CEP: 65.075-120

E-mail: cep@ceuma.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO - UNICEUMA



Continuação do Parecer: 5.667.560

responsável/pessoa por ele delegada e pelo participante/responsável legal (Resolução CNS no 466 de 2012, item IV.5.d).

O TCLE não apresenta a numeração nas páginas. Com o objetivo de garantir a integridade do documento, solicita-se que sejam inseridos os números de cada página, bem como a quantidade total delas, como por exemplo: "1 de X" e assim sucessivamente até a página "X de X".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Mediante a análise do projeto de pesquisa e a documentação apresentada decide-se pela aprovação deste protocolo de pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador deverá apresentar a este CEP relatório final da pesquisa

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1956710.pdf	13/06/2022 21:31:37		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	_TERMO_.pdf	13/06/2022 21:30:54	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_PROJETO_.pdf	13/06/2022 21:27:56	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	_DECLARACAO_.pdf	13/06/2022 21:27:38	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	_TCLE_.pdf	13/06/2022 21:23:39	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
Orçamento	_ORCAMENTO_.PDF	13/06/2022 21:23:23	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	_CRONOGRAMA_.PDF	13/06/2022 21:22:24	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	_folha_de_rosto_.pdf	13/06/2022 20:08:58	HIGOR VIEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: DOS CASTANHEIROS
Bairro: JARDIM RENASCENÇA
UF: MA **Município:** SÃO LUIS
Telefone: (98)3214-4212

CEP: 65.075-120

E-mail: cep@ceuma.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
MARANHÃO - UNICEUMA



Continuação do Parecer: 5.667.560

Não

SAO LUIS, 27 de Setembro de 2022

Assinado por:
RUDYS RODOLFO DE JESUS TAVAREZ
(Coordenador(a))

Endereço: DOS CASTANHEIROS
Bairro: JARDIM RENASCENÇA
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3214-4212

CEP: 65.075-120

E-mail: cep@ceuma.br

Capítulo 6

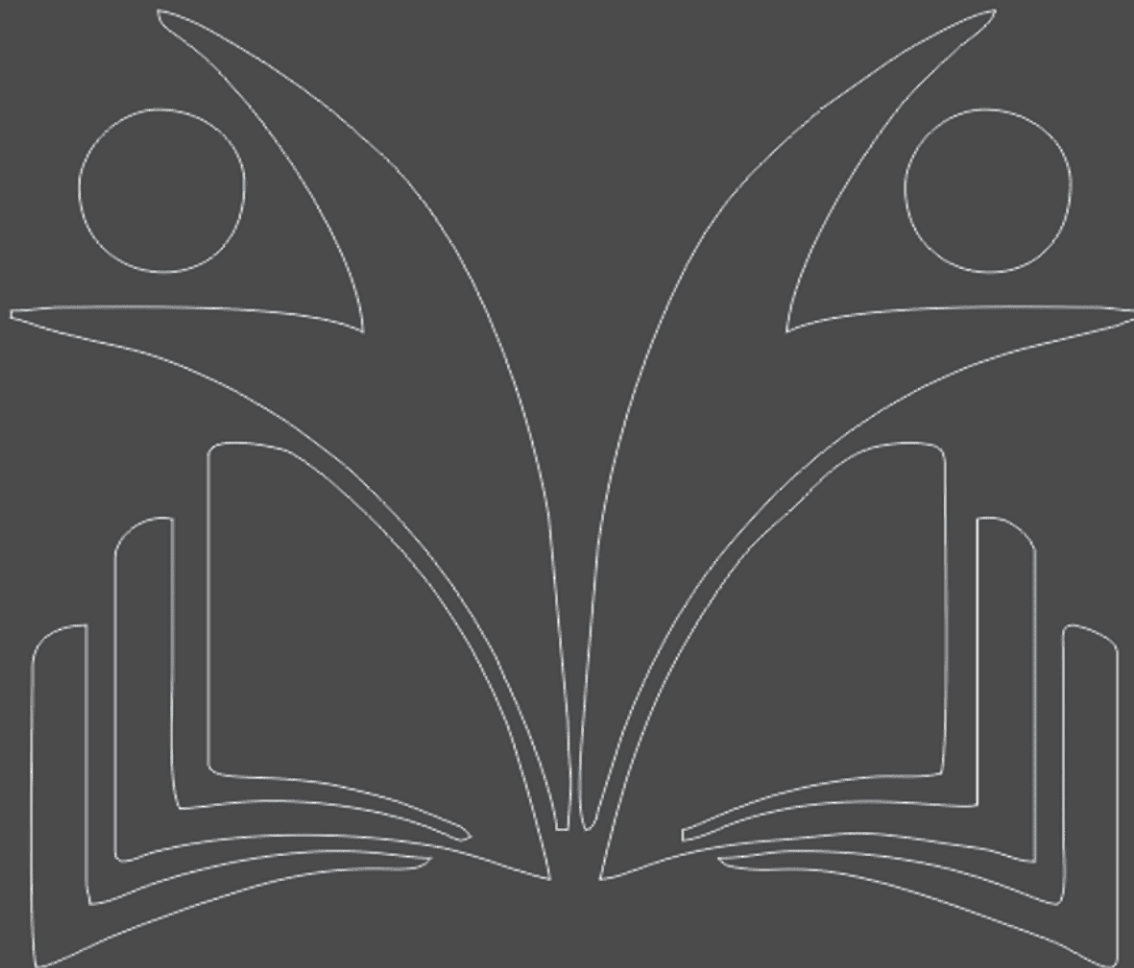


10.37423/231008356

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E AS CONTRIBUIÇÕES A ALUNOS COM DIAGNÓSTICO DE TDAH

Mariana Ortiz

Unifadra/Fundec Faculdades de Dracena



Resumo: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) que se faz presente em crianças é um transtorno do neurodesenvolvimento e poderá desencadear outros comprometimentos que afetam a aprendizagem e a comunicação social. É caracterizado pelo comportamento hiperativo, desatenção e impulsividade constante. O tratamento por meio da Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) envolve etapas como: psicoeducação, avaliação das comorbidades, psicoterapia e intervenções no ambiente escolar e social. Apresentamos aqui um relato de experiência em estágio básico, onde se recorreu às observações de sala de aula em uma escola municipal e a artigos bibliográficos sobre o tema proposto. Buscamos analisar a dificuldade de aprendizagem dos alunos nas escolas, e a inclusão dos mesmos no convívio social, tendo como problemática, em especial a inquietação dos alunos. Os resultados coletados foram: dificuldades em sala de aula ocasionando baixo rendimento escolar, notas baixas, falta de interação entre aluno e professor. Concluimos que pais e professores devem procurar conhecer melhor o transtorno, estarem atentos as necessidades individuais para poderem lidar melhor com as dificuldades apresentadas.

Palavras-chave: TDAH. Inclusão. Dificuldade de aprendizagem. Convívio social

INTRODUÇÃO

A pessoa portadora do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sofre ao ser incluso no meio social e escolar, apresentando dificuldades ao lidar com situações de aprendizagem e comunicação social. Os fatores que comprovam esse transtorno estão caracterizados com a hiperatividade, desatenção e impulsividade ao tomar decisões.

Criança com TDAH tem dificuldade de focalizar sua atenção durante muito tempo, sendo este o sintoma mais relevante, por conduzir a vários comportamentos disruptivos e impulsivos que em longo prazo podem ocorrer problemas pessoais, sociais e acadêmicos. Essas não param para escutar instruções, distraem-se com facilidade e não concluem as tarefas iniciadas, são incapazes de permanecerem sentadas, mudando rapidamente de uma atividade para outra. Com o avanço dos estudos detectou-se que a maioria dos transtornos é devido a uma disfunção cerebral orgânica que envolve subatividade nas áreas do cérebro que são responsáveis pelo controle da atividade motora e da atenção, sendo que estas disfunções estão situadas nas áreas do córtex pré-motor e do córtex pré-frontal superior, restando identificar o que provoca essa disfunção (HOLMES, 2001)

O reconhecimento do TDAH em crianças é de suma importância, pois possibilita a percepção das dificuldades escolares desde a infância, ou seja, os problemas relacionados com a dificuldade em aprender, na comunicação e na concentração. Outros fatores que comprovam essa dificuldade na aprendizagem são os distúrbios psiconeurológicos, tais como a dislexia.

O tratamento do TDAH por meio da Terapia Cognitivo Comportamental, segundo Doyle (2006), envolve quatro etapas: psicoeducação, avaliação das comorbidades, a psicoterapia em si e intervenções no ambiente.

Durante a psicoeducação o paciente recebe informações sobre o TDAH. Na avaliação das comorbidades é necessário verificar se há outros transtornos associados.

Na psicoterapia será muito importante identificar as crenças centrais do paciente, pois muitas podem estar relacionadas ao desconhecimento sobre a doença, como se considerarem incapazes ou inúteis. Os pacientes precisam aprender a contestar suas crenças e adotar uma nova visão de si mesmos (Doyle, 2006; Rostain & Ramsay, 2006 apud CM Mesquita, 2009).

As intervenções no ambiente que vão desde pequenos ajustes no ambiente escolar a orientações do cotidiano familiar.

1.1 IDENTIFICANDO O PROBLEMA

A primeira pergunta que pensamos em fazer é quem tem TDAH tem um problema?

É sabido que o portador de TDAH apresenta dificuldade de concentração, podendo distrair-se com facilidade, ouvindo qualquer barulho, ou mesmo distraído sozinho, esquece seus compromissos, perde ou esquece objetos nos lugares, possui dificuldade em seguir instruções, em se organizar, além de falar muito, interrompendo as pessoas enquanto conversa, não conseguindo esperar sua vez e respondendo às perguntas antes mesmo delas serem feitas por completas.

O DSM – IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais) define o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade como um problema de saúde mental, considerando-o como um distúrbio bidimensional, que envolve a atenção e a hiperatividade/impulsividade.

Portanto tais características refletem significativamente no rendimento escolar, a desatenção apresentada no aluno pode caracterizar a diminuição do tempo de estudo, dificultando seu processo de aprendizagem, reduzindo a capacidade para fixação dos conteúdos aplicados em sala de aula. Outra característica marcante do TDAH se faz presente na impulsividade, desencadeando no aluno a não realização de atividades em sala, ou seja, a impulsividade prejudica em seu desempenho fazendo com que o aluno entregue a atividade incompleta, prejudicando assim na dinâmica da aula, com diversas interrupções causadas também por impulsividade e hiperatividade constante.

O diagnóstico deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, trata-se de um processo amplo e multifacetado. Diversos problemas biológicos e psicológicos podem contribuir para a manifestação de sintomas similares apresentados por pessoas com TDAH. Um dos aspectos mais importantes do processo de diagnóstico é um cuidadoso histórico clínico e desenvolvimental. A avaliação do TDAH inclui, frequentemente, um levantamento do funcionamento intelectual, acadêmico, social e emocional.

Existem divergências sobre a existência do transtorno por alguns profissionais da psicologia, embora a maioria dos profissionais da área acredite na sua existência, muitos afirmam que sua causa é o próprio diagnóstico. E em relação ao diagnóstico, muitas áreas se entrelaçam ao falar sobre o mesmo, havendo controvérsias dentre elas.

O TDAH não só é conhecido por ser um dos distúrbios neuropsiquiátricos mais comuns na infância e na adolescência (MATTOS, 2001), mas também porque engloba sintomas que são comuns em

portadores e não portadores tais como: dificuldade de concentração, falha na finalização de tarefas ou inconsistência na realização de um objetivo definido (BARKLEY, 2002).

1.2 O TRATAMENTO

Esses fatores também estão relacionados com a depressão, ansiedade, além dos próprios sintomas do TDAH, onde a intervenção da Psicoterapia Cognitiva Comportamental ajuda na eficácia de tratamento dos sintomas com adequada utilização de medicação para esse transtorno. Vale ressaltar que o desenvolvimento cognitivo da criança com o TDAH ocorre com a intervenção de todas as pessoas envolvidas, entre elas estão os pais, professores, médicos, entre outros.

Portanto, atenção voltada para a pessoa portadora de TDAH é dependente de tratamento como os medicamentos, e intervenções para a colaboração do processo de ensino e aprendizagem. No entanto essa atenção ainda é mais importante para que possa ser trabalhada de maneira que a socialização da criança seja na escola ou em outros grupos sociais das quais ela está inserida, gera a maior preocupação por não haver detecção do distúrbio, desencadeando assim os problemas de interação social e educacional, ocasionando prejuízos na vida do mesmo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Verificar como se dá a inclusão de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade nas escolas e no meio social

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Refletir sobre a problemática no contexto escolar e levantar sugestões e orientações adequadas para pais e professores na construção de estratégias para melhorar o convívio familiar e o desempenho na escola.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo a princípio foi desenvolvida através de revisão nas bases de dados com periódicos sobre o tema, posteriormente um relato de experiência de Estágio Básico de Observação em Psicologia desenvolvido em uma escola da rede pública municipal onde foram observadas crianças que se encontram na instituição com diagnóstico de TDAH e outras não diagnosticadas que tiveram

como critério de inclusão comportamentos típicos do transtorno: inquietação, dificuldades na aprendizagem e no convívio social sugerindo assim hipótese de TDAH.

Foram utilizados como critérios de busca os termos: crianças com TDAH- diagnóstico, crianças com TDAH- desempenho escolar, crianças com TDAH – convívio social. A ideia foi, assim, ter acesso a informações implicadas no problema investigado.

Quanto a sua natureza trata-se de um estudo qualitativo, porque objetiva interpretar o fenômeno que observa.

Após a discussão foram apontados caminhos que poderão contribuir para uma melhor reflexão na temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do Estágio Básico I foi observado que algumas crianças apresentavam dificuldades durante as aulas como o baixo rendimento escolar, ocasionando notas baixas, além da baixa interação com os colegas. Essa queixa era prevalente entre alguns que já tinham diagnóstico de TDAH, entre outros que não tinham esse diagnóstico fechado mas apresentavam comportamentos similares.

Vale ressaltar também que um profissional especializado durante as aulas é de suma importância, pois possibilita a aprendizagem mais significativa para a criança como uma forma de orientá-la a fazer as atividades propostas em sala de aula.

A observação feita mostrou que crianças apresentam essas dificuldades por não conter uma metodologia adequada para as mesmas, como por exemplo, feedback positivo (reforço) através de pequenos elogios para uma atitude adequada.

4.1. INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO ENSINO REGULAR: PAPEL ATIVO DO PROFESSOR E IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE

Metz (2018) em seu artigo visa compreender o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e seus sintomas, bem como analisando as dificuldades de aprendizagem que esses alunos possuem.

O autor também aborda a questão dos métodos utilizados por professores e as estratégias que favorecem a aprendizagem. Dessa forma, o trabalho objetiva alertar sobre o TDAH e conduzir a uma

reflexão respeitando as necessidades e dificuldades que estes alunos apresentam no processo de inclusão.

Isso porque, os alunos com TDAH precisam de atenção especial para que possam construir o conhecimento e essa tarefa não é fácil, pois exige muito do professor, da família, de toda equipe escolar e de equipe de saúde.

Por isso, na escola o professor deve estar capacitado para poder dar o suporte necessário a estes alunos e para que isso ocorra é preciso haver uma boa organização da escola para que ocorra a inclusão desses alunos.

4.2. INCLUSÃO EDUCACIONAL: RECONHECENDO AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE – TDAH

No artigo de Josivane Carlos da Silva (2019), o autor analisa e compreende as dificuldades de aprendizagem do aluno com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) identificando se realmente a inclusão educacional atende as necessidades do aluno, pois quando o professor não identifica o TDAH, acredita que o aluno é apenas indisciplinado ou desatento, prejudicando-o em sua aprendizagem.

Partindo do pressuposto que muitas vezes a legislação por si só, não garante a inclusão e que muitos professores não têm o conhecimento necessário para lidar com o TDAH, e que é necessária a presença de um Psicopedagogo na escola para dar o suporte necessário. A autora visa mostrar as dificuldades de aprendizagem desses alunos e conhecer quais são as propostas de inclusão.

Portanto a autora relata que o aluno com TDAH possui especificidades que precisam ser levadas em conta pelo professor, para que possa preparar atividades que desenvolvam competências e habilidades.

4.3. TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E O TDAH

De acordo com o autor CM Mesquita (2009), o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) crianças e adolescentes são os mais atendidos em ambulatórios de saúde mental, pois os adultos em sua maioria não sabem que tem TDAH, além de não saber que há tratamento e os estudos sobre esse transtorno geralmente abordam pacientes cursando o Ensino Fundamental, sendo que os estudos envolvem crianças na Educação Infantil, adolescentes e adultos são poucos.

Por isso, os autores procuram relatar o caso de uma paciente adulta com TDAH subtipo desatento sendo tratada com Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), no caso a psicoterapia. Para isso, os autores apresentaram as características clínicas do TDAH e mostram o tratamento com TCC que envolve quatro etapas: psicoeducação, na qual o paciente recebe informações sobre o TDAH; avaliação das comorbidades, na qual o paciente é levado a reconhecer os sintomas bem como os prejuízos causados e conseguir estratégias novas para lidar com tais sintomas; psicoterapia, essencial para identificar como o paciente percebe a doença, pois podem desconhecê-la e acreditam que são inúteis ou incapazes e assim adotar uma nova visão a respeito de si mesma; intervenções no ambiente devem ser realizadas logo no início do tratamento para que o paciente encontre um equilíbrio entre estrutura e liberdade. Para isso utilizam-se controles externos tais como anotações, lista de lembretes, lugares silenciosos para estudar e trabalhar cronogramas, quadros de avisos, despertadores, realizarem intervalos com frequência para diminuir os danos, entre outros.

Pelos resultados obtidos com a paciente estudada se observa que a TCC produz bons resultados.

4.4. TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): UM OLHAR PEDAGÓGICO

Segundo Keity Valéria Padovan da Silva (2015) em seu artigo coletou dados através de entrevistas, questionários e observações com professores do ensino Fundamental da Escola Municipal Sadao Watanabe, no município de Sinop, Mato Grosso.

Tudo isso com o intuito de compreender o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula, com alunos que têm o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) partindo do entendimento do professor sobre o assunto, como lida com o problema e o que faz no processo de ensino-aprendizagem para que esses alunos aprendam.

A autora concluiu que é preciso que o professor estude, reflita e debata sobre suas práticas para que assim possam desenvolver as atividades mais adequadas para esses alunos.

4.5 TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): CONVÍVIO SOCIAL

É sabido que crianças com TDAH se comportam de forma muito ansiógena ou incômoda em determinados ambientes sociais.

A esse respeito Benczik (2002) nos lembra da necessidade de se ver o TDAH muito mais como um transtorno do ajustamento, de adaptação, da inconstância da atenção, da instabilidade, da falta de habilidade social do que como uma doença.

Isso porque, atualmente a sociedade cobra comportamentos rotinizados que geram ansiedade em pessoas sem nenhum transtorno, quanto mais em pessoas com TDAH que não conseguem ficar muito tempo quietas.

Essa cobrança por parte da sociedade faz com que a criança tenha prejuízos em seu convívio social, pois em ambientes que requer silêncio e em que se deva permanecer quietas como em igrejas, palestras, entre outros, a criança geralmente não consegue e segundo Barkely (2002, p. 35):

(...). Um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que consiste em problemas com os períodos de atenção, com o controle do impulso e o nível de atividade. [...]. Esses problemas são refletidos em prejuízos na vontade da criança ou em sua capacidade de controlar seu próprio comportamento relativo à passagem do tempo – em ter em mente futuros objetivos e consequências. Não se trata apenas [...] de uma questão de estar desatento ou hiperativo. Não se trata apenas de um estado temporário que será superado, de uma fase probatória, porém normal, da infância. Não é causado por falta de disciplina ou controle parental, assim como não é o sinal de algum tipo de “maldade” da criança. (Barkely, 2002, p.35)

Dessa forma, a criança terá dificuldade em conviver com outras pessoas que veem seu comportamento como falta de educação. Além disso, como é muito inquieta, a criança com TDAH tem dificuldade em fazer amizades, pois as outras crianças geralmente se recusam a brincar e a se socializar com ela devido ao seu comportamento.

Isso acontece porque geralmente a criança hiperativa costuma se envolver em brigas e confusões e às vezes prefere brincar sozinha. Muitas vezes seu convívio social é atrapalhado porque a criança com TDAH está sempre alienada ou tentando chamar a atenção.

Quando a criança não tem a família presente para interceder por ela a criança passa a ter que resolver seus próprios problemas e muitas resolve através de agressões ou se isolando e especialmente quando a criança já tem certa idade, pois um comportamento que antes era considerado imaturo ou engraçado não é mais tolerado e a criança precisa então aprender a lidar com as estruturas, regras e limites estabelecidos pela sociedade e isso pode demorar um certo tempo para que a criança se ajuste bem às expectativas da sociedade (BARKLEY, 2002).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade é um distúrbio do neurodesenvolvimento, dificultando a capacidade mental da criança, atingindo cerca de 3% a 5% em crianças com idade escolar e estima que 40% e 60% apresentam o distúrbio durante a vida adulta dificultando problemas relacionados ao trabalho, em casa e na sociedade.

Os alunos que apresentam TDAH precisam desenvolver estratégias cognitivas para que possam aprender, pois existe uma baixa capacidade de concentração durante as aulas devido ao déficit em atividades específicas, no caso a atenção, memória e a percepção devido à dificuldade no processamento das informações. Esses alunos no caso apresentam uma tendência maior de dificuldade relacionado à linguagem e matemática. O indivíduo com TDAH tende a ser menos eficiente no uso de estratégias complexas do pensamento. Utilizam estratégias menos eficientes no processo de reflexão e a característica de inquietude e de impulsividade prejudicam atividades que necessitam tranquilidade para sua correta interpretação (ALENCAR, 2006).

Por isso, pais e professores devem estar atentos a esses alunos, sempre os orientando em atividades, brincadeiras, para que eles não sejam excluídos dos outros alunos, pois uma criança que apresenta hiperatividade não tem cuidado ao andar, brincar, não dá espaço para outras pessoas se expressarem, querem falar ao mesmo tempo, e com esses fatos acabam sendo deixados de lado.

Esse transtorno está ligado ao fato do córtex pré-frontal apresentar um mal funcionamento, comprometendo a assimilação de informações de uma forma mais lógica, aumentando a atividade motora e impulsividade. Esses alunos no caso apresentam desconexões de linguagem, pensamentos, expressões, criatividade, relação social e emocional. Sendo assim, necessitam de tratamento medicamentoso, além da forma diferenciada de ensinar, realizarem avaliações para obter o sucesso escolar.

Não se pode desconsiderar a família como agente fundamental dessa engrenagem na questão do prognóstico de como esses indivíduos se sairão na vida adulta.

Assim, saber se as crianças que apresentam TDAH terá sucesso no futuro é de limitada importância. Têm se que considerar vários contextos nos quais essas crianças vivem e interagem, com quem interagem, e quem, em troca, age sobre elas.

Diante disso, surge o desenvolvimento de projetos que contemplem intervenções no aspecto social em especial no ambiente escolar e principalmente familiar, para que essas instituições cumpram seus papéis nas diferentes demandas das dificuldades que essas crianças vivenciam.

Aos profissionais que lidam com essa criança caberá tentar minimizar os impactos, desenvolvendo atendimentos a criança, orientações às pessoas que interagem diretamente com o portador do transtorno, na tentativa de promover a saúde mental, a qualidade de vida e desenvolver possibilidades de relacionamentos interpessoais, familiares e sociais mais saudáveis.

6 REFERENCIAS

ALENCAR, Maria de Jesus Queiroz. Avaliações das Estratégias de Ensino Atensionais: A Prática pedagógica para o Aluno com Transtorno de Déficit de Atenção/hiperatividade-TDHA. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, FAGED, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br>. Acesso em 29 jul. 2020.

BARKLEY, R. A. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Atualização diagnóstica e terapêutica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MESQUITA, Cíntia Machado de; PORTO, Patrícia Ribeiro; RANGÉ, Bernard Pimentel; VENTURA, Paula Rui. Terapia cognitivo-comportamental e o TDAH subtipo desatento: uma área inexplorada. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v.5, n.1, Rio de jan- jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 31 mar. 2020.

METZ, Tiago. Inclusão de alunos com Déficit de atenção e hiperatividade no ensino regular: Papel ativo do professor e importância do diagnóstico precoce. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 07, pp. 149-154 Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. Acesso em 31 mar. 2020.

SILVA, Josivane Carlos da. Inclusão Educacional: Reconhecendo as Dificuldades de Aprendizagem do Aluno com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade TDAH. Disponível em: <https://psicologado.com.br/>. Acesso em 31 mar. 2020.

SILVA, Keity Valéria Padovan da. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): um olhar pedagógico. Revista Eventos Pedagógicos. Sinop-MT, v.6 n.4, pp. 223-231, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://sinop.unemat.br>. Acesso em 31 mar. 2020.

Capítulo 7



10.37423/231008387

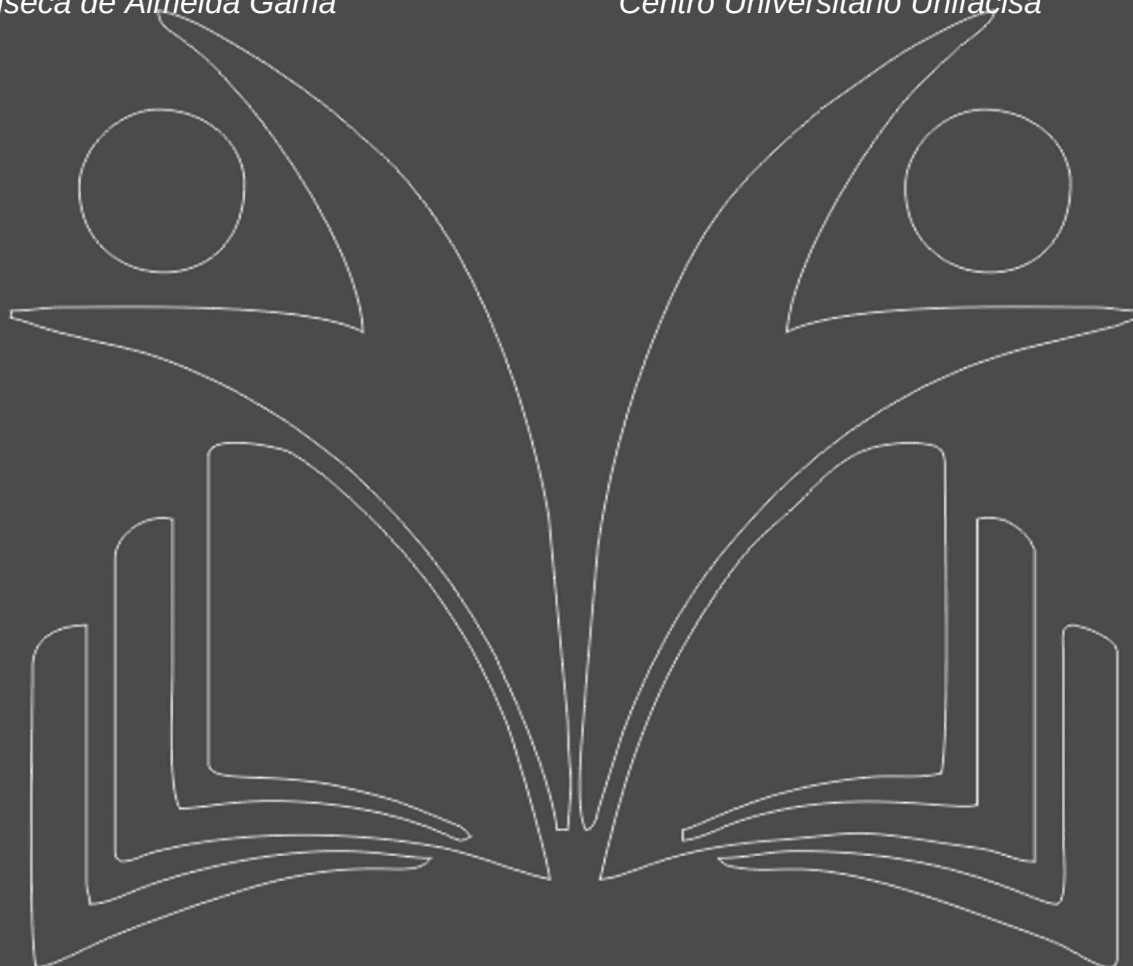
VONTADE E DESEJO, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: DISCUTINDO O “FRACASSO ESCOLAR”

Maria Cristina Maia de Oliveira Fernandes

Universidade Católica de Pernambuco

Juliana Fonsêca de Almeida Gama

Centro Universitário Unifacisa



Resumo: Com o objetivo de dar forma escrita a algumas reflexões sobre o “fracasso escolar” e suas causas na atualidade, este trabalho, ancorado na influência que tiveram Nietzsche e Schopenhauer na obra de Freud, discute o conceito de vontade e como tal conceito incide sobre o desejo que Freud inaugurou, a partir da descoberta da psicanálise. Esse percurso teórico é feito tendo como pano de fundo, mas também de destaque, a atual situação da educação, repleta de impasses, de novas configurações, contingências e implicações inerentes ao tempo no qual nos encontramos. Dessa forma, parte-se da ideia de que o processo histórico da educação foi de fundamental importância para a evolução humana, assim como são fundamentais a noção de vontade, enquanto uma ação que se dirige a um objetivo a ser alcançado, e de desejo, que também mobiliza o sujeito, mas é da ordem do inconsciente. Desde o princípio, portanto, com os gregos, fincamos profundas raízes na história da educação que ecoam até os dias atuais, quando, ainda, a transmissão de valores constituiu-se como um problema. Hoje, sobretudo, essa problemática ganhou, dentre outros, um novo nome e uma nova forma: fracasso escolar. Acontece que as urgências e insuficiências fatais, decorrentes do sistema constante de cobranças, intensificam determinadas quebras e põem em cheque as ainda incipientes reconfigurações das relações humanas, causando o caos e um não saber fazer e lidar intensos. Argumenta-se, frente a essa situação, sob o olhar da psicanálise, que é preciso acolher o que se instaura no limite entre o patológico, o pedagógico e o psicológico, nas entrelinhas do “fracasso” no processo educativo. É preciso ir da impotência ao impossível, não enquanto impraticável, mas como o que funda a lógica que constitui a natureza humana. Quer dizer, seja na clínica ou em um trabalho na escola, é preciso, a partir de uma escuta diferenciada, propiciar a mobilização desse sujeito em busca do desejo, quebrando o “gesso” dos nomes a ele atribuídos, ou ainda, de sua vontade, como aquilo que o move na busca de novas possibilidades.

Palavras-chave: Vontade; Desejo; Educação; Fracasso Escolar; Psicanálise.

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de dar forma escrita a algumas reflexões sobre o “fracasso escolar” e suas causas na atualidade, este trabalho, ancorado na influência que tiveram Nietzsche e Schopenhauer na obra de Freud, discute o conceito de *vontade* e como tal conceito incide sobre o *desejo* que Freud inaugurou, a partir da descoberta da psicanálise. Esse percurso teórico é feito tendo como pano de fundo a atual situação da educação, repleta de impasses, de novas configurações, contingências e implicações inerentes ao tempo no qual nos encontramos.

Em se tratando do tempo atual, é sabido que a Educação tem sido marcada por profundas modificações ocorridas nos campos econômico, científico e cultural (SERAFIM, 2009). As políticas educacionais, os educadores, os aprendentes, a comunidade e os demais seguimentos que corroboram com a educação têm se deparado com fatos inéditos, e certas “quebras” paradigmáticas com relação àquilo que move os sujeitos e guia a relação ensino- aprendizagem. Dito de outra forma, temos visto, convivido e observado novas nuances na *vontade*, nos objetivos a serem alcançados, de cunho consciente.

Falando, então, em *vontade*, se a definirmos a partir do dicionário, podemos dizer que é a faculdade que tem o ser humano de *querer*, de *escolher*, de livremente praticar ou deixar de praticar atos. Mas também se define como força interior que impulsiona o indivíduo a realizar algo, a atingir seus fins ou desejos; ânimo, determinação, firmeza. Sob o ponto de vista filosófico, temos que *vontade* é uma atividade altamente consciente; a vontade esforça-se por elaborar meios apropriados para a obtenção de um resultado perseguido, em virtude de uma escolha deliberada (DUROZOI; ROUSSEL, 1996). Assim, qualquer que seja a definição que buscarmos para o conceito, há uma ação que se dirige a um objetivo a ser alcançado, de cunho consciente.

Schopenhauer, cuja formação sofreu larga influência de Platão, de Kant e do livro sagrado da Índia, os Upanishad, descobriu, extraíndo uma ideia de Spinoza, ao longo de seus estudos e elaborações teórico-filosóficas, que a realidade numenal que nos é revelada pelo nosso organismo “*é o que permite viver o que é a tendência, o desejo, a vontade, em suma, o querer-viver, que será elevado à dignidade de princípio metafísico*” (DUROZOI; ROUSSEL, 1996). Schopenhauer argumenta que a *vontade* é um poder cego que trabalha sem objetivo ou repouso. O *desejo*, que para ele, é a expressão consciente do querer-viver, é vivido como carência e gera sofrimento. A salvação estaria diretamente ligada à libertação do querer-viver e, portanto, do que gera dor.

Seguindo na linha de pensamento proposta, pode-se dizer que, apesar de ter sido a leitura de Schopenhauer que despertou em Nietzsche, sua vocação filosófica, foi justamente a *teoria da Vontade* que provocou uma ruptura entre os dois. Ambos entenderam o mundo como vontade, essa força cega que diz respeito ao homem, mas que ele não consegue controlar. No entanto, contrapondo-se a uma teoria de Schopenhauer, que considera metafísica, Nietzsche criou o conceito “Vontade de Potência”, tentando fazer com que esse conceito pudesse ser imanente, ligado ao mundo. Ele baseou este conceito em dois pontos: um ponto de discordância e um segundo ponto, que estaria ligado à maneira como o sujeito vai lidar com essa vontade, essa força cega.

Para Schopenhauer, o sujeito deve lidar com isso através da arte e a partir de uma “vida ascética”, ou seja, quanto mais afastado do prazer, melhor. O ideal ascético estaria correlacionado à negação das paixões humanas, portanto. Se o desejo é o que causa dor, é preciso dele se afastar. Assim, o homem estaria livre do sofrimento. A essa posição de Schopenhauer, que Nietzsche vai nomear de “Pessimismo”, ele sustenta – em contraposição - que a vida deve ser afirmada nela mesma, do jeito que ela é e não se afastando, evitando prazeres ou dores. Para Nietzsche, a vida ser trágica não é um argumento contra a vida. Ao contrário, a vida se torna bela justamente por sua inconstância, pelo seu aspecto de perturbabilidade.

Mesmo que Freud tenha afirmado não ter lido Nietzsche, ou muito pouco ou quase nada, há evidências que o contradizem, pois há muitas alusões ao seu pensamento, inclusive no que diz respeito à questão da libido, conceito que podemos dizer que está correlacionado ao desejo que, para o pai da psicanálise, era da ordem do inconsciente. Eles foram contemporâneos e suas obras apresentam alguns pontos de referência que se cruzam. Na própria correspondência de Freud a Fliess, Freud comenta que se dirigiu a Nietzsche na esperança de encontrar “a linguagem do seu próprio indizível” (ASSOUN, 1991), quando diz: *“Acabo de adquirir um Nietzsche, em quem espero encontrar palavras para muito do que permanece emudecido em mim, mas ainda não o abri. Preguiçoso demais, por ora”* (FREUD, 1900).

Alguns filósofos como Sartre, Kant, Rousseau, Ricoeur, também se dedicaram ao tema da *Vontade*, ainda que fazendo um entrecruzamento – deliberado ou não – com outros conceitos. Sabemos, pois, que cada objeto discursivo tem o seu espaço particular e cada autor transmite seu pensamento de maneira singular. Assim, um exemplo que podemos dar é o de Sartre, que, com seu conceito de liberdade, de alguma maneira toca no tema da vontade, quando afirma que “o ser humano está

condenado a ser livre”, ou seja, não há nada que o obrigue a agir de uma maneira ou de outra. Seria a liberdade, a condição de formação para o sujeito, mesmo que isso provoque angústia (SILVA, 2013).

Após este breve resgate entre *vontade*, *desejo* e *vontade de potência*, objetiva-se refletir sobre o sistema educacional, hoje, no Brasil. Munidos dessa ferramenta filosófica – mais particularmente no que diz respeito à vontade e articulando ao desejo – visa-se o diálogo e o debate de tais concepções frente ao fenômeno frequente da atualidade, o chamado “fracasso escolar”, uma constante no cotidiano das escolas, que requer respostas dos educadores em geral, mas também dos profissionais conhecidos como *psi*.

A expressão “fracasso escolar” aparece entre aspas, porque se considera, de antemão, fundamentais questionamentos como: *o que é fracasso escolar? Fracasso para quem? O que seria esse fenômeno que hoje é nomeado a partir das repetições escolares e evasão?* Sem pretendermos ser exaustivas quanto ao tema, expomos inquietações e tecemos algumas considerações quanto a demandas surgidas na clínica sustentada na psicanálise, demandas estas, que começam a se apresentar através de sintomas escolares e desembocam em questões outras, subjetivas. É um ciclo que se forma, mas que, ao refletir e debater podem ser atravessadas.

2. ENTRE A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO

O processo histórico da educação foi de fundamental importância para a evolução humana. Desde o princípio, com os gregos, fincamos “profundas raízes” na história da educação que ecoam até os dias atuais (COHEN, 2006), a exemplo das famosas e sempre presentes influências exercidas pelos pensamentos de Aristóteles, Sócrates e Platão, grandes pensadores que traçaram estratégias para a transmissão de saberes e pensamentos. É certo também, que desde esse princípio a preocupação em transmitir valores constituiu-se como um problema.

Além dessas figuras, é importante destacar que houve cortes no desenvolvimento da história da humanidade que afetaram os processos educacionais sobremaneira, com descobertas revolucionárias, como a de Copérnico, segundo quem a terra não é o centro do universo; a de Darwin, que argumentou que o homem se originava do macaco; e, claro, a de Freud, a quem foi atribuída descoberta do inconsciente, levando-o a ser considerado, por isso, o pai da psicanálise.

Falando em Freud, sabe-se que ele, em seu último ensino, ao falar da análise e da dificuldade de levá-la a um fim, lhe atribuiu a categoria de “*profissão impossível*”, ao lado da educação e do governo, pois era provável, com estas, se “*chegar a resultados insatisfatórios*” (FREUD, 1925). Apesar dele não ter

levado muito adiante esta discussão, sua escrita evoluiu para as qualificações que seriam necessárias para uma preparação profissional, que seria sempre *“breve e incompleta”*. Ao expor, portanto, que a educação seria uma profissão da ordem do impossível, ele aponta, sobretudo, os limites da ação educativa.

Na atualidade, sobretudo, tal proposição freudiana parece bastante coerente, uma vez que não basta o contexto capitalista mantenedor e propiciador da perda da autoridade, temos ainda um processo intenso de globalização, a grande influenciadora dos valores vigentes até então, o que teve e tem tido consequências diretas na humanidade, no que se refere aos costumes, ideais e comportamentos, subvertendo uma lógica que vigorava no pensamento do homem. Não poderia ser diferente nem sem efeito para a educação, meio de transmissão de saber, condição primária num processo educacional.

Entre estes comportamentos claramente modificados ao longo do tempo, destacamos o consumismo, que, como *“atalho mais curto e seguro para a felicidade”* (BAUMAN, 2013) faz vítimas, dentre as quais, na sua maioria, jovens desencantados com a vida, sem objetivos, perdidos na ilusão de que objetos de consumo irão lhes mergulhar num hedonismo generalizado que impera hoje nas massas. Dedicar-se muito mais ao prazer imediato e fugaz, ainda que isso lhes custe, muitas vezes, a própria vida que se desperdiça, na contramão do que diria Exupéry, que *“foi o tempo que perdi com a minha rosa que a fez tão importante”*. Não há tempo para investir na vida, no outro, também na educação como caminho a ser descoberto e como algo que traga retorno num futuro próximo, menos ainda num futuro distante.

Compra-se tudo – até sexo – online e rapidamente! Tem-se pressa! De consumir, de comunicar, de mostrar, de ver e sem responsabilidade! Não se cativa, então não é preciso se responsabilizar, como também exalta o citado escritor francês. Os efeitos disso são sentidos na vida como um todo, mas isolamos aqui, *a vida escolar*, quando os resultados obtidos pelos alunos não alcançam o ideal imposto pelos pais e educadores. Daí, que, constantemente nos chegam aos consultórios, pais queixosos quanto à falta de interesse, de atenção, de vontade de estudar de seus filhos. Beira a apatia! *“Eles só querem saber de computador”*, escuta-se repetidamente. Mas a experiência também tem evidenciado que, antes de levar ao profissional *psi*, esses mesmos pais, com uma carga de angústia considerável, já realizaram uma verdadeira peregrinação por consultórios médicos em busca de um saber que dê conta do “problema” que muitas vezes já foi (re)avaliado exaustivamente pelos próprios educadores.

Não podemos deixar de destacar nesse processo, a questão diagnóstica, tão problemática para esta clínica com a qual nos deparamos na atualidade: uma clínica recheada de jovens engessados dentro

de diagnósticos, de nomes, com poucas possibilidades de mobilização que contribuam para produzir uma resposta sintomática ao seu mal estar, o que tem eco na escola. São crianças, muitas vezes, contidas por drogas eficazes em lhes calar, acalmar seus corpos que, em suas inquietações, não à toa, digam algo da sua dor de existir. No entanto, as drogas funcionam apenas como paliativo para a angústia dos pais, que, impotentes, sofrem por não saberem o que fazer. Não se pensa muito sobre os efeitos colaterais em longo prazo, disso que apenas oferece um estado artificial de “normalidade”. O imediatismo também aí se faz presente.

E a causa do chamado “fracasso”? Não é importante buscar? De quem é o fracasso? O que fracassou? Quando fracassou? São infinitas as perguntas, assim como são infinitas as buscas por repassar esse bastão ou tamponar para que a vida “siga”.

3. DIAGNÓSTICO: FRACASSO ESCOLAR!

Diante do excesso de demandas para alcançarem um ideal que a contemporaneidade impõe, os jovens ficam vulneráveis a rótulos que condizem com patologias e anormalidades, nomes que implicam sempre em segregação, nunca em inclusão: **fracasso escolar**, *Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade*, que correm ao lado de *Síndrome de Oposição*, *dislexia*, *dislalia*, até *autismo*, entre outros do senso comum, como *rebeldia*, *preguiça*, *pouca inteligência*, etc.

São nomes advindos, tanto da medicina, quanto do meio escolar e até mesmo de leigos, que se autorizam a dar “diagnósticos” selvagens, como diria Freud. Ainda assim, o que constatamos é que são nomes que são atribuídos às crianças e adolescentes, como forma de dar-lhes um lugar no mundo, ainda que seja pela via da alienação que mortifica e paralisa, em detrimento de um movimento de separação que a própria palavra “diagnóstico” sugere. Não pode ter sido, portanto, à toa que Freud (1937), em um texto sobre a análise e seus impasses ara chegar a um fim, veio a incluir outras duas profissões, além da psicanálise, na lógica do impossível: educar e governar.

O termo educação tem a ver com formar, informar, transmitir conhecimentos. Em face dessas significações e, diante do exposto, podemos propor o termo FORMAR, não no sentido de fôrma (de bolo), que sugere alienação a um modelo x ideal de comportamento e/ou desenvolvimento que o jovem teria que alcançar para se enquadrar num nível dito “normal” enquanto aluno. Ao contrário, é requerido um passo além das “boas intenções” dos educadores em educar, uma vez que há uma subjetividade em jogo, uma singularidade e, com esta, uma história ímpar e escolhas que são particulares a cada um.

Para começar a concluir, podemos pensar que, nessa linha de raciocínio, pode-se inserir o desejo, que é sempre inconsciente, quando o visualizamos pelos olhos da psicanálise. A partir desta, aprendemos que o processo educativo, tal qual a análise, se dá sob transferência, implica em ir buscar algo no campo do Outro¹. Para que isto ocorra, é fundamental que haja falta.

Freud, ao enunciar a educação como missão impossível, não se refere a algo da ordem do impraticável, mas está enfatizando que é preciso àquele que aprende – e talvez a quem ensina - “uma convicção firme da existência do inconsciente”. Com isso não se propõe que todos os alunos e professores se analisem, mas que eles possam levar em conta que há algo no processo ensino/aprendizagem que vai além do campo da cognição, do intelecto, da volição, há algo que escapa, uma vez que estamos falando de linguagem e do desencontro que ela implica. Assim, podemos dizer que o fracasso já está posto de antemão, enquanto um abismo entre o saber e a verdade do sujeito. Arriscaríamos acrescentar aí, um terceiro componente: o conhecimento adquirido no processo escolar.

Os valores transmitidos pela família ou por aqueles encarregados por seus cuidados estão na base da formação do sujeito². O sujeito escolar é, antes, aquele que carrega em sua mochila, uma história particular que tem relação direta com o lugar onde ele está inserido no desejo materno, como operou para ele a função paterna e quem é ele enquanto resto desta operação, como orienta Jacques Lacan. Assim, aquele que “fracassa” não deve ser visto apenas como um infortúnio ou como aquele que presentifica o “fracasso” de quem ensina ou, ainda, apenas como uma patologia escolar. Mas é preciso ter como preceito básico, o que Lacan (1998) afirmava que, para levar adiante um tratamento com uma criança, é necessário pensá-la enquanto aquela que responde ao que haveria de sintomático na estrutura familiar na qual está inserida (LACAN, 1969).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de concluir a profunda e rica discussão possível entre “vontade e desejo, psicanálise e educação” frente ao contemporâneo do “fracasso escolar” resta-nos destacar, sem fins de esgotar, o lugar da psicanálise e do psicanalista como aquele que acolhe o que se instaura no limite entre o patológico, o pedagógico e o psicológico, nas entrelinhas do “fracasso” no processo educativo.

Que se possa operar possibilitando a esse sujeito-problema, sintomatizar o que tem se apresentado como “fracasso” – ou qualquer outro nome - a colocar palavras ali onde impera o impasse, o sofrimento, o sem sentido, na busca de uma nova significação, menos mortífera, que o mova numa via de construção de saber. Da impotência ao impossível, não enquanto impraticável, mas como o que

funda a lógica que constitui a natureza humana, numa dialética falo/castração, segundo a psicanálise. Quer dizer, seja na clínica ou em um trabalho na escola, que o analista, a partir de uma escuta diferenciada, propicie a mobilização desse sujeito em busca do desejo, quebrando o “gesso” dos nomes a ele atribuídos, ou ainda, de sua vontade, como aquilo que o move na busca de novas possibilidades.

Afinal, Santiago e Assis (2015) afirmam que é a própria criança em situação de fracasso [escolar] que pode esclarecer sobre o que se manifesta como dificuldade de aprendizagem. Enfim, dar a palavra à criança é apostar numa singularidade que dê lugar a seus impasses, não necessariamente como “fracasso”, mas como um caminho que abra as portas do desejo, a ser construído um a um, numa aposta que a vontade – como consequência - seja retomada.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOUN, P-L. Freud & Nietzsche: Semelhanças e Dessemelhanças. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1991.

BAUMAN, Z. Sobre Educação e Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN, R. H. P, A lógica do fracasso escolar – psicanálise & educação. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

SILVA,A.M.V.B.A concepção de liberdade em Sartre. In <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasElectronicas/FILOGENESE/alinesilva.pdf> DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. Dicionário de Filosofia. Campinas, SP: Papirus, 2ª ed, 1996. FREUD, S. Análise terminável e interminável. Obras Completas de Sigmund Freud, vol.XXIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969.

LACAN, J. Nota sobre a criança. In:Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SANTIAGO, A. L.; ASSIS, R. M. O que esse menino tem? Sobre alunos que não aprendem e a intervenção da Psicanálise na escola. Belo Horizonte: Sintoma, 2015.

NOTAS

¹O Outro (diferentemente do outro, o semelhante) enquanto um lugar “onde está constituída a palavra”, conforme o seminário 3 de Lacan, e mesmo como “tesouro do significante” (Seminário 11).

²Destacando que o termo sujeito é atribuído à Lacan, que o utiliza a partir do discurso linguístico, filosófico e jurídico.

Capítulo 8



10.37423/231108396

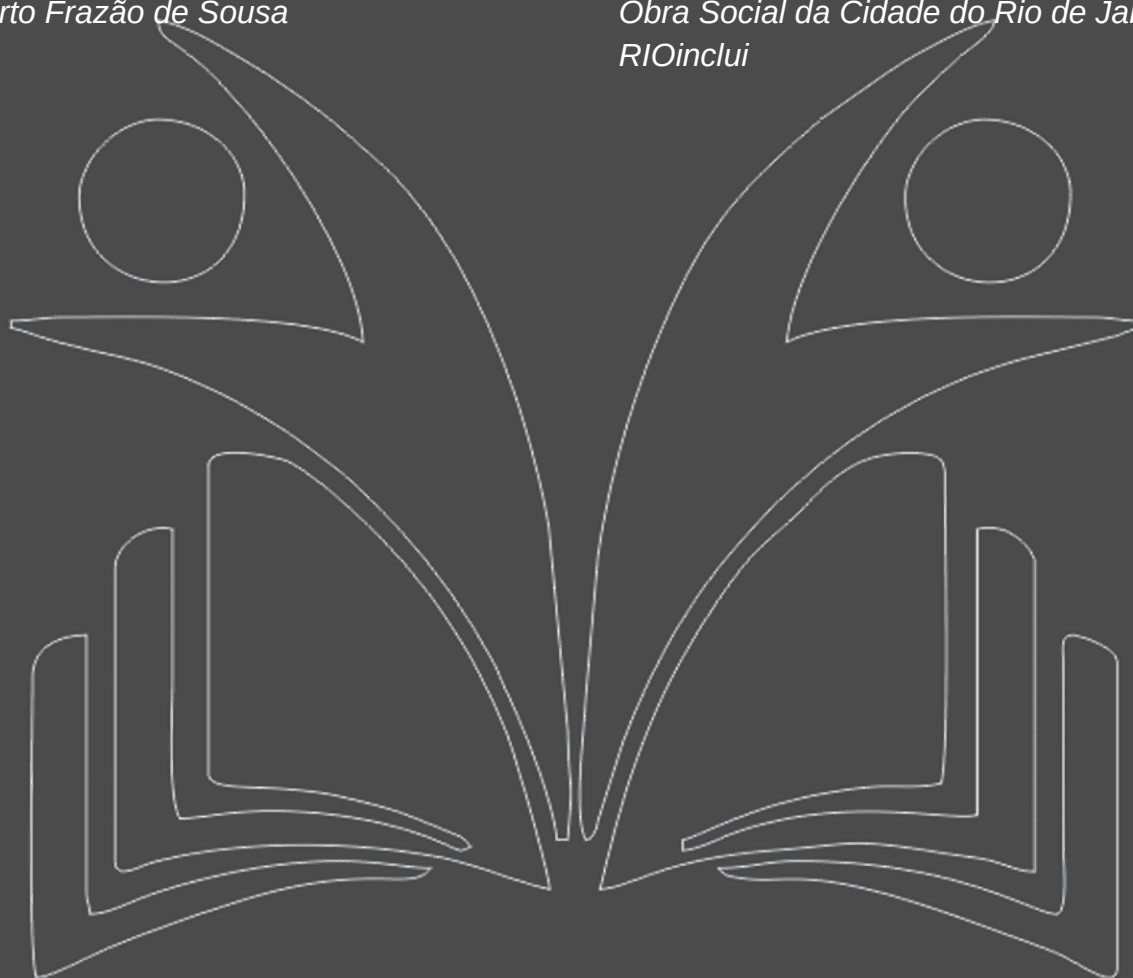
RIOINCLUI NUMA PROPOSTA DE A TUA AÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Isabel Cristina Pessoa Gimenes

*Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro
RIOincluir*

Luciane Porto Frazão de Sousa

*Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro
RIOincluir*



Resumo: A abordagem política inclusiva é um foco que permite depreender ações propositivas ao público de pessoas com deficiência numa tentativa de erradicar e/ou minimizar lacunas que o cotidiano ainda apresenta. Dentre diferentes dimensões do acesso à garantia de direitos por parte das pessoas com deficiência, existe uma preocupação mundial com a inserção no mercado de trabalho, pois um grande número de pessoas com deficiência não se encontra participante da vida laboral. A discussão que permeia essa temática atravessa desde questões relacionadas ao autogerenciamento da vida adulta até ao processo de escolarização, incidindo na capacitação profissional deste público. Diferentes propostas vêm sendo desenvolvidas para equalizar essa dicotomia, e uma dessas propostas é o estudo de caso apresentado nesta narrativa e a constituição do projeto alinhado pela RIO inclui, pautado na metodologia do emprego apoiado. *A utilização da metodologia do emprego apoiado como promotora de inserção e manutenção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, perpassando pelo processo de customização e mediação.* O artigo pontua a fundamentação teórica, que se constitui num alicerce educacional a partir de estudiosos como Booth, Ainscow e Sousa; a metodologia adotada num viés de acolhimento e acompanhamento das necessidades de mediação atitudinal, comunicacional e operacional; e o instrumento PIT de avaliação e monitoramento para a viabilidade do desenvolvimento laboral da pessoa com deficiência.

1. APRESENTAÇÃO

A RIOinlui – Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro é uma associação civil, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, que tem como presidente de honra a Primeira-dama do município, Cristine Paes. A organização tem como missão executar programas e projetos, estabelecer articulações envolvendo organizações governamentais e da sociedade civil e promover ações de conscientização socioeducativa, tendo como público as pessoas com deficiência e suas famílias residentes na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 24,7% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro têm algum tipo de deficiência. Diante desse cenário, a RIOinlui desenvolve projetos que tem como objetivos a dignidade e a inclusão social dessa população, tendo como prioridade crianças e adolescentes.

A principal iniciativa da RIOinlui é o Programa Moradia e Acesso (Programa M&A), cuja visão interdisciplinar conjuga o trabalho da arquitetura com o serviço social, e que tem a premissa de providenciar moradia acessível e digna para pessoas com deficiência. E, transcende a acessibilidade para o entorno da residência, por entender que a mobilidade urbana e social são princípios básicos da inclusão.

Ao desenvolver Programas e Projetos, a RIOinlui estabelece parcerias e conta com apoiadores que colaboraram na visão da organização, “ser referência como organização da sociedade civil na inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias”.

Ao realizar a identificação de mulheres responsáveis por pessoas com deficiência e pelo sustento de suas famílias, e adultos com deficiência, a RIOinlui é referenciada pela parceria com Territórios Sociais, pelo Programa Moradia e Acesso, pelas organizações da sociedade civil parceiras da RIOinlui; e, utiliza-se da metodologia das rodas de conversa e da escuta ativa, com o objetivo de captação dos interesses e competências dos sujeitos envolvidos a fim de ofertar as possibilidades entre inclusão produtiva, emprego apoiado e/ou empreendedorismo.

Em 2021, o programa teve como foco a ampliação das possibilidades ao público de pessoas com deficiência, dialogando principalmente sobre a ação do emprego apoiado; a construção de um banco de dados por meio de cadastro para cursos, oficinas e inserção em postos de trabalho; a realização de capacitação para dez profissionais de uma das instituições parceiras; e, construção de projeto piloto para consultoria numa empresa do setor farmacêutico. Em 2022, demos início à elaboração da

proposta de consultoria para uma empresa de eventos e animação infantil com o objetivo de ampliar o acolhimento ao público que se utiliza desses espaços, principalmente das crianças com deficiência; e à construção de uma cultura organizacional incluyente.

2.FUNDAMENTANDO A PRÁTICA

Inúmeros são os desafios vivenciados pelas pessoas com deficiência no momento de terem reconhecida a participação social, destacando a aceitação familiar, a inclusão nas redes educacionais, a possibilidade de viver uma vida adulta, por meio do trabalho, por meio de relacionamentos afetivos, por meio do gerenciamento de suas próprias vidas sem a vinculação com os seus cuidadores. Para a compreensão dos desafios citados e construção de estratégias que minimizem tais desafios, destacamos o conceito de deficiência ancorado ao modelo biopsicossocial que reflete a revisão do papel das pessoas com deficiência na sociedade.

Uma das constatações é o distanciamento do mercado de trabalho das pessoas com deficiência. Ainda são poucas as pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de modo competitivo, que tenham seu cotidiano produtivo organizado por meio de responsabilidades de gerenciamento da própria vida, gerenciamento de sua condução no posto de trabalho e possibilidade de desenvolvimento de carreira. Boa parte das experiências laborais possuem um caráter empreendedor, tendo a residência da pessoa com deficiência como um espaço protetivo também. E, ainda, identificamos os familiares que optam por se pautar no BPC_Benefício de Prestação Continuada como instrumento de garantia de sobrevivência para a pessoa com deficiência.

É importante valorizar o trabalho não só como instrumento de custeio das necessidades básicas do ser humano, enquanto aspecto econômico; mas, entender que o trabalho é uma atividade fundamental para a manutenção da vida adulta _ apoiando o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional _, e para a manutenção das relações sociais que contribui para a formação da identidade e da personalidade constituindo uma rede autônoma para essa pessoa.

O distanciamento do quantitativo de pessoas com deficiência e a porcentagem das mesmas inseridas no mercado de trabalho, apesar do advento da Lei de Cotas, pode ser atribuído ao desconhecimento de metodologias apropriadas para viabilizar a participação na cultura organizacional da empresa; pode acontecer por falta de acessibilidade física e/ou comunicacional e/ou atitudinal; e por preconceitos, discriminação.

De todos os setores da sociedade que permitiram equacionar esforços para a inclusão da pessoa com deficiência, o campo educacional tem uma contribuição muito significativa na operatividade de estratégias a fim de possibilitar a ocupação de espaços no mundo do trabalho.

A título de ilustração, dividiremos essa análise histórica em apenas dois momentos principais, deixando de lado, para os fins deste texto, a análise do período que denominamos “pré-histórico” da Educação Especial (aquele em que crianças com deficiências não eram sequer levadas em consideração). O que gostaríamos de ressaltar é que definitivamente, como teria que ser, o termo-chave vem sofrendo revisões que refletem o próprio processo de progressão por que passa o movimento de integração – inclusão. Neste sentido, talvez o termo adotado seja menos importante do que prestar atenção ao foco de análise e prática que cada conceito e, por conseguinte, cada movimento sugere.

Do indivíduo excepcional ao indivíduo com necessidades especiais. Este período vai do momento em que a pessoa com deficiência é “descoberta” em suas possibilidades educacionais ao momento em que o grau de afirmação de tais possibilidades, entendidas em suas peculiaridades e contextualizadas cada vez mais dentro de paradigmas humanistas, passa a ser analisado em referência a uma relação estabelecida entre a deficiência propriamente dita e o meio em que ela acontece, que pode ser mais ou menos incapacitante ao indivíduo.

Em outras palavras, uma perspectiva relativista é assumida, segundo a qual o grau de incapacitação da deficiência dependerá em grande parte do tipo de concepção que o ambiente em que vive o indivíduo atribui à deficiência. Com isso, a responsabilidade, que até então era meramente atribuída ao indivíduo, por seus possíveis fracassos, passa a ser dividida com a sociedade em que vive. E desta forma, também caberá à sociedade (e não mais apenas a pessoa com deficiência) mover esforços no sentido de promover uma participação social plena à pessoa com deficiência. Pela primeira vez, se reconhece uma dimensão bidirecional à questão da deficiência como característica incapacitante, dependendo da forma como é representada socialmente.

Este momento é bastante marcado pelo surgimento de iniciativas legais, governamentais e oficiais, enfim, relativas à garantia cada vez maior de direitos e serviços que assegurem e proporcionem às pessoas com deficiência uma participação cada vez maior nas decisões sobre sua própria vida e na vida comunitária. Em termos temporais, estamos falando de um momento cujo início poderia ser marcado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948.

Das pessoas com necessidades especiais aos indivíduos que experimentam barreiras à aprendizagem. Justapondo-se ao período descrito acima, um pouco decorrente da adoção mais recente do termo inclusão no contexto das propostas de Educação para Todos; e ainda fortemente em desenvolvimento, é possível identificar, em anos bem mais recentes, uma perspectiva crítica ao processo de inclusão associado apenas a pessoas com deficiências, na tentativa de resgatar o princípio humanista de igualdade de valores entre seres humanos dentro de uma visão ainda mais democrática. Esta argumentação implica que o movimento da Educação Inclusiva é de alcance mais amplo. Nesse sentido, ao se falar em *“inclusão de indivíduos que experimentam barreiras à aprendizagem”* (BOOTH & AINSCOW, 1998), acredita-se estar indo diretamente no que concerne à Educação e aos sistemas escolares: aos aspectos pedagógicos, curriculares, profissionais, envolvidos no processo de Educação Inclusiva.

Por seu histórico, fica claro que a proposta inclusiva está totalmente alinhada com a perspectiva humanista presente ao movimento Pós-Moderno. Inserida num momento histórico Pós-Moderno, se este for entendido em seu sentido também humanista, as consequências são altamente positivas. Mas, se inserida num contexto de Pós-Modernidade apropriada por um modelo economicista, ela se transforma numa proposta utópica. No campo educacional, constatou-se que a escola seguia a sua pedagogia, preponderantemente elitista, e a premissa básica era a de que cabia aos alunos adaptarem-se a sua cultura seletiva. As diferenças não possuíam valor e eram, no mínimo, inconvenientes.

A década de 1990 vivenciou uma significativa modificação na conceituação, culminando na discussão sobre inclusão. E, este termo tem sido bastante polêmico. Ora tratam-no como se fosse continuidade do processo de integração vivido por crianças com deficiências, especialmente a partir da década de 70, ora percebem-no com um conceito à parte, em si mesmo imbuído de status teórico suficiente para diferenciá-lo de qualquer outro arranjo historicamente proposto para apenas um certo segmento da população.

Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas com deficiência no espaço social, educacional do qual têm sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Pois quanto mais desenvolvida for a democracia, mais inclusiva e abrangente será a sociedade desde o ponto de vista da igualdade e vigência dos direitos, assim como do acesso à cidadania e à qualidade

de vida. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como por exemplo, Saúde, Lazer ou Educação.

Realizamos uma analogia da trajetória citada com o desenvolvimento da pessoa com deficiência até a entrada na vida adulta, como um acompanhamento profícuo da Educação e do Trabalho para a promoção da pessoa com deficiência. Para tanto, a legislação traz respaldo para as ações desenvolvidas. A legislação educacional fundamentada na Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014). Em paralelo à legislação educacional, destacamos as orientações a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especialista no tema do trabalho que destaca posicionamentos que podem ser considerados mais avançados no sentido da promoção da justiça social e representaram uma prévia de decisões globais para as relações trabalhistas; e que preconiza assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência, assim como outras pessoas em situação de vulnerabilidade. E, no Brasil, a deliberação da Lei 8213/1991 _ conhecida como lei de Cotas; e, a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

EMPREGO APOIADO

Durante determinado período, a nossa sociedade somente conseguia promover sujeitos que compuseram um padrão ideal de ser humano. O padrão ideal baseava-se num indivíduo que atendesse a uma linearidade de conduta social e aprendizagem acadêmica. Ao final desse processo, o sujeito incluía-se na sociedade e fazia parte do mercado de trabalho considerado formal. Ao compreender as diferentes nuances da nossa sociedade e a diversidade de sujeitos que a compõem, novos formatos precisaram ser organizados, para que mais pessoas pudessem participar dos movimentos sociais e do mercado de trabalho.

Nessa trajetória, jovens e adultos com deficiência que tinham dificuldade de serem inseridos, passam a ter oportunidades, por meio de diferentes estratégias de trabalho. Estamos falando de um conceito chamado emprego apoiado. O Emprego Apoiado é uma metodologia que visa à inclusão no mercado competitivo de trabalho de pessoas em situação de deficiência mais significativa. A modalidade respeita e reconhece suas escolhas, interesses, pontos fortes e necessidades de apoio. O usuário do Emprego Apoiado deve ter à sua disposição, sempre que precisar, os apoios necessários para conseguir obter, manter e se desenvolver no trabalho. Pessoas com deficiência intelectual, deficiência

múltipla, autismo, paralisia cerebral, deficiência psicossocial, são os grupos mais atendidos pelo emprego apoiado.

3.CASE E POSSIBILIDADES

Estudo de caso é uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno atual em seu contexto real e as variáveis que o influenciam. Trata-se de um estudo intensivo e sistemático sobre uma instituição, comunidade ou indivíduo que permite examinar fenômenos complexos. Essa estratégia de pesquisa é utilizada principalmente nas áreas das ciências humanas e da saúde.

O objetivo de um estudo de caso é produzir conhecimento a respeito de um fenômeno. Esse conhecimento pode ser usado como referência teórica para a compreensão de situações similares. Para isso, é feita uma análise generalizante, porém é preciso sempre considerar as particularidades de cada caso.

É comum que os resultados obtidos em estudos de caso sejam cruzados com teorias e dados obtidos por outros métodos, reforçando sua fundamentação e conferindo credibilidade ao trabalho desenvolvido.

Os estudos de caso também são utilizados no mundo dos negócios, onde são normalmente referidos como *cases* ou *cases* de sucesso. Esses *cases* são relatos de práticas bem sucedidas adotadas por empresas que servem de inspiração e fonte de conhecimento para que profissionais saibam como outras empresas superaram obstáculos e obtiveram êxito em suas experiências.

Por este motivo, abordaremos como case uma situação que exemplifica a capilaridade do emprego apoiado como metodologia que melhor oportuniza inclusão para a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Relataremos um recorte das atividades de acolhimento, acompanhamento e acessibilidade de uma pessoa com deficiência em seu primeiro emprego.

3.1. PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana é uma mulher de 20 anos, sorridente e comunicativa. Tem como interesse inicial tornar-se microempreendedor, porém ainda não conseguiu identificar uma competência a ser desenvolvida como atividade laboral. Com quadro de paralisia cerebral quadriplágica espástica que ocasiona tônus flutuante e dificuldade em trazer as mãos em linha média, o que dificulta suas habilidades bi manuais e de equilíbrio; como também incoordenação global dos movimentos. Ela apresenta interesses bem ecléticos sobre músicas, artes, filmes e pouca autonomia para circulação urbana.

3.2. PRIMEIRO EMPREGO

A vaga ofertada à jovem foi de auxiliar administrativo numa instituição de ensino de nível superior. O espaço físico era composto por um prédio de dois pavimentos com razoável acessibilidade arquitetônica, que não se tornava uma barreira para a locomoção da jovem. Inicialmente, a vaga ofertada seria para auxiliar o profissional do arquivo, dando suporte ao arquivamento e desarquivamento de documentos. Ana relatou que não poderia trabalhar neste espaço pois possuía uma questão de saúde. Ela, então, foi encaminhada para a biblioteca a fim de apoiar a bibliotecária em relação ao cadastro dos alunos, empréstimo de livros e confecção de documentos. Ana informou que por conta das suas sequelas motoras, acreditava não ser este o espaço para sua atuação, pois haveria necessidade de uma certa agilidade para o desenvolvimento de suas atribuições. Por fim, avaliou-se a possibilidade da Ana apoiar a coordenação pedagógica da graduação em relação à entrega de documentos da coordenação para os professores e demais setores da instituição, a construção de documentos e organização da rotina de trabalho do setor.

3.3. ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO

Cabe ressaltar o papel acolhedor em relação à instituição de ensino ao ofertar a vaga a jovem com deficiência, no tocante de compreender que a abordagem necessita ser diferenciada para que ambos _ empregador e empregado _ tenham seus objetivos atingidos. Não obstante, o fato da empresa ser uma instituição educacional a fim de reiterar uma cultura organizacional inclusiva. O respeito à diversidade não só por conta das limitações apresentadas pela jovem com deficiência, como também por suas necessidades por conta de outros fatores pessoais, de saúde e de funcionalidade.

Após as mudanças ocorridas nos postos de trabalho, a gestão da instituição resolveu convidar a funcionária para uma nova conversa sobre as atribuições da vaga e as possibilidades de desempenho da jovem. Esta conversa teve apoio da assessoria de profissionais que trabalham com pessoas com deficiência com o objetivo de mediar a conversa e, melhor solucionar a questão. A partir da assessoria de uma pedagoga e uma terapeuta ocupacional, aconteceram cinco encontros na instituição. Encontros para conhecer e analisar os postos de trabalho onde a vaga de auxiliar administrativo poderia ser ocupada, no total de 2 (dois); e, encontros com a funcionária a fim de diálogo sobre habilidades e interesses apoiados pelo PIT/PPP¹ e a construção dos recursos de customização para o suporte à jovem no desenvolvimento de suas atribuições, no total de 3 (três).

O processo de elaboração do PIT/PPP promoveu a última modificação no posto de trabalho, que foi a inserção da jovem na coordenação pedagógica da graduação, e a adequação de um recurso que pudesse favorecer a locomoção da jovem com o material a ser utilizado, a fim de possibilitar os movimentos e as posturas adequadas na execução das atividades. O instrumento customizado foi um carrinho de feira com bolsa plástica, onde a bolsa plástica foi retirada e substituída por um caixote plástico de frutas e hortaliças para alojar os documentos. Dessa forma, o recurso (carrinho adaptado) viabiliza o transporte mesmo com sua marcha atetóide _ marcha com movimentos involuntários que geram déficit de coordenação e equilíbrio. Em relação a construção de documentos, foi elaborada uma rotina de prioridades para ajudar a tomada de decisões a fim de entregar suas atividades em tempo hábil. E, sua habilidade organizacional foi de grande valia para o setor.

3.4. PIT/PPP

O PIT/PPP agrega valor ao processo desenvolvido neste case por se tratar de instrumento norteador da identificação das habilidades e necessidades da jovem retratada, e na formulação de estratégias para melhor inclusão da jovem com deficiência no mercado de trabalho.

O instrumento PIT/PPP é formulado com o objetivo de identificar competências acadêmicas, pessoais, sociais, vocacionais e profissionais fundamentadas em níveis de autonomia analisados em relação à pessoa com deficiência apontando metas a serem atingidas em curto, médio e longo prazo. A meta mais ampla é o desenvolvimento do autogerenciamento para a vida adulta, e as demais metas serão organizadas a partir das necessidades de cada sujeito foco da ação. Portanto, a dimensão personalizada do instrumento é o que alinha, de forma mais assertiva, à metodologia do emprego apoiado.

No instrumento PIT/PPP, as experiências em contexto real também precisam ser consideradas, a preparação para diferentes etapas de inserção no mundo do trabalho e a motivação para prosseguir nos estudos. Na conclusão da escolarização, o instrumento concentra informações análogas a de um currículo vitae.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: [REDACTED]
 Data de Nascimento: 09/11/1999
 Escolaridade: Ensino Fundamental
 Posição: RFO - [REDACTED] Deficiência: Paralisia Cerebral Quadriplegia (CID 10: G80)
 Endereço: [REDACTED]
 Responsável: M. [REDACTED]
 Grau de Parentesco: Mãe (relação: C. 1910000)
 E-mail: Não possui e-mail

2. CARACTERIZAÇÃO (Situação familiar, desejos e expectativas)

Pessoa com deficiência:
 A jovem encontra-se matriculada em uma turma de Matutino do 8.º. A jovem possui, após de um profissional (medida social), com uma proposta de acompanhar e auxiliar a mesma na metodologia oferecida pelo corpo docente escolar. Não frequenta sala de recursos. Exerceu função de autista escolar, tendo as atividades oferecidas, participando das aulas de educação física e artes. A jovem esteve internada em clínica regular. Apresenta um bom convívio com o corpo docente, mantendo-se bem disciplinada. Não faz uso de medicação controlada. A jovem deseja ingressar no mercado de trabalho e após ser oferecido o PEE, Planejar Educacional Individual, por meio de profissionais capacitados, oferecer um curso profissionalizante de acordo com a habilidade de organizar e confeccionar lanches e doces, bem como a organização dos espaços físicos.

Família:
 A família é composta por quatro membros: Mãe, com 54 anos, solteira, com 22 anos e Ana, com 10 anos. A jovem encontra-se matriculada no Ensino Fundamental II. O pai trabalha em uma Fábrica de Supercondutores, no setor de carga e descarga. Possui vínculo empregatício e sua renda é de um salário mínimo. A mãe é de lar e a irmã está em ensino médio. A jovem tem irmãos e frequentar a Prática de Formação Continuada.

3. ASPECTOS DA [REDACTED] COM DEFICIÊNCIA, EM RELAÇÃO

Condições acadêmicas:
 [REDACTED] lê e escreve. Realiza operações de matemática básica. Apresenta um raciocínio um pouco lento, porém, realiza leitura e realiza as atividades propostas em seu desenvolvimento.

Interações/Relacionamentos Interpessoais:
 A jovem interage bem dentro e fora do ambiente escolar e de sua família. Possui amizades, frequenta cultos religiosos, realiza passeios ao shopping e gosta de cinema. Apresenta um comportamento tranquilo.

Autonomia:
 A jovem é independente nas atividades de vida diária. Realiza sua higiene pessoal, veste-se e escova o cabelo de se vestir sozinha, calça, e de lavar os pratos, usando utensílios e utensílios adequados, encontra facilidade em caso como arrumar sua quarto, manter limpo o quarto e possui a responsabilidade de cuidar de seu cachorro. Realiza compras com a responsabilidade no mercado, está em processo de aprendizagem quanto aos valores monetários. Não utiliza tecnologia assistiva.

Atitudes Sociais:
 A jovem frequenta cultos religiosos, passeios ao shopping, cinema e realiza com amigos que também são deficientes, em sua maioria, sempre acompanhada da responsável.

4. OBJETIVO DO PITEPP (emprego, educação, vida independente, transporte, atividades de vida diária etc.):

O objetivo de transição são os conjuntos de atividades para as pessoas com deficiência que são concebidos dentro de um processo orientado pelos resultados que facilitam a inserção das pessoas no mundo do trabalho.

5. PREVISÃO DE SAÍDA DA ESCOLA:

a) O estudante sairá da escola com:
 () diploma
 (x) certificado de conclusão de curso de formação.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS:
 A jovem deseja estudar cursos profissionalizantes voltados para a valorização de seu trabalho com o objetivo de montar sua própria micro empresa.

Imagem 1. PIT/PPP da Ana (SOUSA, 2022)

A imagem do PIT/PPP da Ana apresentada é resultado dos encontros dialógicos e trazem informações importantes para a elaboração do instrumento que ajudou a nortear a própria jovem e a instituição no processo de melhor alocação no espaço laboral.

4. CONSIDERAÇÕES

Nos diferentes ambientes de trabalho, precisamos exercitar cotidianamente nossas representações fundamentadas nos conceitos dialogados sobre Corporeidade, Capacidade, Competência e sobre Produtividade que, constantemente, atravessam as inter-relações. Em relação ao conceito de Corporeidade, seria possível distribuir as atribuições laborais sem uma aferição estética dos corpos dos funcionários? Quantas vezes, percebemos uma definição de papéis laborais, encaminhamentos de tarefas, distribuição de responsabilidades a partir de pré-conceitos sobre o movimento do corpo, ou do tipo de vestimenta, ou mesmo da cor de pele dos funcionários. Ao corpo da pessoa com deficiência, a idéia de capacitismo aprisiona-se ao conceito de estética.

Em paralelo a discussão conceitual, a legislação legitima a garantia de direitos de acesso ao mercado de trabalho por meio da Lei de Cotas. Porém, a Lei de Cotas por se tratar de uma ação afirmativa acaba por se tornar uma obrigação para as empresas e não consegue configurar permanência para os adultos com deficiência, nem tão pouco inserção para as pessoas com qualquer deficiência. Apesar do grande potencial humano e de trabalho, boa parte das pessoas com deficiência tem o direito ao trabalho decente negado.

Nesta narrativa, pudemos acompanhar um breve case que aponta caminhos para a otimização de instrumentos e estratégias voltadas para a inserção e permanência de jovens e adultos com deficiência no mercado de trabalho, pautado num desempenho satisfatório na função e na acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Tais pressupostos referem a personalização da atividade laboral que, ora pode significar criação de uma vaga a partir das habilidades da pessoa com deficiência; ora, pode significar a adaptação de uma vaga já existente; ora, pode significar a adequação do posto de trabalho. Em qualquer uma das possibilidades, a customização representa a individualização da relação de trabalho entre empregador e empregado.

Tratar do emprego apoiado significa relacionar o processo de customização como resultado da reestruturação das atividades de um posto de trabalho, combinando habilidades e adaptações razoáveis para o funcionário, e também, pontua a participação de equipe de preparação laboral a fim de manejar estratégias junto à pessoa com deficiência e o empregador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Alberto David, and Waldir Macieira da COSTA FILHO. "O Estatuto da Pessoa com Deficiência-EPCD (Lei 13.146, de 06.07. 2015): algumas novidades." *Revista dos Tribunais* | vol 962.2015(2015):6580. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/41381/oestatutodapessoacomdeficiencia-e-o-sistema-juridico-brasileiro-deincapacidade-civil>.

BRASIL LEI 13.146/2015. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. Decreto n 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York.

BRASIL. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Ministério dos Direitos Humanos Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

BRASIL. DEFICIÊNCIA, viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/ SNPD, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 44. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96).

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. O direito à diferença. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

GILLIES, J. University Graduates with a disability: the transition to the workforce. *Disability Studies Quarterly: the first journal in the field of disability studies*. v. 32, n. 3, p. 1-18, 2012.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MASCARO, C. A. de A. C.. Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual. Curitiba: Appris, 2016.

ONU BR. A INCLUSÃO SOCIAL E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: Uma agenda de desenvolvimento pós-2015. Nações Unidas no Brasil. Brasília, dezembro de 2013.

REDIG, A. G.. Perfil Pessoal Positivo: estratégia para favorecer a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho. In: Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial. p. 1315 – 1330. São Carlos: UFSCar, 2012.

_____. Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual. Curitiba: Appris, 2016.

SOUSA, Luciane Porto Frazão de. Representações Sociais: um olhar sobre os processos de inclusão educacional. A dimensão das Tecnologias Assistivas em ambientes inclusivos. Tese de Doutorado. University of California, USA, 2016.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. Convenções da OIT” 2ª edição. São Paulo, Ed. LTR, 1998

NOTAS

¹PIT/PPP _ Plano individualizado de Transição/Perfil Pessoal Positivo. São dois instrumentos importantes para o desenvolvimento progressivo de estratégias para inserção na vida adulta de forma autónoma. O PIT é sugerido para acompanhamento dos três últimos anos de escolarização. O PPP é sugerido para acompanhamento da inserção no mercado de trabalho (REDIG, 2012; MASCARO, 2016). Para o case tratado no texto, os dois instrumentos se categorizam num único instrumento pela pertinência das informações e pela situação da jovem com deficiência (SOUSA, 2016).

Capítulo 9

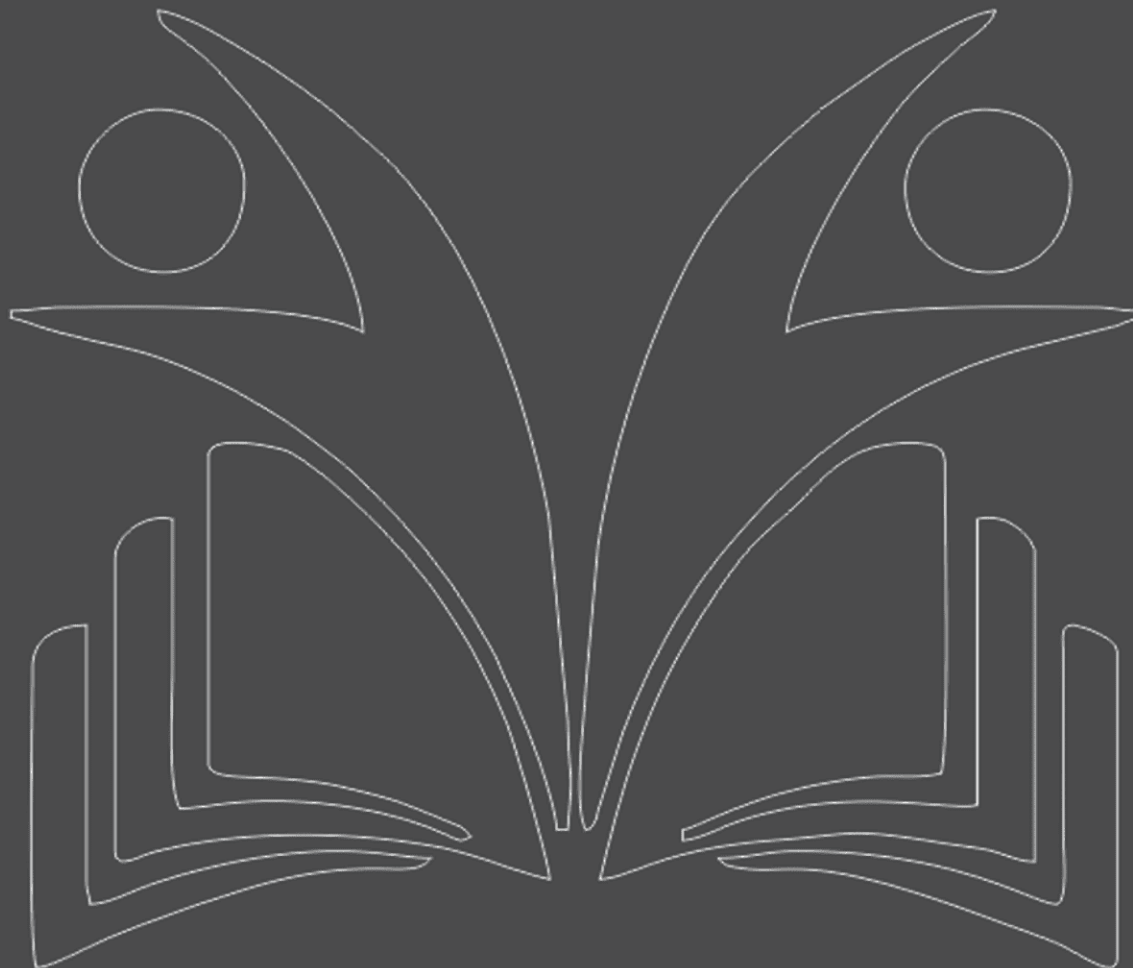


10.37423/231108398

RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA “EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA” NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR: NOTAS REFLEXIVAS

Marcos Pereira dos Santos

*Faculdade Rhema (FACUR) – Arapongas/PR
(Brasil)*



Resumo: Este artigo científico, redigido numa abordagem de qualitativa de pesquisa empírica e fundamentado em referenciais teóricos bibliográficos, tem como finalidade principal tecer apontamentos analíticos sobre a importância da disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” nos cursos presenciais de Licenciatura Plena em Pedagogia das Instituições de Educação Superior (IES) no município de Ponta Grossa – Estado do Paraná/Brasil. Para tanto, o corpus textual do presente trabalho acadêmico encontra-se lógica, didática e metodologicamente estruturado em três partes distintas, quais sejam: 1ª) Currículo, disciplinas curriculares e matriz curricular: (breves) definições conceituais; 2ª) Educação escolar: especial!? inclusiva!? – algumas notas crítico-reflexivas; e 3ª) Disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” na formação inicial de pedagogos(as) da Educação Básica escolar: o caso das atuais matrizes curriculares de cursos presenciais de Licenciatura Plena em Pedagogia das IES no município de Ponta Grossa – Estado do Paraná/Brasil. Em última instância, à guisa de considerações finais, traz-se a lume alguns pontos centrais e nevrálgicos que engendram a temática em pauta, visando assim enfatizá-los e dirimir possíveis dúvidas e/ou ‘curiosidades epistemológicas’ acerca dos mesmos.

Palavras-chave: Disciplinas Curriculares. Educação Básica Escolar. Educação Especial e Inclusiva. Licenciatura em Pedagogia. Processo Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Inclusão, Direitos Humanos, Formação Docente, Educação Ambiental, Sustentabilidade, Empreendedorismo, Diversidade, Inovação, Metodologias Ativas, “Novo Normal”, Novo Ensino Médio, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA) são, dentre outras, algumas palavras de ordem do momento presente. Muito vem sendo cogitado e discutido de modo amplo a respeito de tais temas, os quais são, sobremaneira, sempre relevantes e polêmicos.

A partir desta constatação, optou-se em desenvolver o presente trabalho de pesquisa científica, engendrado por uma abordagem metodológica qualitativa de investigação empírica e fundamentado em aportes teóricos bibliográficos (impressos e eletrônicos), cuja temática de estudo diz respeito à relevância da disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” nos cursos presenciais de Licenciatura Plena em Pedagogia das Instituições de Educação Superior (IES) no município de Ponta Grossa – Estado do Paraná/Brasil.

Portanto, almejamos sinceramente que este artigo científico, estruturado de forma lógica e didática em três partes distintas, venha contribuir de maneira direta ou indireta para a ampliação do arcabouço teórico existente na área de Educação Especial e Inclusiva, bem como servir de possível referencial basilar para a realização de leituras, estudos individuais ou coletivos, pesquisas acadêmico-científicas, debates, discussões, análises crítico-reflexivas e usos didático-pedagógicos em cursos de Licenciatura em Pedagogia, demais cursos superiores de graduação voltados à formação inicial de docentes em diferentes campos do saber científico e cursos de pós-graduação *lato sensu* na área educacional e ramos/subáreas afins.

CURRÍCULO, DISCIPLINAS CURRICULARES E MATRIZ CURRICULAR: (BREVES) DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

No âmbito da literatura acadêmico-científica especializada constata-se que existem inúmeras definições conceituais atinentes à palavra *currículo*, em sentido amplo, cujos significados ora convergem, ora divergem, ora se complementam entre si; por diversos motivos. Ou seja: há consensos/verossimilhanças e também dissensos/controvérsias em relação ao que se entende por currículo.

Etimologicamente, segundo Bueno (1966) e Tyler (1974), o termo currículo vem do latim *curriculum*, que quer dizer: pista de corrida, corredor, curso, percurso, caminho percorrido, itinerário, trajeto, trajetória, rota, rumo, norte, bússola, guia ou trilha; implicando, por sua vez, direção, sentido, signos,

significantes, filosofias, ideologias, concepções, subjetividade, identidade, poder, valores, teorias, práticas, ensinamentos, aprendizagens/aprendizados, conteúdos, interesses, discursos, culturas, informações, conhecimentos e saberes – cotidianos, de vida, experienciais/empíricos, escolares, acadêmicos, profissionais, docentes, pedagógicos, etc. (SANTOS, 2022; SILVA, 2005)

Isto significa afirmar, outrossim, que há diferentes tipologias de currículo: *vitae*, *Lattes*, escolar, acadêmico/universitário, profissional, literário, formal/real/prescrito, oculto, pleno, mínimo, entre outros; cada qual apresentando um modelo e um formato específicos, tendo em vista as finalidades a que se destinam.

Em termos escolares ou acadêmicos, objetivando o ensino e a aprendizagem, em particular, tem-se o *currículo programático geral* ou a *matriz/grade curricular* referente a determinado curso (de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (I e II), de Ensino Médio, técnico-profissionalizante, de graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnologia) e de pós-graduação [*lato sensu* ou *stricto sensu*]; por exemplo), que contêm, inclusive, ementas ou ementários (descrições sucintas de conteúdos curriculares programáticos), códigos e respectivas cargas horárias totais do elenco/rol de disciplinas curriculares (obrigatórias, eletivas, optativas, isoladas, de formação básica geral, de formação específica profissional, de diversificação ou aprofundamento, de prática como componente curricular, de extensão como componente curricular, etc.), fazendo parte, portanto, do Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPPE) de Educação Básica ou do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e do Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPPC) da IES.

Sendo assim, no contexto educacional, currículo designa o “[...] conjunto de assuntos estudados pelos alunos ao longo de um curso” (VEIGA-NETO, 2005, p.59), podendo também ser compreendido, basicamente, de acordo com Moreira (2004), sob quatro aspectos: disciplina curricular de curso escolar ou universitário; campo de estudo científico especializado da Educação; projeto político-educacional; e Educação propriamente dita.

Tanto os currículos de cursos escolares quanto os currículos de cursos superiores apresentam um núcleo comum e uma parte diversificada, estabelecendo assim o denominado “currículo mínimo”, que se configura como:

[...] núcleo de matérias mínimas indispensáveis para uma adequada formação profissional. É o currículo mínimo a matéria-prima para os cursos escolares e de graduação, a ser complementado, se julgada a sua conveniência, com outras matérias que atendam as exigências de sua programação específica, as peculiaridades e necessidades regionais, as diferenças individuais dos alunos e aos objetivos dos cursos. As matérias que

constituem o currículo mínimo podem ser desdobradas em tantas disciplinas quantas forem julgadas convenientes pelas respectivas instituições de ensino. Ainda, [...] o currículo mínimo, em sua parte variável, contém uma lista de matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) das quais os estabelecimentos podem se valer. No entanto, dada a autonomia legada ao Ensino Superior, certamente as instituições podem se valer de disciplinas por elas eleitas e julgadas adequadas para serem acrescidas ao seu núcleo de matérias, mesmo não constando da parte variável das listas de matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação. (BRASIL, 1974, p.281)

Faz-se necessário, contudo, diferenciar “matéria curricular” de “disciplina curricular”; a fim de não conceber e utilizar, erroneamente, tais expressões vocabulares como sendo sinônimas. Sobre este aspecto, Both (1982, p.28) esclarece o seguinte:

A palavra matéria, hoje, adquiriu significado distinto do de há poucos anos passados, quando era sinônimo de disciplina. Agora, diz respeito à matéria-prima ou matéria bruta a ser trabalhada pelos estabelecimentos de ensino, e estabelecida pelos Conselhos de Educação (CEs) competentes. Por disciplina entende-se o conjunto de conteúdos e experiências que vão constituir e dinamizar aquilo que se denomina matéria [...]. É simultaneamente conteúdo e processo.

EDUCAÇÃO ESCOLAR: ESPECIAL!? INCLUSIVA!? – ALGUMAS NOTAS CRÍTICO-REFLEXIVAS

Há tempo vem se comentando e refletindo sobre *Educação* e *inclusão* em sentido amplo, tanto no Brasil quanto em outros países. Trata-se de temas relevantes e recorrentes, porém (ainda) engendrados por polêmicas, ideologias, valores, concepções, mitos, tabus, estigmas, estereótipos, arquétipos, consensos e divergências.

Nas últimas duas décadas do atual século XXI, muito tem sido pensado, falado, escrito, pesquisado, publicado e debatido a respeito de Educação escolar e de inclusão social, inclusão escolar, inclusão digital, dentre outras terminologias derivadas e assemelhadas.

Ao lado de áreas e subáreas científicas como Educação Permanente, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Andragógica, Educação a Distância (EaD), Educação Profissional, Educação Tecnológica, Educação Midiática, Educação Digital e Educação Ambiental, por exemplo, a *Educação Especial e Inclusiva* também vem conquistando cada vez mais espaços e contextos, sendo alvo de intensas discussões e análises crítico-reflexivas nos âmbitos escolares e acadêmicos.

Segundo o Artigo 58 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei federal nº 9.394 (também conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”), sancionada pelo Congresso Nacional do Brasil em 20 de dezembro de 1996, “entende-se por *educação especial*, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para

educandos portadores de *necessidades especiais*” (BRASIL, 1996, s.p.; grifos nossos). De acordo com o Parágrafo 3º do Artigo mencionado tem-se, ainda, que: “§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa de zero a seis anos, durante a educação infantil”. (*Idem, ibidem, s.p.*)

A Educação Especial é, outrossim, um tipo de educação escolar voltada, de modo particular, aos discentes diagnosticados clinicamente, por profissional especializado da área de Saúde (médico, psicólogo, psiquiatra, psicanalista, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo clínico, neuropsicopedagogo clínico), com necessidades educacionais especiais, tais como: autismo (Síndrome do Espectro Autista), superdotação, Síndrome de Asperger, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down (ou Mongolismo), deficiência mental, deficiência visual (baixa visão, cegueira, etc.), deficiência auditiva (leve, moderada, grave ou severa), deficiência física, deficiências múltiplas, problemas/dificuldades/transtornos/distúrbios/déficits de aprendizagem (dislexia, disgrafia, dislalia, acalculia, etc.), entre várias outras.

Neste sentido, entende-se, pois, como *necessidades educacionais especiais* a “ausência, deficiência ou deformidade em fatores biológicos do indivíduo, podendo ser físico, mental ou sensorial” (RODRIGUES; BRANCATTI, 1999, p.127); as quais, após devidamente identificadas e diagnosticadas clinicamente, podem ser tratadas (dentro e fora da escola) por meio de *serviço de apoio educacional especializado*, também denominado *Atendimento Educacional Especializado (AEE)*, onde atuam, em conjunto/parceria, diversos profissionais oriundos das áreas de Saúde e Educação, compondo, assim, uma *equipe multidisciplinar* ou *equipe multiprofissional*. (SANTOS, 2021a)

No que tange, em específico, ao AEE, a LDBEN/96 assim se reporta no Artigo 58 (supracitado anteriormente em sua versão literal), Parágrafos 1º e 2º:

[...]

§ 1º - Haverá, quando necessário, *serviços de apoio especializado* na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O *atendimento educacional* será feito em *classes, escolas ou serviços especializados*, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua *integração* nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, s.p.; destaques nossos)

Ainda sobre o AEE, a legislação educacional supra aludida assim preceitua em seu Artigo 59, Incisos I e III, e também no Artigo 60, Parágrafo Único:

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...]

III - *professores com especialização adequada* em nível médio ou superior, para *atendimento especializado*, bem como professores do ensino regular capacitados para a *integração* desses educandos nas classes comuns;

[...]

Art. 60 – Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo Único - O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a *ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais* na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste Artigo. (*Idem, ibidem, s.p.; realces nossos*)

Entretanto, a inclusão/inserção tão almejada não deve ocorrer somente no espaço educativo escolar, mas também na sociedade como um todo, no mundo do trabalho, no mercado profissional, no campo tecnológico e no mundo da realidade virtual; prioritariamente de forma integrante, integrativa e integral, sem preconceito ou discriminação por raça, etnia, cor de pele, classe e *status* social, crença religiosa, opção político-partidária, cultura, filosofia de vida, conflitos de interesses, concepções ideológicas ou gênero sexual.

Apesar de a existência de diversos recursos didático-pedagógicos específicos para o trabalho na Educação Especial e Inclusiva (braille, soroban, reglete, ábaco tátil, computadores com teclados táteis, etc.), políticas públicas sociais, políticas educacionais, metodologias de ensino-aprendizagem específicas e tecnologias assistivas, observa-se, ainda nos dias atuais, a não efetivação concreta, totalizante e autêntica de um *processo de inclusão* de pessoas com algum tipo de deficiência nas realidades social, escolar, universitária e profissional.

Dizemos isto, porque é imprescindível atentar para o fato de que *inclusão, inserção e integração* não podem ser compreendidos como vocábulos sinônimos, haja vista que apresentam diferenças conceituais teóricas e aplicabilidades práticas distintas; conforme assevera Santos (2021; 2021a).

Com base neste entendimento, faz-se profícuo também que, no contexto da Educação Especial e Inclusiva, o termo “especial” não seja utilizado de forma pejorativa, vexatória, racista, preconceituosa ou discriminatória, vindo assim a hostilizar, de certa maneira, os indivíduos com necessidades (educacionais) especiais, tratando-os, no sentido literal dos termos, como deficientes, excepcionais,

débeis, dementes, retardados mentais, anormais, loucos, insanos, neuróticos, problemáticos, psicóticos, aberrações, inúteis, inválidos, idiotas, incapazes, insuficientes, entre tantas outras denominações semelhantes. Em outras palavras, isto significa afirmar que as pessoas ditas “especiais” e a Educação Especial não devem depreciadas ou “demonizadas”, nem tampouco relegadas a segundo plano, ficando à margem da sociedade contemporânea e, quiçá, das gerações vindouras.

É emergente, urgente e necessário respeitar e valorizar as diferenças individuais de cada pessoa, dentro e fora da escola. A *diversidade* (biológica, social, cultural, religiosa, de relações de gênero, etc.) está aí e bate à porta! Trata-se de uma realidade objetiva e existencial concreta, a qual não é possível ocultar, negligenciar ou negar. Mister se faz considerar, portanto, o “diferente” como “normal” na diversidade existente, a partir da tenra idade e, notadamente, nos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica escolar (cursos superiores de graduação em licenciatura); bem como (e de forma prioritária!) nos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, ofertados no Brasil nos dias de hoje.

DISCIPLINA CURRICULAR “EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA” NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR: O CASO DAS ATUAIS MATRIZES CURRICULARES DE CURSOS PRESENCIAIS DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA DAS IES NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ/BRASIL

O Artigo 21, Inciso II, da atual LDBEN/96, preconiza que a Educação Superior se constitui em uma etapa ou fase da educação escolar, isto é, um nível de educação, nível de escolarização ou nível de ensino. (BRASIL, 1996)

Trata-se de uma educação formal, desenvolvida por meio de formação acadêmica/universitária ou de 3º grau, que pode ser ofertada por instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas de ensino, devidamente reconhecidas, registradas, autorizadas, regulamentadas, regularizadas e credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) para o seu autônomo e amplo funcionamento, a fim de que possam realizar atividades didático-pedagógicas e metodológicas no âmbito dos eixos ensino, pesquisa científica e extensão universitária (tripé/tríade indissociável); expedir diplomas universitários (titulações acadêmicas) referentes a cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnologias), cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados – acadêmicos e profissionais, pós-doutorados e livre-docência); e ofertar e emitir certificações alusivas a cursos sequenciais por campos do saber e cursos

extensionistas voltados à formação continuada de profissionais de diferentes áreas do conhecimento científico, seja nas modalidades de educação presencial, educação semipresencial (híbrida) ou educação a distância (remota/*on-line*).

As IES, públicas e particulares, que englobam universidades, faculdades e institutos de ensino, por exemplo, são instituições pluralísticas e pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa acadêmico-científica (teórica e aplicada), de extensão e de domínio e cultivo do saber humano e erudito, caracterizando-se, inclusive, por gozar de (relativa) autonomia administrativa, financeira, pedagógica e didático-científica. (BRASIL, 1996; ZAINKO, 1998)

Loureiro (1990, p.119), ao se reportar a uma definição conceitual antiga e genérica de universidade, assevera, grosso modo, que esta “é uma comunidade mais ou menos autônoma de docentes e discentes, reunidos para assegurar estudos [acadêmicos e científicos] de determinados temas e assuntos nas diversas disciplinas curriculares em um nível superior”. Tal afirmativa implica dizer, em suma, tomando-se como base – complementar – as concepções de Frantz e Silva (2002), que as universidades têm, por excelência, como uma de suas principais funções sociais e educativas a de criar/produzir/gerar e transmitir/disseminar/socializar, de modo democrático, conhecimentos e saberes acadêmico-científicos a quem possa interessar; tendo em vista a formação técnico-científica e profissional dos sujeitos sociais, o aprimoramento tecnológico, o desenvolvimento da sociedade e o progresso da Nação.

No Brasil, as universidades, faculdades e demais instituições de Educação Superior, públicas ou particulares, ao atuarem no eixo/campo ensino, em específico, têm a incumbência de ofertar, inclusive, cursos superiores de graduação em licenciatura (plena, Normal Superior, segunda licenciatura e formação/complementação pedagógica); os quais apresentam matrizes/grades curriculares distintas, contendo diferentes disciplinas (obrigatórias, eletivas, optativas, isoladas, de formação básica geral, de formação específica profissional, de diversificação ou aprofundamento, de prática como componente curricular, de extensão como componente curricular, etc.), a depender das exigências do MEC e das reais/atuais demandas regionais e/ou locais de cada Estado ou município, respectivamente.

A despeito do que concerne, de modo particular, ao curso de Licenciatura em Pedagogia, sabe-se que o mesmo “[...] foi instituído [...] por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939” (SILVA, 1999, p.33),

vindo, desde então, a sofrer várias reformulações, readaptações e readequações em sua estrutura de currículo (composição de matriz/grade curricular e elenco/rol de disciplinas curriculares).

Em linhas gerais, os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia ofertados no Brasil atual visam a uma sólida formação/preparação pedagógica iniciante do(a) futuro(a) pedagogo(a), no intuito de que este(a) profissional da área de Educação possa exercer plenamente as suas atividades didático-pedagógicas nos campos da docência (magistério na Educação Infantil, magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Ensino Fundamental I) e magistério nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio), da pesquisa acadêmico-científica e da gestão educacional e escolar, atuando assim em espaços de educação formal (escolas, colégios, faculdades, universidades, etc.) e também em contextos de educação não formal (empresas, templos religiosos, hospitais, sindicatos, Organizações Não Governamentais – ONGs, instituições de longa permanência (asilos, etc.), quartéis militares, institutos de (neuro)psicopedagogia, centros especializados no atendimento às pessoas com deficiência, entre outros setores).

Daí a formação pedagógica inicial e a formação pedagógica continuada de pedagogos(as) estar voltada também às áreas/disciplinas curriculares de: Dificuldades de Aprendizagem Escolar, Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Educação Andragógica, Educação Permanente, Educação Empreendedora, Educação e Sustentabilidade Ambiental, Educação Escolar e Inclusiva, Educação Científica e Tecnológica, Educação para a Paz, Educação em Direitos Humanos, Educação e Pedagogia Social, Educação e Diversidade, Ensino Religioso, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Pedagogia Empresarial, Pedagogia Hospitalar, Neurociência da Educação, Psicopedagogia Escolar e Institucional, entre outras.

Objetivando averiguar e refletir criticamente acerca da importância atribuída, nos dias atuais, à disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” pelos cursos presenciais de Licenciatura Plena em Pedagogia ofertados pelas IES no município de Ponta Grossa – Estado do Paraná (PR), Brasil, optou-se em realizar, via *on-line*, nos dias 30 e 31 de outubro de 2023, uma (breve) pesquisa empírica, a partir do acesso eletrônico e da consulta pública aos *sites* dos 05 seguintes estabelecimentos de Educação Superior: 01) *Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL)* – antiga Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda (SECAL) - Faculdade Santa Amélia, que se originou da extinta Faculdade Cristo Rei (FACREI) pertencente ao Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE) que tem sua matriz em Curitiba/PR; 02) *Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)* – tem sua matriz em Maringá/PR; 03) *Faculdade Sant’Ana* – também nominada de Instituição de Ensino Superior Sant’Ana (IESSA) ou Instituto Superior de Educação Sant’Ana, que é filiada à Congregação das Missionárias Servas do

Espírito Santo (SSpS); 04) *Faculdade Sagrada Família (FASF)* – mantida pela Associação Família de Maria; e 05) *Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)* – criada, segundo Both (1982), através da Lei estadual nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, resultando da incorporação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (originada pelo Decreto estadual nº 8.837, de 08 de novembro de 1943), que funcionava de forma isolada à época; cujo reconhecimento legal ocorreu em 07 de dezembro de 1973, através do Decreto federal nº 73.269, aprovando, simultaneamente, o seu Estatuto, o Regulamento Geral e o Plano de Reestruturação.

À guisa de informação, vale salientar, *a priori*, que Ponta Grossa é um município brasileiro localizado no interior do Estado do Paraná (2º Planalto Paranaense da região dos Campos Gerais), do qual é o quarto mais populoso, contando com, aproximadamente, 358.367 habitantes, conforme revela o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Configura-se como a nona maior população da região sul do Brasil e a septuagésima sexta do País. Foi fundada em 15 de setembro de 1823 (completando 200 anos de existência em 2023). Possui clima subtropical, área de 2.054,732 km², altitude de 975 m em relação ao nível do mar e densidade de 174,4 hab./km². Apresenta grande potencial turístico, sendo (re)conhecido (inter)nacionalmente como “Capital Cívica do Estado do Paraná” e “Princesa dos Campos Gerais do Paraná”. É considerado o principal parque industrial paranaense e o maior núcleo de entroncamento rodo-ferroviário do sul do País, tendo como gentílicos: ponta-grossense ou princesino. (CHEDLOVSKI; PACHECO, 2022; PARANÁ, 2023)

Ainda de acordo com as fontes primárias de consulta acima mencionadas, é mister enfatizar que, no tocante ao setor terciário, o aspecto educacional da cidade de Ponta Grossa/PR também ganha destaque, uma vez que conta atualmente com diversas IES públicas (estaduais e federais) e privadas que ofertam, em diferentes áreas do conhecimento científico e nas modalidades de educação presencial, semipresencial/híbrida e a distância *on-line/remota*, vários cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnologias), cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados – acadêmicos e profissionais – e pós-doutorado), a saber:

* *IES públicas* – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR.

* *IES privadas* – Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Internacional (UNINTER) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Ingá (UNINGÁ) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Universitário da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (UNIFAE) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (CENSUPEG) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Faculdade Rachel de Queiroz (FAQ) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Faculdade Sagrada Família (FASF) - campus presencial Ponta Grossa/PR; Faculdade UNINA - polo EaD Ponta Grossa/PR; Faculdades Ponta Grossa (FACPG) - campus presencial Ponta Grossa/PR (extinta); Instituição de Ensino Superior Sant’Ana (IESSA) ou Instituto Superior de Educação Sant’Ana – Faculdade Sant’Ana - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR; Universidade Positivo (UP) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Universidade Paranaense (UNIPAR) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Universidade Cruzeiro do Sul (UCS) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Universidade Paulista (UNIP) - polo EaD Ponta Grossa/PR; Universidade Anhembi Morumbi (UAM) - polo EaD Ponta Grossa/PR e Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) - campus presencial e polo EaD Ponta Grossa/PR.

Dentre estas IES supracitadas, apenas 05 delas ofertam, nos dias atuais, o curso presencial de Licenciatura Plena em Pedagogia no município de Ponta Grossa/PR: UNISECAL, UNICESUMAR, IESSA, FASF e UEPG (conforme já explicitado anteriormente); as quais foram selecionadas, então, como amostra estatística e campo de estudo investigativo empírico *on-line* no contexto da temática abordada.

Verificando-se a matriz/grade curricular vigente do curso presencial de Licenciatura Plena em Pedagogia de tais IES selecionadas (CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA, 2023; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ, 2023; INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT’ANA, 2023; FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA, 2023; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2023), foi possível constatar que a UNISECAL, UNICESUMAR, IESSA, FASF e UEPG ofertam em diferentes períodos/semestres letivos e com cargas horárias distintas, porém com ementas verossimilhantes, a disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva”, que ora aparece mencionada apenas com a denominação “Educação Inclusiva”, ora com nomenclaturas derivadas ou assemelhadas. Também são ofertadas pelas IES

pesquisadas algumas disciplinas curriculares que estão diretamente correlacionadas à disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva”; em conformidade com o que mostra o Quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” no curso presencial de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNISECAL, UNICESUMAR, IESSA, FASF e UEPG – Ponta Grossa/PR.

CURSO PRESENCIAL DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA NAS IES DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR – ANO LETIVO DE 2023						
IES	Tempo de duração (em anos e períodos/semestres letivos)	Carga horária total	Turno(s) de funcionamento	Matriz/Grade curricular vigente	Disciplina curricular específica ou com outras denominações, carga horária total e período(s)/semestre(s) letivo(s) de oferta	Disciplina(s) curricular(es) correlacionada(s), carga horária total e período(s)/semestre(s) letivo(s) de oferta
UNISECAL	04/08	3200	Noturno	A partir de 2022	“Inclusão e Educação em LIBRAS” (72 h – 3º)	“Educação, Direitos Humanos e Diversidade” (72 h – 4º)
UNICESUMAR	04/08	3.600	Noturno	A partir de 2020	“Políticas e Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Inclusiva” (36 h – 4º/5º)	“Neuroaprendizagem Aplicada à Educação” (36 h – 5º/6º); “Problemas e Dificuldades de Aprendizagem na Infância” (36 h – 6º/7º); “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (36 h – 7º/8º)
IESSA	04/08	3574	Noturno	A partir de 2022	“Fundamentos da Educação Inclusiva” (49 h – 3º)	“Diversidade, Cidadania e Educação” (66 h – 2º); “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS” (66 h – 4º); “Gestão na Perspectiva da Educação Inclusiva” (66 h – 6º); “Psicopedagogia” (66 h – 8º)
FASF	04/08	3426	Noturno	A partir de 2022	“Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva” (90 h – 5º)	“Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS” (36 h – 6º); “Trabalho, Diversidade Cultural e Direitos Humanos” (72 h – 8º)
UEPG	04/08	3498	Matutino; Noturno	A partir de 2023	“Educação Inclusiva” (68 h – 8º)	“Educação, Diversidade e Cidadania” (68 h – 1º); “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS” (68 h – 8º); “Processos de Aprendizagem e Dificuldades Escolares” (68 h – 8º)

Fonte: O Autor (2023).

Somente a UTFPR, a FACPG (extinta), o CENSUPEG e o CESCAGE não ofertam, atualmente, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, nem na modalidade de educação presencial, nem tampouco nas modalidades de educação semipresencial/híbrida e educação a distância on-line/remota. Apenas a FASF não oferta, nos dias atuais, o curso em questão na modalidade de educação a distância on-line/remota.

O Quadro 01 revela, outrossim, a valorização atribuída pelas IES pesquisadas à disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” e a preocupação das mesmas em ofertar aos(as) licenciandos(as) em Pedagogia uma formação/preparação sólida, eficaz e eficiente para possível atuação na área e, particularmente, no campo da “Educação Especial e Inclusiva”; haja vista que os cursos de graduação são ministrados através de disciplinas curriculares que, em seu conjunto, constituem o Currículo Pleno de cada curso. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2023)

Isto posto, torna-se interessante frisar, fazendo nossas as palavras de Both (1982, p.41), que:

Disciplinas são um corpo de conhecimentos organizados em torno de conceitos básicos, envolvendo o saber, a cultura, a herança social, o resultado de muitas gerações de aprendizagem acumulada, que são sistematizados para a instrução. Elas estão sujeitas à evolução. Também são entendidas como conjunto de conteúdos e experiências que constituem e dinamizam a matéria, juntamente com outros conjuntos de matérias afins. As disciplinas têm como característica a predominância dos conteúdos sistemáticos.

Além de a disciplina curricular “Educação Especial e Inclusiva” e de outras disciplinas curriculares diretamente correlacionadas a esta, conforme desvelado pela investigação empírica junto às IES pesquisadas, consideramos ser de extrema relevância acadêmico-científica que os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia efetuassem a inserção de outras novas disciplinas curriculares que tragam em seu bojo o tema Inclusão e Diversidade, tais como: Tecnologias Educacionais Assistivas; Didática da Educação Especial e Inclusiva; Direito Educacional, Inclusão Escolar e Diversidade; Fundamentos Teórico-Metodológicos de Educação Especial e Inclusiva; Docência na Educação Inclusiva; Teorias e Práticas de Ensino em Educação Escolar Inclusiva; Gestão Educacional e Educação Inclusiva; Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial e Inclusiva; Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem na Educação Inclusiva; Inclusão, Diversidade e Inteligência Artificial; entre outras.

Tal iniciativa daria maior suporte teórico e didático-pedagógico aos(as) licenciandos(as) em Pedagogia, pois observa-se, na realidade cotidiana de muitas escolas de Educação Básica existentes no Brasil, que os(as) pedagogos(as) – enquanto docentes, gestores(as) escolares ou coordenadores(as)

pedagógicos(as) – não apresentam, salvo raras exceções, o devido preparo acadêmico e científico para a realização de um trabalho pedagógico de maior qualidade junto à Educação Especial e Inclusiva, seja em espaços educativos escolares ou não escolares. Esta lacuna na formação inicial de pedagogos(as) faz com que, por vezes, tais profissionais da educação venham a participar de diversos eventos científicos e realizar cursos de formação continuada na área (segunda Licenciatura em Educação Inclusiva, especialização, MBA, mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado acadêmico, doutorado profissional, extensão universitária, cursos livres, etc.), buscando, assim, ampliar seus conhecimentos científicos (teóricos e práticos), conhecer novos campos de atuação profissional e vislumbrar diferentes possibilidades neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico, ao trazer a lume a temática “Educação Especial e Inclusiva”, revelou que esta disciplina curricular vem sendo ofertada, atualmente, nos cursos presenciais de Licenciatura Plena em Pedagogia das cinco IES pesquisadas no município de Ponta Grossa/PR; bem como algumas outras disciplinas curriculares que apresentam correlação direta com a mesma. Trata-se de algo que enseja méritos positivos, atenção e destaque! Diz-se isto, porque o:

Desempenho profissional [...] está diretamente relacionado com as disciplinas cursadas pelo acadêmico no curso de Pedagogia. O grau de desenvoltura profissional depende, no caso, da maior ou menor adequação de qualificação que as disciplinas do curso oportunizam em relação ao seu meio de atuação. (BOTH, 1982, p.41)

Refletir criticamente sobre Educação Inclusiva, Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos, por exemplo, em cursos de formação inicial de pedagogos(as) é imprescindível, haja vista as novas demandas urgentes e emergentes da sociedade contemporânea capitalista, globalizada, tecnológica e multirreferencial. Isto implica dizer que a autêntica Educação Inclusiva ainda está longe de ser realmente efetivada, a contento, em muitas escolas brasileiras de Educação Básica; embora existam legislações, políticas públicas sociais e educacionais, iniciativas, interesses e ações práticas que almejam o alcance de êxitos/sucessos nesta área.

Muito há o que se pensar e fazer a despeito de Educação Escolar Inclusiva, de modo a não correr o risco de promover uma *inclusão excludente*, nem tampouco uma *exclusão includente*.

É relevante, portanto, balizar tais questões, objetivando respeitar e valorizar sempre o “diferente” como “normal” na diversidade. Afinal de contas, estudantes com necessidades educacionais especiais precisam, também, segundo o Artigo 59, Incisos II, IV e V, da vigente LDBEN/96, de:

[...]

II - terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

[...]

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular. (BRASIL, 1996, s.p.)

REFERÊNCIAS

- BOTH, I. J. Avaliação do curso de pedagogia face às necessidades do mercado de trabalho: o caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa: Imprensa Universitária, 1982.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. Currículos mínimos dos cursos de nível superior. Brasília: MEC, 1974.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.
- BUENO, F. S. Dicionário filológico do português. São Paulo: Saraiva, 1966.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA. Cursos: graduação presencial – pedagogia. Disponível em: <<https://unisecal.edu.br/graduacao-presencial>>. Acesso em: 30/10/2023.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Graduação presencial: licenciatura em pedagogia – matriz. Disponível em: <<https://www.unicesumar.edu.br/presencial-ponta-grossa>>. Acesso em: 30/10/2023.
- CHEDLOVSKI, C.; PACHECO, E. C. Quero-quero contar histórias ... : o surgimento de Ponta Grossa. v.1. Ponta Grossa: Texto e Contexto Editora, 2022.
- FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA. Licenciatura em pedagogia: matriz curricular. Disponível em: <<https://fasf.com.br/pedagogia>>. Acesso em: 30/10/2023.
- FRANTZ, W.; SILVA, E. W. As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002. (Coleção Ciências Sociais).
- INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT’ANA. Instituto Superior de Educação Sant’Ana. Faculdade Sant’Ana. Pedagogia: licenciatura – matriz curricular (ingressantes a partir de 2022). Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/pedagogia/matriz2022.pdf>>. Acesso em: 30/10/2023.
- LOUREIRO, M. H. S. (Org.). História das universidades. São Paulo: Editora Estrela Alfa, 1990.
- MOREIRA, A. F. B. Currículos e programas no Brasil. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- PARANÁ. Ponta Grossa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponta_Grossa>. Acesso em: 31/10/2023.
- RODRIGUES, G. R.; BRANCATTI, P. R. Ser deficiente é um problema? In: MANZINI, E. J. (Org.). Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica. Marília: Editora da UNESP, p.125-139, 1999.
- SANTOS, M. P. Educação especial (e inclusiva!?) no contexto das leis de diretrizes e bases da educação nacional de 1961, 1971 e 1996: algumas reflexões historiográficas. In: _____. (Org.). Educação especial e inclusiva: conceitos e práticas. Ponta Grossa: AYA Editora, p.64-75, 2021.

_____. O atendimento educacional especializado no contexto da educação escolar especial inclusiva no Brasil do século XXI: teorias e práticas. In: _____. (Org.). Educação especial, inclusão e diversidade: contextos, saberes e práticas escolares. Curitiba: Editora Bagai, p.160-172, 2021a.

_____. As disciplinas curriculares de história geral da educação e história da educação brasileira em cursos de magistério, normal superior, licenciaturas e complementação pedagógica: contributos para a formação inicial de docentes no Brasil. In: Faculdade Sant’Ana em Revista. Ponta Grossa: Editora da IESSA, v.6, n.2, p.301-315, jul./dez., 2022.

SILVA, C. S. B. Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo – v.66).

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TYLER, R. W. Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Catálogo de cursos 2023: Setor V – Ciências Humanas, Letras e Artes: cursos presenciais – licenciatura em pedagogia: matriz curricular – currículo 2 (adequação curricular) para ingressantes a partir de 2023. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2023/09/MATRIZ-CURRICULAR-Lic.-em-PEDAGOGIA_Pag-UEPG-1.pdf>. Acesso em: 31/10/2023.

VEIGA-NETO, A. Currículo e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: questões atuais. 11.ed. Campinas: Papirus, p.59-102, 2005. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ZAINKO, M. A. S. Planejamento, universidade e modernidade. Curitiba: All-Graf Editora, 1998. (Coleção Pesquisa – v.1).

 conhecimentolivre.org/home
 contato@conhecimentolivre.org
 [editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)

TÓPICOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE